Relatório e Contas
2016

BANCO
MAIS

Em Moçambique ou no Estrangeiro

O Banco MAIS é o seu parceiro de negócios.

No Banco MAIS, estabelecemos relações duradouras com os nossos clientes.
Quaisquer que sejam as necessidades do seu negócio, cá estaremos todos os dias para garantir que tem tudo o que precisa.
Connosco tem um Banco inovador e próximo, que garante o máximo profissionalismo, com produtos e serviços adequados às suas necessidades.

Venha conhecer os nossos produtos e serviços no novo Centro de Negócios, localizado na Av. Julius Nyerere, nr. 2399 – Maputo, ou através do 21 245600 / 21 498676.

BANCO MAIS
BANCO MOÇAMBICANO DE APOIO AOS INVESTIMENTOS

O seu parceiro de negócios.

ÍNDICE

Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva 4

1. Principais Indicadores de Gestão 9

2. APRESENTAÇÃO DO BANCO MAIS 11
Banco MAIS 11
Missão, Visão e Valores 11
Estrutura societária 11
Órgãos sociais 13

3. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO 16
Economia internacional 16
Desempenho económico e social em Moçambique 19
Mercado monetário e taxas de juro 24
Mercado cambial 26
Sector bancário 28

4. ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE 30
Principais Linhas de Negócio 30
Estratégia de Produtos e Serviços 31
Actividade de suporte ao negócio 32
Desenvolvimento Tecnológico 33
Compliance 34
Jurídico 35
Recursos Humanos 35
Gestão prudencial 37

5. ANÁLISE FINANCEIRA 38
Evolução do Activo 38
Passivo e Situação Líquida 39
Resultados e Rentabilidade 41

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESPECTIVAS NOTAS 43

FACTOS E ACONTECIMENTOS RELEVANTES DE 2016

INAGURAÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO CORPORATE E PRIVATE

Foi inaugurada a nova Unidade de Negócio na Cidade de Maputo, inserida no programa de lançamento do Banco MAIS. O novo ponto de venda procura responder, de modo distintivo, às necessidades financeiras dos Clientes dos Segmentos Corporate e Private que privilegiam o atendimento personalizado.

OFERTA COMPLETA DE CARTÕES

Para completar a sua gama de produtos e serviços, o Banco MAIS lançou em 2016 uma oferta completa de cartões de débito e crédito da rede SIMO, respondendo desta forma às necessidades de clientes particulares e empresas.

NOVA SEDE

Mais recentemente, a sede do Banco MAIS passou para a Av. Julius Nyerere, junto à Unidade de Negócios Corporate e Private desenhada para receber os clientes com o maior conforto e comodidade.

ADESÃO AO SIRESS

O Banco MAIS passou a disponibilizar para os seus Clientes e a todos os interessados uma plataforma que permite efectuar, de forma segura, eficiente e em tempo real, a liquidação de operações na região da SADC.

LANÇAMENTO DO INTERNET BANKING

Foi feito o lançamento das plataformas de Internet Banking e Mobile Banking que permitem aos clientes aceder às suas contas bancárias em qualquer parte do mundo.

INTRODUÇÃO DA OFERTA DE SEGUROS

Procedeu-se ao lançamento de produtos de Seguros em parceria com entidades externas, permitindo ao Banco MAIS oferecer produtos de seguros Vida e Não Vida aos seus clientes.

LANÇAMENTO DE POS e ATM

Procedeu-se em 2016 com o reforço dos produtos e serviços por via do lançamento de POSs e ATMs, que permitiu equipar os clientes para suportar as suas actividades e melhorar a gestão do dia-a-dia.

MELHORIA DE PROCESSOS OPERATIVOS

Na área dos processos operativos, foram iniciados projectos que visam o aumento da eficiência, nomeadamente o projecto que permite uma maior desmaterialização dos processos.

CRESCIMENTOS DE 182%, 65% E 33%

O Banco registou em 2016 um crescimento do seu número de clientes em cerca de 182%. O crédito e os depósitos de Clientes cresceram 65% e 33%, respectivamente.

Narciso Matos
(Presidente do Conselho de Administração)

Luís Veloso de Almeida
(Presidente da Comissão Executiva)

Mensagem Conjunta dos Presidentes do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

O ano de 2016 foi um ano de grandes desafios para a economia e sociedade moçambicana. Foi um ano onde o PIB cresceu 3,3%, contra os 6,6% de 2015, e depois de 4 anos, de 2011 a 2014, a crescer acima dos 7%.

A queda do crescimento económico, deveu-se, em grande parte, ao cancelamento do programa de apoio do FMI e dos doadores internacionais, que levou a uma redução significativa do investimento directo estrangeiro (IDE) e, também, à tensão político-militar que condicionou a circulação de pessoas e mercadorias entre o norte e o sul dos país e a eventos climáticos extemos (cheias e seca).

O cancelamento da ajuda externa, o abrandamento do IDE e a manutenção de preços baixos das *commodities* nos mercados internacionais levou a uma escassez de moeda estrangeira, em especial do dólar norte-americano o que levou a uma desvalorização acelerada do metical, que chegou a estar a perder 66% no final do terceiro trimestre, fechando a ano com uma desvalorização, face ao USD, de 55,8%. Esta desvalorização do metical, associada às medidas restritivas tomadas pelo Banco Central, na segunda metade de 2016, com o aumento significativos das taxas de referência, a Facilidade Permanente de Depósitos (FPD) passou de 3,75% para 16,25% e a Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez (FPC) de 9,75% para 23,25%, e das Reservas Obrigatórias (RO) que passaram de 10,5% para 15,5%, entre o final de 2015 e final de 2016, levaram a um aumento significativos da inflação, que se fixou nos 25,27% em Dezembro de 2016, em termos homólogos a Dezembro de 2015.

O setor financeiro também se ressentiu do abrandamento económico registado e das mediadas restritivas implementadas pelo Banco Central, tendo o crédito ao setor

privado crescido 12,5% contra um crescimento de 19,3% verificado no ano anterior e o crédito mal parado aumentou ligeiramente de 4,3% para 5,25.

Nesta conjuntura económica e social adversa, o Banco MAIS continuou o seu programa, em linha com a estratégia definida, de aumentar e melhor a sua oferta de produtos e serviços aos seus clientes, com resultados visíveis já em 2016, uma vez que conseguiu aumentar o número de clientes em 182%, a sua carteira de crédito e 65%, o activo total em 33,6% e o produto bancário em 136%, com um rácio de transformação de 84% e um rácio de crédito vencido de 2,92%.

Em termos de capital e rácios prudenciais é de referir que estes também foram reforçados em 2016 através de um aumento de capital, que foi concluído no início de janeiro de 2017, que elevou o capital social para 650.000.000 MZN e os rácio de solvabilidade para 27,99%.

É também de salientar o facto do Banco MAIS, dois anos após a aquisição do antigo Banco Tchuma e início da reestruturação, atingiu o break-even e apresentou resultados positivos nos últimos meses de 2016.

Em termos de oferta comercial, o Banco MAIS lançou o Internet e mobile banking, lançou uma oferta de cartões de crédito nacionais, instalou as primeiras POS e ATM's, foi um primeiros bancos a aderir ao SIRESS (SADC Integrated Regional Electronic Settlement System), introduziu a venda de seguros nas suas Unidades de Negócio, inaugurou uma nova Unidade de Negócios na Av. Julius Nyerere e transferiu a sua sede, também para a Av. Julius Nyerere. Estes novos produtos vêm completar a oferta já existente de crédito, poupança, meios de pagamento, pagamento de impostos, operações cambiais e pagamentos ao exterior.

Do lado do compliance foram melhorados os mecanismos de controlo com a Implementação de novas ferramentas como o Vix Verify e Swift transaction monitoring, adesão ao GIFIM – Gabinete de combate ao Branqueamento e Financiamento do terrorismo, do Banco de Moçambique, obtenção do GIIN (Global Intermediary Identification Number) e contínuo alinhamento ao FATCA (Foreign Account Tax Compliance Act), conclusão do processo de adesão ao GIFIM, introdução de um novo processo de gestão de KYC e aquisição de uma ferramenta de controlo Compliance (AML e FT).

Para 2017, as perspectivas económicas continuaram a ser afectadas pela fraca procura interna, sustentadas por um menor consumo e investimento, devidos às condições de financiamento e medidas restritivas.

No entanto, espera-se uma valorização do metical, iniciada já no final de 2016, uma recuperação da balança de pagamentos com uma redução das importações e aumento das exportações, devido ao aumento do preços das principais *commodities*, assim como ao fim da tensão político-militar, retoma do programa de apoio por parte do FMI e doadores internacionais, início dos projectos ligados ao gás natural e aumento do volume das exportações de carvão.

Esta tendência, que na verdade já deu os primeiros passos no final de 2016, irá permitir a retoma do crescimento económico na segunda metade de 2017

que poderá ser consolidado em 2018 e 2019.

Para o Banco MAIS, o ano de 2017 será um ano onde o Banco MAIS continuará a introduzir novos produtos e serviços, como uma oferta global de *trade finance*, cartões de crédito VISA, soluções de *wealth and asset management/private banking solutions*, *international corporate banking/investment banking services,* mercado de capitais, lançamento do novo site institucional e introdução de ferramentas tecnológicas que permitam ganhos de eficiência e melhoria do serviço ao cliente.

O Presidente do Conselho de Administração e o Presidente da Comissão Executiva, em nome de todo o Conselho de Administração, querem agradecer a todos os Clientes pela confiança depositada no Banco MAIS, a todos os Colaboradores pelo empenho e dedicação demonstrados durante 2016 e aos accionistas pelo suporte à equipa de gestão, à estratégia seguida e pela dedicação e tempo despendido durante este ano onde o Banco enfrentou tantos desafios.

O Presidente do Conselho de Administração

O Presidente da Comissão Executiva

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2016

O Conselho de Administração é responsável pela preparação das demonstrações financeiras anuais, as quais dão uma imagem verdadeira da situação financeira real da sociedade e dos resultados das operações do exercício.

O Conselho de Administração partilha e é da opinião de que as demonstrações financeiras apresentadas reflectem a imagem fiel da situação financeira da sociedade bem como os resultados das operações do exercício de 2015.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de Março de 2017.

Em nome de todos os membros do Conselho de Administração, gostaríamos de deixar aqui expressos aos nossos estimados clientes a nossa profunda gratidão e pedir-lhes que continuem a confiar no Banco MAIS S.A.

Os nossos agradecimentos são extensivos a todo os colaboradores, pelo seu esforço e desempenho demonstrados durante 2016, encorajando-os a prosseguir nessa via para que 2017 seja um ano próspero para o Banco MAIS S.A..

Finalizando, agradecemos a todos os accionistas que continuam a acreditar na instituição, mantendo o apoio contínuo, para que o Banco tenha sucesso.

Pelo Conselho de Administração

27 de Março de 2017

Narciso Matos
Presidente

Diogo Lacerda Machado
Vice-Presidente

Christian Lim
Administrador

Joel Sibrac
Administrador

Luís Almeida
Administrador

Anselmo Cunhete
Administrador

Valentyn Chernysh
Administrador

Hoje, amanhã e sempre.

O Banco MAIS é o seu parceiro de negócios.

BANCO MAIS
BANCO MOÇAMBICANO DE APOIO AOS INVESTIMENTOS

O seu parceiro
de negócios.

1. Principais Indicadores de Gestão

Indicadores	2016	2015	Var. 2015	
Financeiros (Balanço)			Valor	%
Activo Total	1 423 117 095	1 065 217 097	357 899 998	33,60%
Créditos à Clientes(Liquido)	937 196 082	567 879 197	369 316 885	65,03%
Recursos de Clientes	1 157 015 740	871 199 452	285 816 288	32,81%
Capital Social*	537 366 400	434 891 130	102 475 270	23,56%
Capital Próprio*	146 138 075	135 053 740	11 084 335	8,21%
Economicos (Demonstração de Resultados)				
Margem Financeira	72 131 426	32 443 774	39 687 652	122,33%
Margem Complementar	62 908 084	24 623 507	38 284 577	155,48%
Produto Bancário	135 039 510	57 067 281	77 972 229	136,63%
Resultado Antes de Impostos	-91 852 006	-102 631 222	10 779 216	10,50%
Rendibilidade dos Capitais Próprios	-62,85%	-75,99%	13,14%	17,29%
Rendibilidadedo Activo Total	-6,45%	-9,63%	3,18%	33,01%
Qualidade do Activo				
Imparidade Acumulada	30 902 199	10 924 721	19 977 478	182,86%
Crédito Vencido/Crédito a Clientes(Bruto)	2,92%	1,51%	1,41%	93,38%
Imparidade Acumulada/Crédito Vencido	109,43%	125,13%	-15,70%	-12,55%
Rácio de Transformação	84%	66%	17%	26%
Rácio de Solvabilidade*	11,69%	15,76%	-4%	-25,82%
Produtividade/Eficiência				
FSE	85 835 032	60 572 531	25 262 501	41,71%
Gastos com Pessoal	105 829 238	77 027 784	28 801 454	37,39%
Gastos Operacionais/Activos Totais	13,47%	12,92%	-	4,26%
Gastos com Pessoal/Produto Bancário	78,37%	134,98%	-	-41,94%
FSE/Produto Bancário	63,56%	106,14%	-	-40,12%

*Em Janeiro de 2017 o Banco concluiu o processo de aumento de capital iniciado em 2016 no valor total de 215 108 880,00 (duzentos e quinze milhões cento e oito mil oitocentos e oitenta meticais) com impacto no aumento do Capital Social para 650 milhões de meticais e aumento do Rácio de Solvabilidade para 27,99%.

Em Moçambique ou no estrangeiro.

O Banco MAIS é o seu parceiro de negócios.

BANCO MAIS
BANCO MOÇAMBICANO DE APOIO AOS INVESTIMENTOS

O seu parceiro
de negócios.

2. APRESENTAÇÃO DO BANCO MAIS

Banco MAIS

O Banco MAIS é um banco focado no segmento empresarial que oferece um serviço completo de banca comercial aos seus clientes, através das suas sete Unidades de Negócios repartidas pelo País.

Missão, Visão e Valores

Missão

Garantir a qualidade, rapidez e rigor na entrega de Informação, Produtos e Serviços financeiros, maximizando valor para clientes, colaboradores e acionistas através da inovação e eficiência operacional.

Visão

Ser o Banco de referência, ao nível nacional, na qualidade de serviços prestado ao Clientes e Eficiência Operacional.

Valores

Transparecer em todos comportamentos, atitudes e decisões os princípios que servem de guia no exercício das responsabilidades e conquistas dos objectivos do Banco: Orientação ao Cliente, Rigor, confiança, transparência e trabalho em equipa.

- **Orientação ao Cliente.**
  Construir relações duradouras com os Clientes assentes no rigor, integridade e transparência. A dedicação e o compromisso com os nossos valores fazem com os Clientes saibam que podem contar connosco para fornecer serviços de qualidade, que os ajudam a alcançar os seus objectivos pessoais e profissionais.

- **Rigor, Confiança e Transparência**
  A accção de todos os Colaboradores obedece a princípios de elevado nível ético e rigorosamente pautada pelos normativos e recomendações do Banco inspirados pelo enquadramento legal instituído pelas entidades reguladoras.

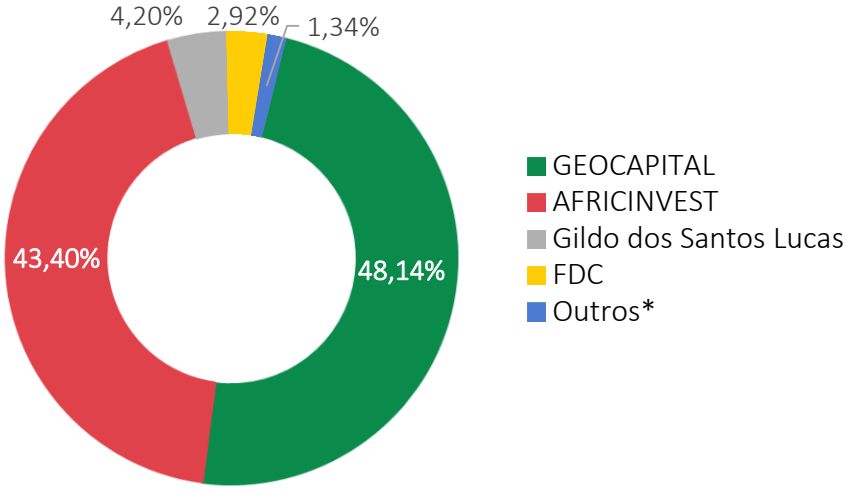
- **Trabalho em equipa**
  A prossecução da Missão não está ao alcance do trabalho de uma só pessoa mas sim de todos. A constante combinação de talentos e competências procura fomentar equipas altamente eficazes e com capacidade de gerar sempre mais e melhor e assim superar os seus próprios limites.

Estes valores (orientação ao Cliente, rigor, confiança, transparência e trabalho em equipa) traduzem a personalidade e a essência corporativa do Banco MAIS e são a nossa inspiração para fazer mais, maior e melhor, dia após dia, ano após ano, em benefício de todos.

Estrutura societária

Em 2016, o Banco MAIS prosseguiu com o reforço dos seus capitais próprios através de um aumento de capital, integralmente subscrito e realizado pelos seus principais acionistas, passando 434.891.120,00 MT (quatrocentos e trinta e quatro milhões, oitocentos e noventa um mil e cento e vinte Meticais) para 650.000.000,00 MT (seiscentos e cinquenta milhões de Meticais), representado por sessenta e cinco milhões acções, distribuídas do seguinte modo:

Distribuição da estrutura acionista (Em Percentagem)



*Outros accionistas privados

A Geocapital – Gestão de Participações, S.A. e a AfricInvest Financial Sector Limited, que entraram na estrutura accionista do Banco em 2014, são entidades com um forte conhecimento e experiência na gestão de instituições financeiras em África. Desenvolveram ao longo dos anos uma rede de parceiros internacionais de relevo, facilitando as ligações a Portugal, China, Macau, Hong-Kong, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Tunísia e França.

A Geocapital construiu uma rede de relações privilegiadas no contexto da sua actuação no quadro do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

A AfricInvest é uma empresa Pan-African Private Equity (PE) líder, com mais de 900 milhões de euros de Activos sob Gestão. O grupo já realizou mais de 135 investimentos implantados em mais de 25 países da África e completou com sucesso mais de 77 internacionalizações.

Foi fundada em 1994 por quatro sócios para tornar-se um dos primeiros gestores de fundos Private Equity em África. Em 2000, após o sucesso dos primeiros fundos, AfricInvest levantou o primeiro fundo PE focado no norte da África e co-fundou a African Venture Capital Association. Em 2004, a AfricInvest criou um fundo PE pioneiro na África subsaariana. Desde 2009, AfricInvest abriu 6 escritórios em todo o continente africano e cresceu para uma equipe de 66 profissionais de classe mundial.

A AfricInvest tem merecido a distinção de um relacionamento muito especial com a International Finance Corporation (IFC) do Banco Mundial, o Banco Europeu de Investimento, o African Development Bank, a Agência de Desenvolvimento Francesa e o Banco de Desenvolvimento da Holanda.

A FDC – Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade é uma instituição privada sem fins lucrativos com uma forte presença em Moçambique desde 1994, que visa fortalecer as capacidades das comunidades desfavorecidas com o objetivo de vencer a pobreza e promover a justiça social em Moçambique. As principais áreas de atuação da FDC são a educação, saúde, direitos humanos e cidadania, segurança alimentar, género e ambiente.

Órgãos sociais

Os Órgãos Sociais do Banco MAIS compreendem: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, a Comissão Executiva e o Fiscal Único. Os membros dos Órgãos Sociais foram eleitos na Assembleia Geral de 03 de Junho de 2014. Nessa mesma data, o Conselho de Administração designou, nos termos dos Estatutos, a composição da Comissão Executiva e o seu Presidente.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE Gildo Santos Lucas **VICE-PRESIDENTE** Lourenço Uate **SECRETÁRIO DA MESA** Iuri Samsser Khan (Secretário da Sociedade)	**PRESIDENTE** Narciso Matos **VICE-PRESIDENTE** Diogo Lacerda Machado **VOGAIS** Luis Veloso de Almeida Anselmo Cunhete Valentim Chernysh Christian Lim Joel Sibrac
COMISSÃO EXECUTIVA	**FISCAL ÚNICO**
PRESIDENTE Luís Veloso de Almeida **ADMINISTRADORES EXECUTIVOS** Anselmo Cunhete Valentim Chernysh	DELOITTE & TOUCHE (Moçambique) LDA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é composto por sete membros que efectuam o acompanhamento geral do Banco, definem as estratégias de actuação e deliberam sobre as matérias mais relevantes para o desenvolvimento do Banco.

O Conselho de Administração rege-se de acordo com os Estatutos e com um regulamento próprio.

COMISSÃO EXECUTIVA

A gestão executiva do Banco é assegurada por três administradores executivos, designados pelo Conselho de Administração, que dispõem de amplos poderes de gestão para a condução da actividade do Banco.

As reuniões da Comissão Executiva realizam-se, no mínimo, duas vezes por mês e sempre que sejam convocadas pelo seu Presidente.

Ao longo de 2016, a Comissão Executiva continuou a implementação, sob a sua supervisão, estruturas, controlos e processos com vista a assegurar e monitorizar as actividades do Banco, quer as de gestão corrente quer as de valor estratégico para a organização. Instituiu novos Departamentos que, em conjunto com os Órgãos Colegiais, asseguraram a monitorização das várias áreas organizacionais.

Órgãos Colegiais: Comité de Coordenação, Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), Comité de Gestão de Risco, Comité de Crédito, Comité de Negócios, Comité de *IT* e Comité de Recursos Humanos.

Comité de Coordenação: O Comité de Coordenação, que se realiza mensalmente, é constituído pelos membros da Comissão Executiva e pelos Responsáveis dos departamentos. Tem como função avaliar, em termos globais, o desempenho das actividades do Banco, identificar os pontos de estrangulamento e definir planos de actuação interdepartamental com vista a alcançar as metas definidas.

Comité de Gestão de Activos e Passivos: O Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO) tem uma periodicidade mensal e é constituído pelos membros da Comissão Executiva e pelos responsáveis dos Departamentos de Tesouraria e Mercados, Gestão de Risco e Planeamento e Controlo. O Comité avalia, mês a mês, a evolução da conta de exploração do Banco, identificando eventuais desvios de liquidez, de taxas de juro e de taxas de câmbio.

Comité de Crédito: O Comité de Crédito realiza-se semanalmente e é constituído pelo do Departamento de Crédito, Departamento Comercial, Departamento de Gestão de Risco, Departamento Jurídico e membros da Comissão Executiva. Tem como funções deliberar sobre as operações de crédito a clientes e acompanhar a evolução da qualidade da carteira de crédito.

Comité de Gestão de Risco: O Comité de Gestão de Risco, realizado mensalmente, é constituído pelos membros da Comissão Executiva e pelos Responsáveis do Departamento de Gestão de Risco, Crédito e Planeamento e Controlo. Tem como função monitorizar a evolução do perfil integrado de risco do Banco, zelando pelas políticas, metodologias e procedimentos de avaliação e controlo

de todos os tipos de risco, bem como analisar a eficácia do processo de gestão de riscos.

Comité de Negócios: O Comité de Negócios, que tem periodicidade mensal, é constituído pelos membros da Comissão Executiva e pelos Responsáveis do Departamento Comercial e Marketing. Tem como função fazer o acompanhamento das iniciativas de âmbito comercial, propondo estratégias de actuação conducentes à aceleração da evolução do negócio de cada segmento de Clientes.

Comité de *IT*: O Comité de *IT* - *InformationTechnology* realiza-se mensalmente e o seu quórum é constituído pelos membros da Comissão Executiva, pelos Responsáveis de Departamentos e de Projectos em curso. Tem como função a priorização, orçamentação e o acompanhamento de todos os projectos estruturantes, enquadrados no âmbito de IT.

Comité de Gestão de Recursos Humanos: O Comité de Gestão de Recursos Humanos é de periodicidade mensal, é constituído pela Comissão Executiva, e pelo responsável do Departamento de Recursos Humanos. Tem como principal função a definição, decisão e acompanhamento das políticas de Recursos Humanos do Banco, para apoio à eficiência Operacional e de Negócio.

FISCAL ÚNICO

O Fiscal Único é responsável pelo controlo e pela legalidade da gestão financeira e patrimonial do Banco. De entre várias competências, destacam-se:

- Acompanhar e fiscalizar, com regularidade, o cumprimento dos regulamentos contabilísticos aplicáveis, a situação financeira e patrimonial do Banco e analisar a contabilidade;
- Dar parecer sobre o relatório de gestão e sobre as contas de Administração para cada exercício, incluindo documentos de certificação legal de contas anuais;
- Elaborar relatórios da sua acção fiscalizadora, incluindo um relatório anual global;
- Pronunciar-se sobre os assuntos que lhe sejam submetidos pelos órgãos de Gestão do Banco;

Este cargo é desempenhado pela empresa de Auditoria DELLOITE & TOUCHE (Moçambique) LDA.

Auditor Externo

A auditoria externa é assegurada pela Ernst & Young, Lda. O Banco considera que os seus Auditores Externos em exercício possuem os requisitos de disponibilidade, conhecimento, experiencia e idoneidade requeridos para o desempenho cabal das suas funções.

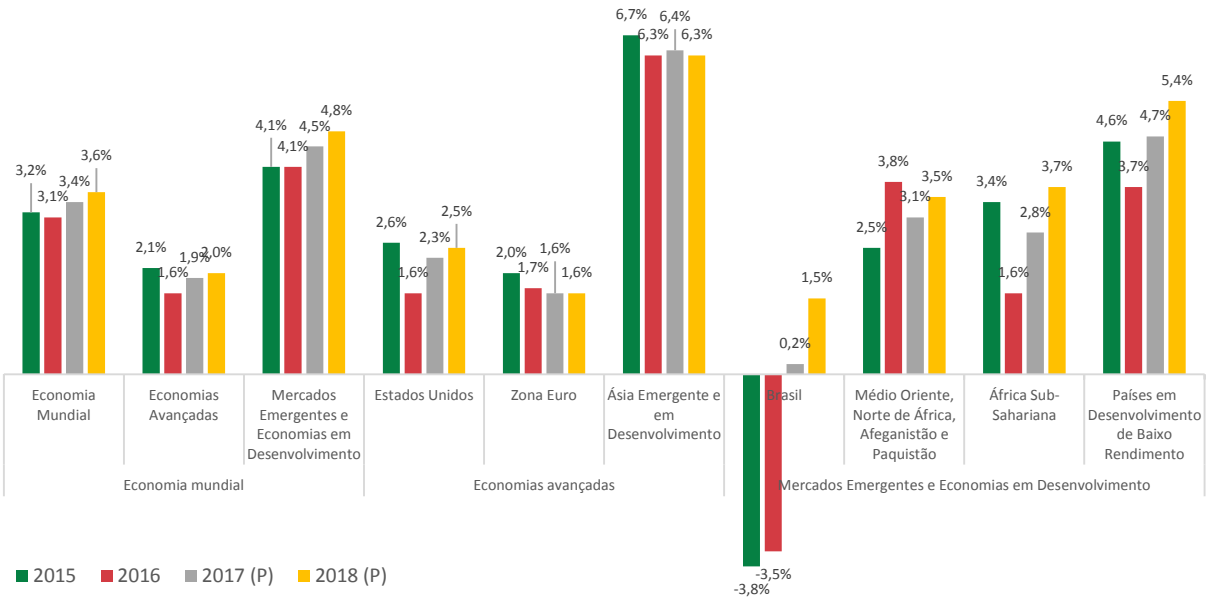
3. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Economia internacional

A economia mundial cresceu 3,1% em 2016, abaixo dos 3,2% no ano anterior, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI). As economias avançadas progrediram 1,6% no ano de 2016, contra 2,1% em 2015, enquanto os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento mantiveram o mesmo ritmo de crescimento nos últimos dois anos, 4,1%. Os resultados dentro dos blocos económicos são, todavia, muito diversos.

No grupo das economias desenvolvidas, os Estados Unidos abrandaram claramente o ritmo, com o produto interno bruto (PIB) a crescer 1,6% em 2016, contra 2,6% em 2015. A Europa da Zona Euro também desacelerou, ao registar um aumento de actividade de 1,7% em 2016 contra 2% no ano precedente. Entre as maiores economias desenvolvidas, os crescimentos mais expressivos em 2016 foram os de Espanha, com 3,2% (igualando 2015) e do Reino Unido, de 2% (menos duas décimas em relação ao ano anterior), segundo dados do FMI

Evolução da Economia Mundial e dos Principais blocos económicos (Fonte: FMI)



No grupo dos mercados emergentes e das economias em desenvolvimento, a Rússia conseguiu deter a tendência decrescente de 2015, uma vez que em 2016 o seu PIB perdeu 0,6%, quando tinha caído 3,7% no ano anterior. As economias asiáticas continuaram com crescimentos acima dos 6%, ainda que em ligeiro abrandamento. A China cresceu 6,7% em 2016, contra 6,9% em 2015. O PIB da Índia aumentou 6,6% em 2016, contra 7,6% em 2015. Na América Latina, o Brasil manteve em 2016 perdas de produção de

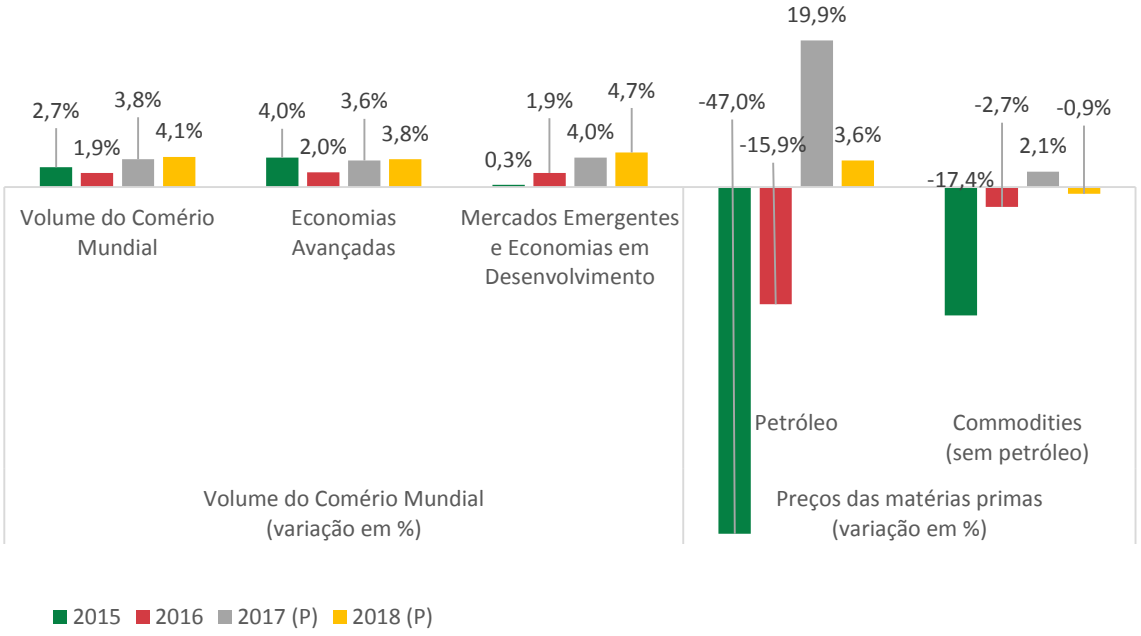
3,5%, depois de já ter contraído 3,8% em 2015. Na África Sub-Sahariana, a desaceleração das duas maiores economias da região contribuiu para que o PIB deste bloco tenha crescido apenas 1,6% em 2016, contra 3,4% em 2015. Efectivamente, a Nigéria registou uma quebra do produto de 1,5% em 2016, face a um crescimento de 2,7% em 2015, enquanto a África do Sul passou de um crescimento de 1,3% em 2015 para apenas 0,3% em 2016.

As razões para a desaceleração da actividade económica mundial em 2016 são de ordem diversa, entre as quais se encontram uma redução expressiva do comércio internacional, fraco investimento, apesar de os preços das *commodities* terem estabilizado em níveis mais baixos do que no ano precedente (o preço do petróleo caiu em média 15,9% em 2016 e as restantes matérias primas desceram, em média ponderada, em 2,7%, segundo o FMI).

Nos Estados Unidos, a expressiva redução da taxa de crescimento do PIB em um ponto percentual ficou a dever-se à quebra de 1,6% do investimento privado (pela primeira vez desde 2009), apesar de o consumo ter subido 2,7% (assinalando que a dívida das famílias está em níveis semelhantes ao período pré-crise de 2007).

A China – cujo comportamento é seguido de muito perto pelos analistas porque é um dos principais motores da economia mundial, uma vez que é o segundo maior importador mundial de bens e serviços – é um grande consumidor de petróleo e outras *commodities*, e a sua desaceleração e mudança de modelo de crescimento tem sido decisivo para a baixa dos preços das matérias-primas a nível global. Beijing continua a apostar numa economia mais focada no estímulo ao consumo interno.

Indicadores da economia mundial (Fonte: FMI)



Os níveis do comércio internacional, o qual reflecte a procura e a oferta nos vários países, que por sua vez influi nos níveis de investimento, é talvez dos indicadores mais preocupantes para a economia global em 2016. Em 2016 o comércio internacional aumentou apenas 1,9%, quando tinha crescido 2,7% no ano anterior e quando a média dos últimos 20 anos se situa em cerca de duas vezes o crescimento do PIB. Os analistas dividem-se sobre as explicações para este comportamento, e apontam alguns factores, mas a mudança de política económica na China não é a principal causa desse comportamento e, segundo o FMI, explica apenas um sexto da desaceleração do comércio mundial, enquanto as políticas protecionistas também não têm responsabilidades muito significativas. O FMI estima que três quartos da redução do comércio internacional se deve à fraca procura global ou, dito de outra forma, que o receio económico geral é o grande responsável por esta evolução. O tema da globalização – vantagens e desvantagens e as políticas que os países estão a adoptar – irá certamente continuar a estar na agenda do crescimento económico, com novos tópicos, como a decisão do Reino Unido de sair da União Europeia ou a nova política económica e geoestratégica do presidente dos Estados Unidos.

No plano global, as taxas de juro mantiveram-se em 2016 em níveis historicamente baixos, embora os Estados Unidos tenham assinalado uma subida de juros, no último mês do ano, o que impacta negativamente o valor das moedas que estão ligadas ao dólar, em particular para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento.

No que respeita ao nível de preços, o ano de 2016 não trouxe muitas alterações aos principais blocos económicos. Nas economias avançadas, os preços aumentaram em média 0,7% em 2016, contra 0,3% no anterior. Nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento, o nível médio dos preços cresceu 4,5% em 2016, quando tinha aumentado 4,7% no ano precedente.

As perspectivas para a economia mundial em 2017 e nos anos seguintes estão bastante dependentes das políticas que o novo presidente norte-americano, Donald Trump, se propõe implementar, designadamente de um maior protecionismo para as empresas americanas e de estímulos fiscais, assim como estão condicionadas pela sua política geoestratégica, cujos primeiros sinais foram de grande perplexidade para algumas das principais economias globais. Os desenvolvimentos decorrentes da saída do Reino Unido da União Europeia, a quinta maior economia do mundo, são também um importante factor de incerteza.

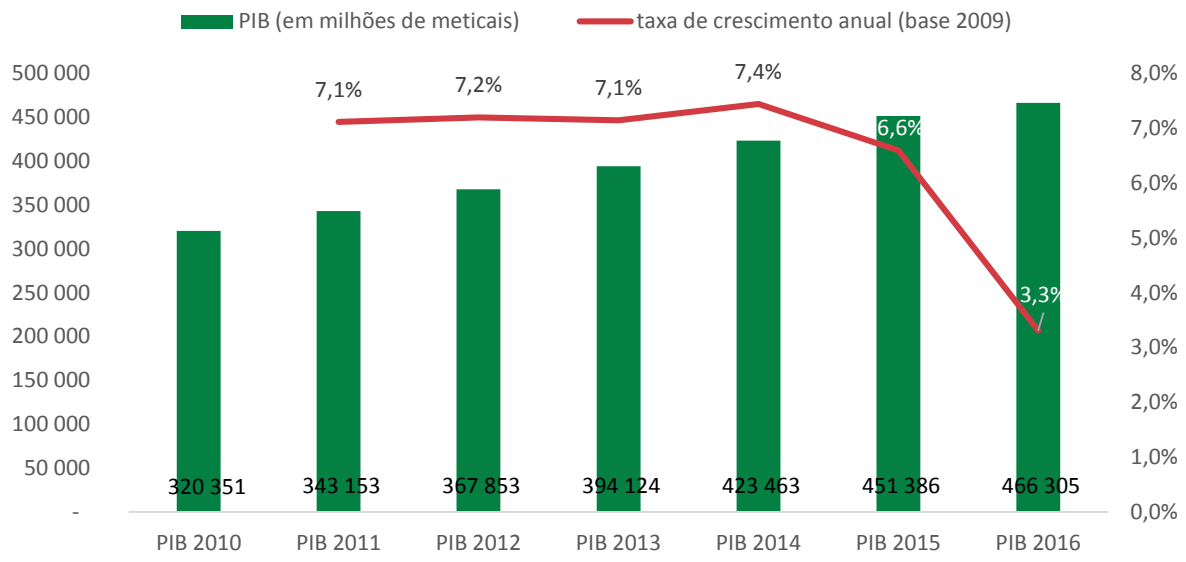
As previsões de vários organismos internacionais continuam a ser animadoras, uma vez que acrescentam entre três a quatro décimas à taxa de crescimento do produto, face às estimativas de 2016. A base para estas previsões está, por um lado, no melhor desempenho registado no segundo semestre de 2016, antevendo uma retoma, assim como num conjunto de factores, como algum aumento dos preços das matérias-primas, o que é positivo para os exportadores de *commodities*, e o aumento da procura por parte da China, que também teve como consequência o aumento dos preços de algumas matérias-primas. O aumento de taxa de juro nos EUA em Dezembro de 2016, que veio consolidar o aumento efectivo das remunerações da dívida americana, irá influenciar também a apreciação do dólar.

Desempenho económico e social em Moçambique

O Produto Interno Bruto de Moçambique cresceu 3,3% em 2016, em contraste com uma subida de 6,6% em 2015, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística.

Do lado da oferta, e de acordo com a análise do Banco de Moçambique, este abrandamento terá resultado da queda de produção devido à instabilidade militar e aos eventos climáticos extremos (cheias e seca) que afectaram o desempenho do sector da agricultura. Do lado da procura, a redução das despesas de investimento e de consumo, em resultado dos efeitos da política monetária restritiva e da contenção da despesa pública, em face da suspensão da ajuda externa pelos parceiros programáticos, explica, em parte, o fraco desempenho da actividade económica registada em 2016.

Evolução do PIB (Fonte: FMI)



A consequência destes eventos foi que, como explica a Economist Inteligence Unit (EIU), a economia de Moçambique foi prejudicada em 2016 pela falta de divisas, pelo aumento exponencial da inflação e pela redução da despesa pública, em simultâneo com a percepção entre os responsáveis da banca e das empresas privadas dos elevados riscos políticos.

O ano de 2016 foi muito desafiante, quer para os agentes económicos e políticos, quer para as famílias moçambicanas, e a segunda metade do ano foi particularmente difícil, uma vez que convergiram os grandes aumentos de preços e de taxas de juro, as indecisões sobre os grandes investimentos, os efeitos da restrição orçamental e as incertezas relacionadas com o aumento da tensão político-militar.

Já no final do ano de 2016, alguns sinais começaram a ajudar a mudar as perspectivas, quer com o desanuviamento da situação político-militar (com as tréguas entre os dois principais partidos políticos, que se mantiveram nos primeiros meses do ano seguinte), as indicações de que os contratos do gás iriam realmente avançar (e confirmado com a assinatura de compra e venda entre a Exxon e a ENI no início de Março de 2017) e com a verificação de que a política restritiva do Banco de Moçambique conseguiu estancar e começar a inverter a desvalorização do metical e a subida da inflação.

O início de 2017, ainda com base nalguns acontecimentos e comportamentos de 2016, que vieram a ser conhecidos apenas em 2017, indiciou efectivamente melhores perspectivas para o País para 2017.

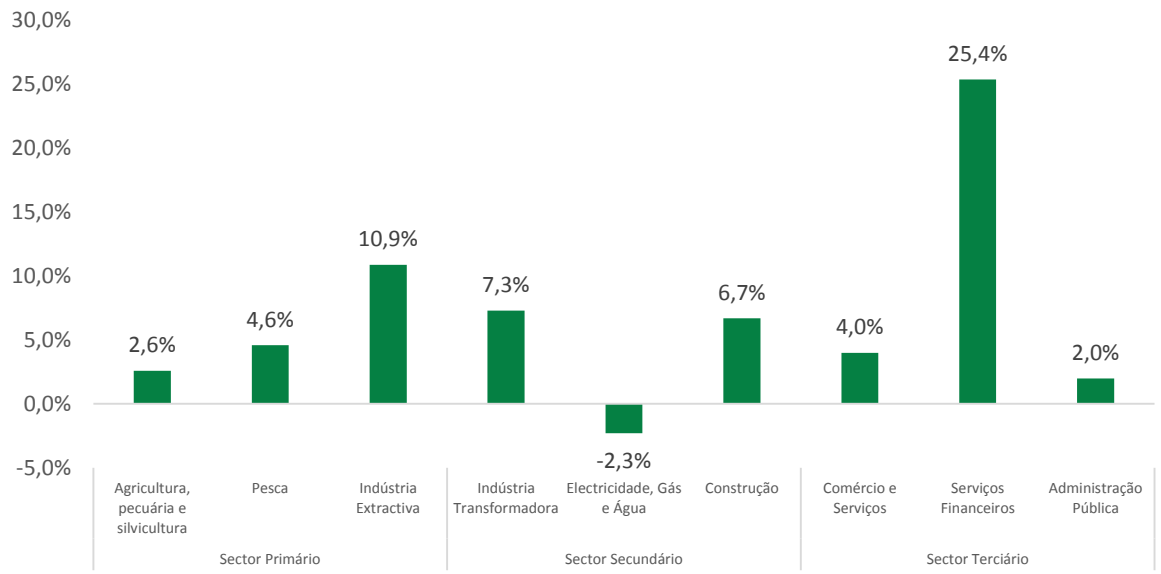
Por um lado, algumas economias avançadas e emergentes, com destaque para os EUA, Zona Euro, Reino Unido e China, deram alguns sinais de retoma no quarto trimestre, a qual poderá explicar a tendência para o aumento dos preços das principais *commodities* nos mercados internacionais, com impactos positivos sobre as exportações de Moçambique.

Foi assim que, como refere o Banco de Moçambique, o aumento das exportações, com destaque para as dos grandes projectos, e a queda significativa das importações contribuíram para que o saldo da balança comercial de bens nas transacções com o exterior, no quarto trimestre de 2016, fosse positivo pela primeira vez em mais de duas décadas.

Dados provisórios citados pelo banco central indicam que, no quarto trimestre, pela primeira vez nos últimos anos, as exportações de bens excederam as importações em 18,2 milhões de dólares, contra um excesso das importações sobre as exportações de 904 milhões de dólares em igual período de 2015. O incremento das receitas de exportação é explicado pelo efeito combinado do aumento das quantidades exportadas pelos grandes projectos e melhoria dos respectivos preços.

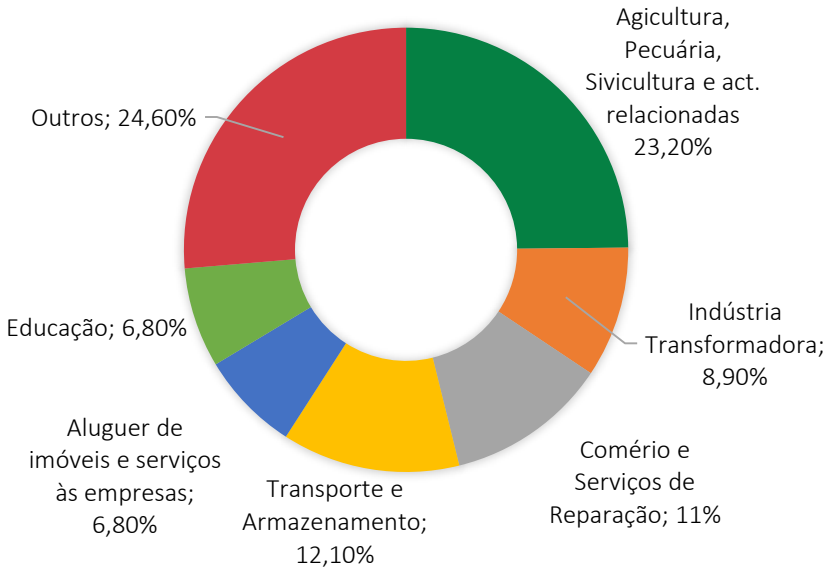
No período, as receitas de exportação do carvão mineral e do alumínio aumentaram em 225% e 18%, respectivamente. Em termos acumulados no ano, manteve-se o défice comercial, tendo o mesmo sido reduzido em 65%, justificado pela queda das importações que superou a redução das exportações.

Sectores mais dinâmicos da economia em 2016 (%)



A nível sectorial, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, o desempenho da actividade económica em Moçambique em 2016 é atribuído em primeiro lugar ao sector secundário, que cresceu 5,2%, com maior destaque para o ramo da indústria transformadora com cerca de 7,3% de incremento, seguido do ramo da construção com 6,7%. O sector terciário registou um crescimento de 5,1%, muito induzido pelo ramo dos serviços financeiros, com um aumento de 25,4%. O sector primário também registou um crescimento positivo na ordem de 3,9%, impulsionado pelo ramo da indústria de extracção mineira com 10,9%.

Peso dos Ramos de Actividades no PIB (Fonte: INE, 2016)



No que respeita à estrutura da economia, o ramo da agricultura, pecuária, caça, silvicultura, actividades relacionadas e pesca, teve a maior participação na economia em 2016, com um peso no PIB de 23,2%. Seguem-se os ramos dos transportes, armazenagem e actividades auxiliares dos transportes, e informação e comunicações, com uma contribuição conjunta de 12,1 %. Ocupa o terceiro lugar o ramo do comércio e serviços de reparação com 11,0%, seguido do ramo da Indústria transformadora, com um peso de 8,9%. O aluguer de imóveis, os serviços prestados às empresas e a Educação, representam 6,8% cada. Os restantes ramos de actividade em conjunto tiveram um peso de 24,6% no PIB de 2016.

Para 2017, as perspectivas são de um melhor desempenho económico. O Banco de Moçambique prevê um crescimento da economia nacional em 2017 em torno dos 5,5% (a mesma estimativa do FMI), com uma taxa de inflação de 14% até Dezembro do próximo ano.

Por outro lado, a *Economist Intelligence Unit* estima uma taxa média de crescimento do PIB de 4,2% em 2017, ainda assim longe da média de 7,3% conseguida no período compreendido entre 2005 e 2015.

A perspectiva é que a produção de carvão seja um dos motores da economia, devido ao aumento dos preços internacionais e à procura robusta por parte da Índia, um dos principais importadores deste produto, a que associará o esforço das empresas mineiras no sentido da redução dos custos de produção.

A agricultura irá também dar a sua contribuição para a retoma da economia, com o esmorecimento dos efeitos do El Niño, mas tratar-se-á de um crescimento limitado devido à baixa produtividade dos pequenos agricultores.

O nível geral de preços (inflação) fixou-se nos 25,27% em termos homólogos em Dezembro de 2016 face ao mesmo mês de 2015, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

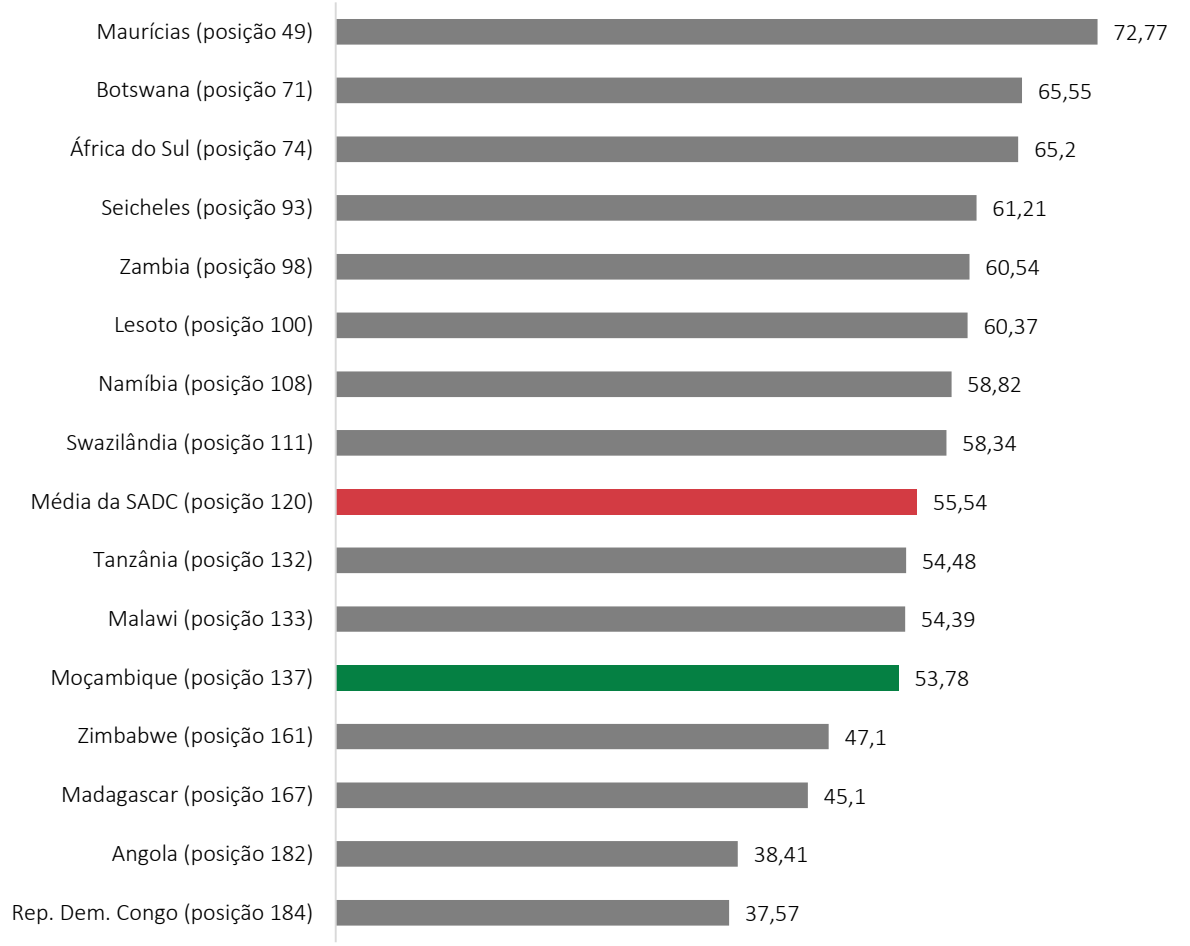
A inflação registou um ritmo galopante em 2016, com grande impacto no poder de compra das famílias. A inflação homóloga de Dezembro de 2015 tinha sido de 10,55% e no final de 2014 foi de 1,93%. A subida dos preços é explicada, quer pela grande desvalorização do metical, que encareceu uma grande componente de bens de consumo importados, em particular os alimentares, quer com a ocorrência de fenómenos climatéricos extremos (cheias no centro e norte do país e seca no Sul), que ditaram quebras substanciais na produção agrícola e obrigaram a recorrer ainda mais a produtos importados, agravando o primeiro efeito. Os produtos e serviços de grande impacto económico, como combustíveis, electricidade, água, também subiram preços, o que também fez aumentar o nível dos preços, sendo que alguns deles não registavam subidas desde há alguns anos.

Este conjunto de eventos teve efeitos gravosos sobre o ambiente económico e sobre as condições de vida dos moçambicanos.

No plano social, o desenvolvimento de Moçambique continua a ser um desafio não superado. De acordo com o mais recente Índice de Desenvolvimento Humano, de 2015, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, "A rápida expansão económica de Moçambique ao longo das últimas décadas teve apenas um impacto

moderado na redução da pobreza e a distribuição geográfica da pobreza permaneceu em grande parte inalterada. Moçambique também precisa de melhorar os seus indicadores sociais. O Índice de Desenvolvimento Humano 2015 colocou Moçambique no final do ranking (180 de 188 países e territórios). A taxa de alfabetização de adultos é de 56% e a esperança média de vida ao nascer é de 50,3 anos. Moçambique enfrenta outros desafios, como o aumento da desnutrição e o atraso de crescimento. A malária continua a ser a causa mais comum de morte, responsável por 35% da mortalidade infantil e 29% pela população em geral. A prevalência de HIV entre adultos mostra uma tendência descendente, mas estabilizou a uma taxa relativamente alta de 11,5%. O índice de progresso social para o acesso a fontes melhoradas de água e saneamento classifica Moçambique nas posições 128º e 119º, respectivamente, de 135 países. De facto, Moçambique tem um dos níveis mais baixos de consumo de água no mundo, apesar de estar dotado de uma grande variedade de fontes de água. Como resposta a estes desafios, as autoridades moçambicanas consideraram os sectores sociais como prioridades e o financiamento tem vindo a aumentar para estes sectores em geral".

Economias da SADC no Ranking Doing Business 2017



No que respeita ao ambiente económico, do ponto de vista externo, Moçambique mantém uma posição baixa, quando analisado pelo seu ambiente de negócios. Segundo o ranking *Doing Business* do Banco Mundial, Moçambique ficou na posição 137 na listagem de 2017, depois de ocupar o lugar 133 em 2016, posição que já representa um agravamento de cinco posições em relação a 2015. Esta posição é também preocupante do ponto de vista regional, uma vez que, entre os países de proximidade, Moçambique é um dos que regista uma classificação menos favorável.

Facto relevante em 2016 foi a entrada de um novo Governador para o Banco de Moçambique, Rogério Lucas Zandamela.

Mercado monetário e taxas de juro

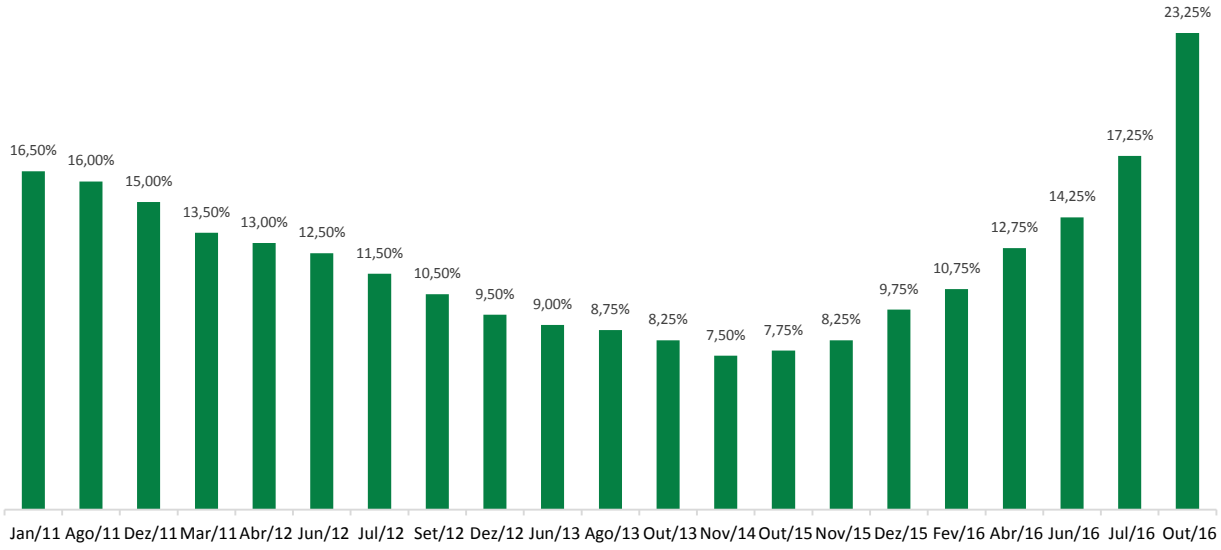
A desvalorização acentuada do metical e o consequente aumento galopante da inflação foram dois dos principais motivos que levaram o Banco de Moçambique a adoptar uma política de restrição monetária sem paralelo nos últimos anos.

Em Outubro, a descrição do Banco de Moçambique era elucidativa do estado agudo da situação: "As taxas de juro do Mercado Monetário Interbancário superaram a da Facilidade Permanente de Cedência (FPC).

Em Setembro, as taxas de juro médias ponderadas resultantes dos leilões de BT para as maturidades de 91 e 182 dias aumentaram para 18,40% e 18,50%, respectivamente, superando deste modo a taxa da FPC, taxa penalizadora, que se mantém desde Julho em 17,25%. A taxa de juro das permutas de liquidez entre os bancos comerciais subiu em 588 pontos base para 16,87% no último dia de Setembro. Por seu turno, os bancos comerciais agravaram nos últimos meses as taxas de juro nominais praticadas nas suas operações activas, tendo a média da taxa de juro para a maturidade de um ano aumentado em 252 pontos base entre Junho e Agosto para 23,85%." Esta leitura, a par com outros dados, levaram o banco central a aumentar as taxas directoras, de uma só vez, em seis pontos percentuais.

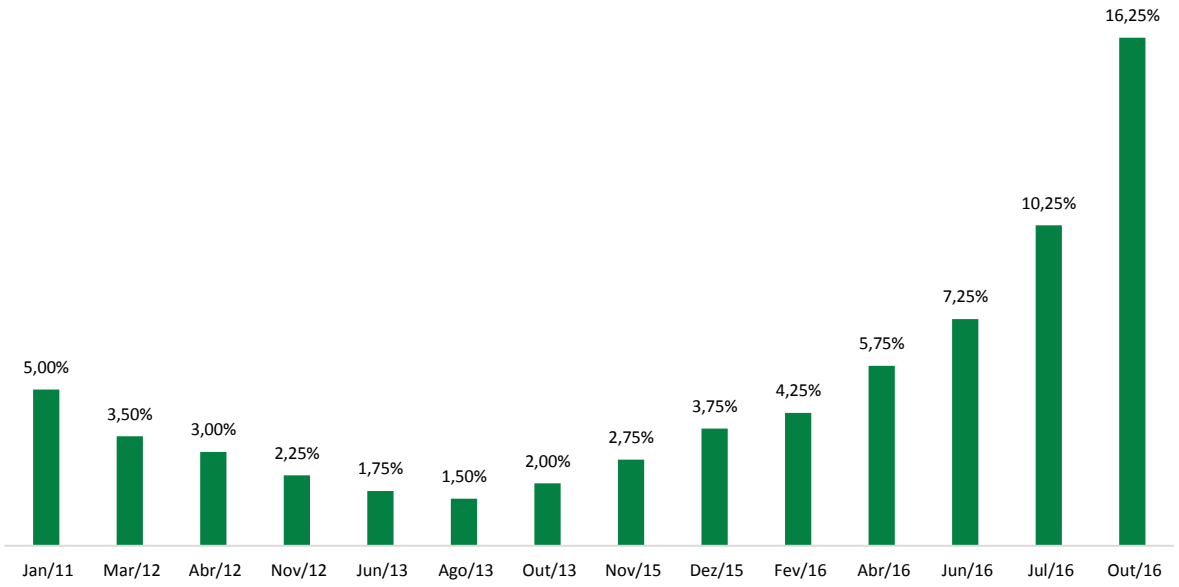
Já no final de 2015 o banco central tinha assinalado medidas de política monetária mais restritivas, ao ter aumentado, nos últimos três meses do ano, a taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez em 2,25 pontos percentuais. Em 2016, entre Fevereiro e Outubro, esta mesma taxa registou um aumento acumulado de 13,5 pontos percentuais, para se situar em 23,25%, nível onde se manteve nos primeiros meses de 2017.

Taxa da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez



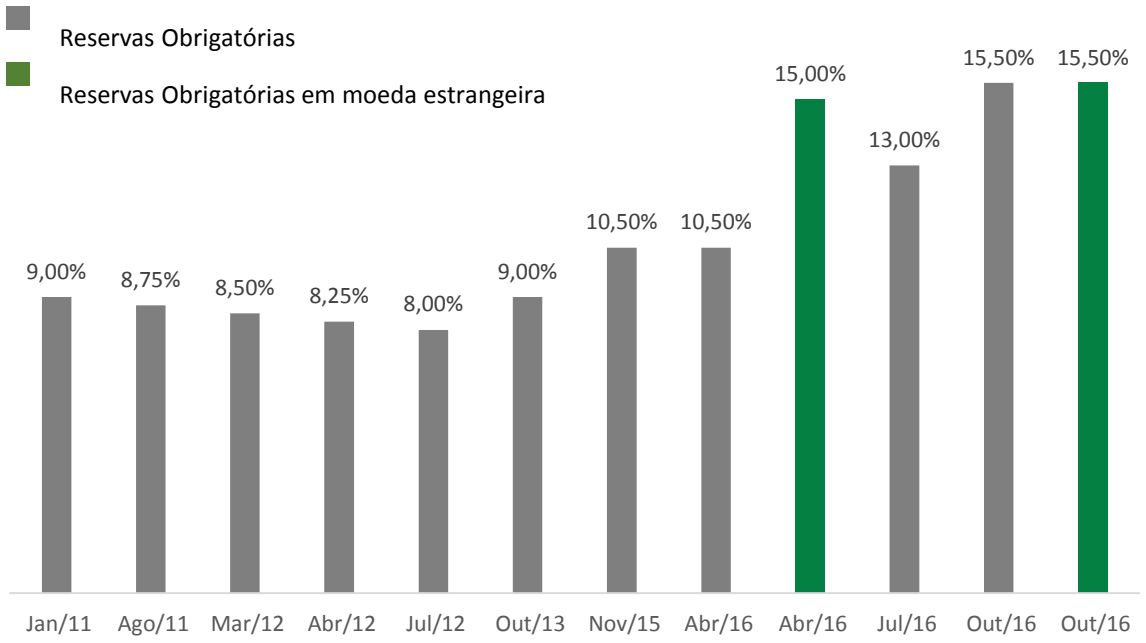
Também a taxa da facilidade permanente de absorção de liquidez registou um aumento muito significativo em 2016, ao passar de 3,5% em Dezembro de 2015 para 16,25% em Outubro de 2016, nível onde também se manteve no início de 2017.

Taxa da Facilidade Permanente de Depósitos



No plano da política monetária, destaque ainda para alteração, a 20 de Abril de 2016, do regime de Reservas Obrigatórias, segregando a base de incidência em moeda nacional e moeda estrangeira e diferenciando os respectivos coeficientes, mantendo o coeficiente em moeda nacional em 10,5% e fixando o novo coeficiente para a componente em moeda estrangeira em 15%, sendo que a constituição desta última passa a ser feita em dólares norte-americanos. Após vários aumentos de taxas directoras, em Outubro, o banco central decidiria unificar, com efeitos a partir do período de constituição com início a 22 de Novembro de 2016, os coeficientes de reserva obrigatória, aumentando tanto o coeficiente de moeda nacional como o coeficiente de moeda estrangeira para 15,5%.

Coeficiente de Reservas Obrigatórias



Os impactos desta política fizeram-se sentir a vários níveis, designadamente no sector empresarial, com o abrandamento económico, o encerramento de empresas e o despedimento de colaboradores.

Mercado cambial

O mercado cambial caracterizou-se em 2016 por uma acentuada quebra do valor relativo do metical face às principais moedas de referência, assim como em relação a moedas parceiros comerciais relevantes na região, como é o caso da África do Sul.

Como bem resume o Banco de Moçambique, no seu relatório de Outubro, "O excesso da procura de divisas para importação em relação à oferta, condicionada pela suspensão da ajuda externa e redução do fluxo de investimento directo estrangeiro,

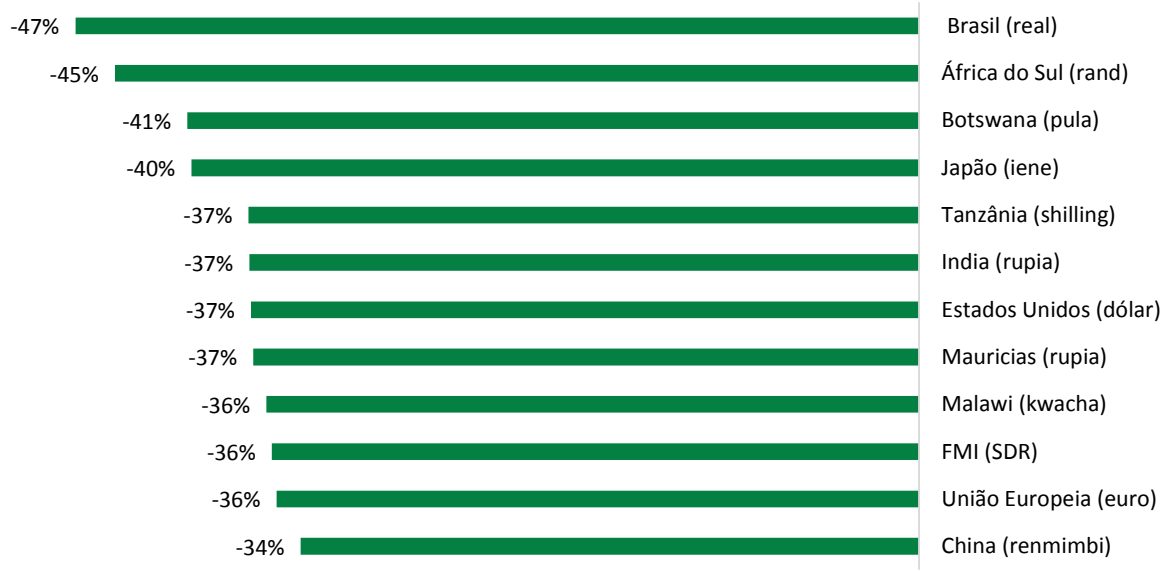
num contexto de aumento do serviço da dívida pública, contribui para a contínua depreciação do Metical".

Foi assim que, até Setembro de 2016, a taxa de câmbio superou os 80 meticais por dólar nos bancos comerciais, reflectindo uma depreciação de cerca de 66%. Segundo dados do Banco de Moçambique, o metical passou de um valor médio mensal de 45,34 meticais por dólar americano em Janeiro de 2016 para um valor médio mensal de 70,75 meticais por dólar em Dezembro de 2016, depois de uma média mensal de 77,58 meticais por dólar em Outubro e após ter ultrapassado os 80 meticais por dólar.

No que respeita ao euro, o metical passou de um valor médio mensal de 49,25 meticais por euro em Janeiro de 2016 para um valor médio mensal de 76,62 meticais por euro em Dezembro de 2016, depois de uma média mensal em Outubro de 85,46 meticais por euro, tendo chegado a ultrapassar os 90 meticais por euro.

No que respeita ao parceiro comercial e vizinho África do Sul, o metical passou de um câmbio médio mensal de 2,78 meticais por rand em Janeiro de 2016 para um valor médio mensal de 5,24 meticais por rand em Dezembro de 2016, depois de uma média mensal em Outubro de 5,57 meticais por rand.

Depreciação do metical face às moedas de referência e parceiros comerciais em 2016
(Variação em % das médias do primeiro e quarto trimestre. Fonte: Banco de Moçambique)



Em consequência da política monetária restritiva adoptada pelo banco central, a taxa de câmbio registou uma inversão nos dois últimos meses do ano, trajectória que se revelou sustentada, embora lenta, nos primeiros meses do ano seguinte.

No que respeita a operações no Mercado Cambial, e de acordo com informação do Relatório de Conjuntura Económica e Perspectivas de Inflação (CEPI) do Banco de Moçambique, em Novembro de 2016, em termos acumulados, o volume de transacções entre os bancos comerciais e a

sua clientela (compra e vendas de divisas), em dólares, reduziu-se para cerca de 6.020 milhões de dólares, face a um volume de 10.022 milhões de dólares no período homólogo anterior (2015). No mesmo período de 2016, o Banco de Moçambique vendeu aos bancos comerciais, em termos líquidos, 473 milhões de dólares (635 milhões de dólares em 2015). Por outro lado, até Novembro de 2016, o Banco de Moçambique comprou cerca de 137 milhões de dólares (face a apenas 13 milhões de dólares em 2015), dos quais 127 milhões de dólares em Novembro, segundo o banco central a reflectir, provavelmente, o aumento das receitas das exportações e a necessidade de mais encaixe de meticais pelas instituições de crédito para satisfazer os requisitos das reservas obrigatórias.

Assim, até Novembro de 2016, o montante de compras dos bancos comerciais (público e BM) foi inferior ao das vendas ao público, o que resultou no desgaste das suas reservas em moeda externa de 114 milhões de dólares, ainda assim, inferior ao desgaste de 483 milhões de dólares registado em igual período do ano precedente.

Entre Novembro de 2016 e Janeiro de 2017, o Banco de Moçambique comprou divisas no Mercado Cambial Interbancário (MCI), tendo adquirido dos bancos comerciais cerca de 136 milhões de dólares, em Dezembro de 2016, e 25,4 milhões de dólares em Janeiro de 2017, totalizando um valor acumulado de Novembro de 2016 a Janeiro de 2017 de 278 milhões e dólares. Estes montantes permitiram o aumento das Reservas Internacionais Líquidas para um saldo de cerca de 1.798 milhões de dólares, em Janeiro de 2017, montante suficiente para cobrir cerca de cinco meses de importação de bens e serviços não factoriais, excluindo os grandes projectos. Na fase mais crítica da crise cambial, em 2016, o nível de reservas chegou a baixar para 2,5 meses de cobertura de importações.

Sector bancário

De acordo com o Banco de Moçambique, a desaceleração do crédito bancário ao sector privado em 2016 é consistente com o ligeiro aumento do crédito malparado, não obstante o sector bancário apresentar-se sólido e bem capitalizado. Dados de Dezembro de 2016 mostram que, no ano, o crédito bancário ao sector privado expandiu em 29.033 milhões de meticais, correspondente a um aumento de 12,5%, após um acréscimo de 19,3% em 2015, equivalente a um fluxo de 37.522 milhões, uma desaceleração que está em linha com o abrandamento do crescimento económico. Entretanto, dados provisórios mostram que o rácio do crédito malparado aumentou ligeiramente, situando-se em torno dos 5,2% em Novembro de 2016, após 4,3% em igual período de 2015, sendo que os quatro maiores bancos têm uma média de 3,9% e os restantes apresentam um rácio de 8,8%. O rácio de solvabilidade médio do sistema bancário reduziu-se para 14,6%, em Novembro de 2016, após 16,5% em igual período de 2015.

Segundo a KPMG, no mais recente relatório produzido em conjunto com a Associação Moçambicana de Bancos, referente à actividade do sector em 2015, o número de bancos a operar em Moçambique ascende a 19, depois da entrada do português Banco

BIG em 2016. Em 2015, e apesar de um contexto económico difícil, o sector bancário registou progressos, com os lucros a aumentar 22% para 7,9 biliões de meticais, em boa parte devido a um expressivo aumento de 23% nos empréstimos e adiantamentos. Os três maiores bancos absorveram 95% daqueles lucros. Os activos do sector aumentaram 24% para 428 biliões de meticais no final de 2015.

O sector bancário em Moçambique foi marcado no ano de 2016 por uma conjuntura difícil, tendo em conta a desaceleração da actividade económica, a política monetária restritiva e as condicionantes político-militares que aumentaram a percepção de risco do país e inibiram investimentos e o financiamento da economia através dos mecanismos que o sector bancário proporciona.

O sector foi também marcado pela intervenção do Banco de Moçambique em duas instituições financeiras, o Nosso Banco e o Moza Banco, com riscos de efeito sistémico que essas intervenções, com sucesso, conseguiram evitar.

O comunicado que o banco central emitiu a 11 de Novembro sobre o Nosso Banco referia que "Após sucessivos incumprimentos dos planos de recuperação apresentados, o Banco demonstrou incapacidade de sair da difícil situação económico-financeira em que se encontra tendo-se, por conseguinte, colocado numa situação inviável". Acrescenta que esta situação "pondo em risco os interesses dos depositantes e demais credores, bem assim o normal funcionamento do sistema bancário, o Banco de Moçambique ao abrigo [da lei] determinou a revogação da autorização para o exercício de actividade conferida ao Nosso Banco, SA, o que implica, nos termos [da lei] a sua dissolução e liquidação. O Fundo de Garantia de Depósitos, criado [pela lei], assegurará o reembolso do valor dos depósitos constituídos por clientes do Banco que sejam pessoas singulares, nos termos previstos [na lei]".

Também no Moza Banco a intervenção do Banco de Moçambique, no dia 30 de Setembro é explicada: "A situação financeira e prudencial do Moza Banco, SA tem vindo a degradar-se de forma insustentável. Mostrando-se necessário reforçar as medidas extraordinárias de saneamento, previstas [na lei], tendo em vista proteger os interesses dos depositantes e outros credores, bem assim salvaguardar as condições normais de funcionamento do sistema bancário, ao abrigo [da lei], o Banco de Moçambique determina: 1. Designar um Conselho de Administração provisório, presidido pelo senhor Dr. João Filipe Figueiredo, com efeitos imediatos, cujo mandato durará até à normalização da situação; 2. Suspender, com efeitos imediatos, os membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Moza Banco. O Banco de Moçambique assegura ao mercado, aos clientes e ao público em geral que o Moza Banco continuará a funcionar dentro da normalidade"

4. ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

Principais Linhas de Negócio

Desde a sua reestruturação que um dos pilares estratégicos e de diferenciação do Banco MAIS é a apresentação de serviços caracterizados pela qualidade e permanente orientação para as necessidades de cada Cliente. Em 2016, o Banco conseguiu atingir um crescimento de 46% do volume de depósitos e de crédito a clientes, fruto de um forte dinamismo comercial, junto dos segmentos de clientes empresas e particulares.

As principais prioridades estratégicas no plano comercial privilegiaram a captação de clientes e captação do negócio de empresas.

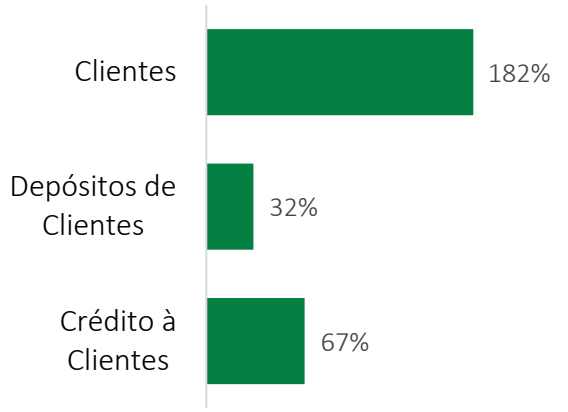
Com o objectivo de atingir as metas estabelecidas e uniformizar metodologias de acompanhamento e de dinamização dos vários segmentos, foi efectuada uma restruturação nas equipas comerciais, em particular ao nível do Retalho, que visou um melhor e mais próximo acompanhamento das reais necessidades dos Clientes deste segmento.

Foram também reforçadas as iniciativas que permitiram uma maior proximidade com os clientes, através de parcerias e protocolos estabelecidos com entidades públicas e organizações, procurando responder de forma transversal às exigências e necessidades dos clientes particulares e empresas, através da assinatura de protocolos específicos. Com destaque para o fortalecimento da relação com a União de Exportadores da CPLP através de Protocolo de Cooperação que visa desenvolver uma parceria de prestação de serviços em determinadas áreas de natureza financeira e comercial aos Membros da agremiação.

Manteve-se o foco permanente nas principais variáveis estratégicas de negócio do Banco, através do modelo de dinamização comercial baseado nos incentivos, que visou premiar o mérito das equipas que se distinguiram pelo seu compromisso com o Banco.

O resultado das estratégias e acções desenvolvidas reflectiu-se nos crescimentos expressivos da base de clientes e das operações desenvolvidas. O Banco registou em 2016 um crescimento do seu número de clientes em cerca de 182%, demonstrando a contínua tendência de reforço da presença no mercado. O crédito e os depósitos de Clientes cresceram 67% e 32%, respectivamente, o que permitiu ao Banco registar uma variação material na sua quota de mercado, enraizando o seu posicionamento no sector.

Captação de Clientes, Depósitos de Clientes, Crédito à Clientes (em percentagem)



Sala de Mercados e Tesouraria

Tem como finalidade assegurar a intervenção do Banco nos mercados monetário, cambial e de capitais por conta própria ou/e de Clientes. A Sala de Mercados continuou a prestar um aconselhamento especializado aos Clientes através de sistemas de negociação, sistemas de comunicação e sistemas de informação que lhe permitem acompanhar os mercados em tempo real.

- **Mercados Monetário:** responsável pela gestão da liquidez do Banco;
- **Mercado Cambial:** responsável pela gestão de todas as operações cambiais à vista, a prazo e de futuros;
- **Mercado de Capitais:** responsável pela gestão de valores mobiliários.

Canais de Comunicação, interação e Informação:

- ✓ Ligação do Banco MAIS com a ***Bolsa de Valores de Moçambique***;
- ✓ Ligação do Banco MAIS com a ***Central de Valores Mobiliários de Moçambique***;
- ✓ Ligação do Banco MAIS com a ***Reuters*** *e* ***Dealing Eikon***;
- ✓ Ligação do Banco MAIS com a ***Fxstreet***.

Estratégia de Produtos e Serviços

Como forma de potenciar o crescimento da base de depósitos, o Banco MAIS disponibilizou um conjunto de soluções de captação de poupanças, através de produtos inovadores e competitivos: DP Sou MAIS, DP MAIS Rendimento, DP Poupa MAIS, DP Negócios e DP MIN MAIS.

Lançou a Campanha "Traga um Crédito", na qual os Colaboradores do Banco, afectos aos Serviços Centrais, foram incentivados a convidar os seus amigos, familiares e conhecidos, de bom risco, a aderirem ao Crédito Individual.

Foram desenvolvidas iniciativas que visam melhorar e dinamizar a prestação de serviços financeiros aos clientes, que incluem formações para as áreas comerciais e lançamento do QUIZ BANCO MAIS, um passatempo dirigido exclusivamente à Rede de Unidades de Negócios que visa reflectir e promover o conhecimento da Oferta de Produtos e Serviços.

Procedeu-se ao lançamento de produtos de Banca de Seguros em parceria com a Fidelidade Seguros, permitindo ao Banco MAIS oferecer produtos de seguros Vida e Não Vida aos seus clientes.

Para completar a sua oferta, o Banco MAIS lançou em 2016 uma oferta completa de cartões de débito e crédito da rede SIMO, respondendo desta forma às necessidades de clientes particulares e empresas. Esta oferta visa responder às exigências da oferta de produtos para a gestão do dia-dia, e vem associada a vantagens e benefícios para os clientes dos diversos segmentos.

O ano de 2016 foi marcado pelo reforço dos produtos e serviços por via do lançamento de POS's e ATMs que permitiu equipar os clientes para suportar as suas actividades e melhorar a gestão do dia-a-dia.

O ano findo caracterizou-se também pelo lançamento das plataformas de Internet Banking e Mobile Banking que permitem aos clientes aceder às suas contas bancárias em

qualquer parte do mundo. As plataformas disponibilizadas têm associadas várias funcionalidades, designadamente: Consulta de Posições/Informações, Realização de Transferências bancárias domésticas, requisição de meios de pagamentos, realização de pagamentos de serviços, compra de recargas, processamento de salários, Janela Única Electrónica e contribuições INSS.

É de realçar, igualmente, o reforço da actividade internacional, designadamente por via da adesão do Banco ao Sistema Integrado de Pagamento Electrónico na SADC, denominado, em inglês, por The SADC Integrated Regional Electronic Settlement System (SIRESS), tornando-se num dos Bancos, em Moçambique, a oferecer este serviço aos seus Clientes. Com o novo canal, o Banco MAIS passou a disponibilizar para os seus Clientes e a todos interessados uma plataforma que permite efectuar; de forma segura, eficiente e em tempo real, a liquidação de operações na região da SADC.

ATM Banco MAIS

POS BANCO MAIS

Actividade de suporte ao negócio

Inauguração da Unidade de Negócio Corporate e Private

A rede de Unidades de Negócio continuou a merecer a atenção do Banco e foi adaptada para servir os clientes de forma mais apropriada e funcional. Mereceu destaque a inauguração da nova Unidade de Negócio na Cidade de Maputo, inserida no programa de lançamento do Banco MAIS. O novo ponto de venda procura responder de modo distintivo às necessidades financeiras dos Clientes dos Segmentos *Corporate* e *Private* que privilegiam o atendimento personalizado. A cerimónia de inauguração contou com a presença de individualidades de relevo da comunidade financeira moçambicana, designadamente representantes do Banco de Moçambique, do Ministério da Economia e Finanças e da Bolsa de Valores de Moçambique, assim como de Clientes e dos principais accionistas.

Nova Sede

Mais recentemente, a sede do Banco MAIS passou para a Av. Julius Nyerere, junto à Unidade de Negócios Corporate e Private, desenhada para receber os clientes com o maior conforto e comodidade.

Processos operativos

Na área dos processos operativos, foram iniciados projectos que visam o aumento da eficiência, nomeadamente o projecto que permite uma maior desmaterialização dos processos desde o pedido do Cliente até a efectivação da resposta ao mesmo, assegurando a monitorização dos níveis de serviço dos vários intervenientes e o arquivo digital da documentação de suporte.

Desenvolvimento Tecnológico

O Banco MAIS intensificou em 2016 a execução da modernização tecnológica e optimização dos sistemas de informação, através de um conjunto de projectos que visam a melhoria dos processos e o aumento da produtividade, alavancando o valor das soluções do negócio, por um lado e, por outro, garantindo a escala necessária para suportar o crescimento do negócio.

Para que fosse possível a concretização dos objectivos de modernização dos sistemas informáticos, o Banco MAIS continuou a investir fortemente nos Sistemas de Informação, com destaque para:

- Servidores IBM A/S Power i – Instalação de novos e modernos servidores de produção e de redundância para a aplicação "core" do Banco;
- Ligação com à Bolsa de Valores de Moçambique;
- Início da implementação do projecto e-Declaração;
- Implementação do projecto CRC (Central de Registo do Crédito);
- Servidores Windows – Instalação, no data center e nas Unidades de Negócio, de novos servidores de produção e redundância para suporte da gestão rede informática, sistemas Windows e firewall;
- *Upgrade* dos sistemas de comunicação e VPN;
- Aquisição de uma central telefónica que que permite a comunicação com as Unidades de Negócio via VoiP;
- Instalação de um conjunto alargado de módulos do sistema Banca da Exictos;
- Implementação do ManageEngine Service Desk (gestão de helpdesk
- Implementação do projecto GIFIM;
- Elaboração do estudo do IT Governance do Banco MAIS;
- Instalação de CCTV e Controle de Acessos.

Unidade de Negócio Corporate e Private
Nova Sede

Compliance

O Departamento de Compliance do Banco MAIS encontra-se operacional desde os finais de 2014, de forma permanente e efectiva, e encontra-se sob a coordenação directa do Conselho de Administração. O principal objectivo deste Departamento é prevenir e evitar a violação das normas e/ou desvio de condutas que acarretem consequências negativas para o Banco e para a sociedade: exigir um comportamento aos colaboradores que esteja de acordo com a legislação em vigor, conforme com as Leis nacionais e os normativos internos do Banco, conciliando as acções, condutas e procedimentos com as exigências legais, éticas e regulamentares.

A prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, uma postura profissional e deontológica, que respeite as regras internas e estatutárias, as regras de conduta e de relacionamento com os clientes e as orientações dos órgãos sociais, destacam-se como principais vectores de orientação para um comportamento de acordo com as regras de "Compliance".

Ao longo de 2016, podemos destacar as seguintes iniciativas feitas ao nível do Compliance, no âmbito da prossecução dos seus objectivos:

- Gestão de controlo Interno, com a realização de controlos aos processos de Fluxo de valores monetários, Concessão de Crédito e Procurement.
- Implementação de novas ferramentas Compliance – Vix Verify e Swift transaction monitoring
- Conclusão do processo de adesão ao GIFIM

- Introdução de um novo processo de gestão de KYC
- Monitoria e actualizações ao Código de Ética e Conduta dos Colaboradores;
- Aquisição de uma ferramenta de controlo Compliance (AML e FT);
- Adesão/início da implementação do GIFIM – Gabinete de combate ao Branqueamento e Financiamento do terrorismo, do Banco de Moçambique;
- Obtenção do GIIN (Global Intermediary Identification Number) e contínuo alinhamento ao FATCA (Foreign Account Tax Compliance Act).

Jurídico

O Departamento Jurídico tem como foco garantir a aderência dos procedimentos aos dispositivos legais (internos e externos, em consonância com o Departamento de Compliance), construir soluções para a contratação de operações e negócios realizados pelo Banco, viabilizar o equilíbrio e a transparência nas relações contratuais com os clientes e fornecedores, acompanhar e prever impactos provenientes de alterações na legislação.

Também tem como função propor ações judiciais, relativas à defesa dos direitos do banco, defendendo-o nas ações que lhe são contrárias, fazendo ponte com todos os actores jurídicos externos ao Banco.

Recursos Humanos

O Departamento de Recursos Humanos assume a responsabilidade por estabelecer as políticas e práticas para o capital humano nas diferentes áreas do Banco, promovendo um ambiente de trabalho saudável, equilibrado, competitivo e orientado para as metas do Banco.

Em 2016 foi dada continuidade ao processo de reforço das equipas do Banco MAIS, principalmente na área comercial, mas também nos serviços centrais. Este reforço é necessário para dotar o Banco nas valências necessárias em termos de *know-How* bancário que permita uma implementação eficaz da estratégia definida e cumprir com as exigências do Banco Central.

Em termos globais verificou-se um aumento do quadro de pessoal de 17 colaboradores face a 2015 que visou, sobretudo, reforçar os novos Departamentos do Banco e a área comercial.

Colaboradores do Banco MAIS	2015	2016	Var.
Serviços Centrais	28	33	+5
Rede Comercial	24	36	+12
Total	52	69	+17

O número de efectivos alocados à área comercial corresponde a 48% do total do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2016, o quadro de pessoal do Banco MAIS era composto por 69

Colaboradores, dos quais 41 eram do género masculino e 28 do género feminino. Pretende-se evoluir para uma situação mais equilibrada de género e chegar a uma situação próxima de 50% de homens e mulheres.

Colaboradores Banco MAIS	2015	2016	Var.
Homens	33	41	+5
Mulheres	19	28	+9
Total	52	69	+14

O Banco MAIS tem vindo a seguir uma política de gestão de recursos humanos que privilegia a integração de jovens recém Graduados e alguns com experiência de trabalho no sector financeiro. As novas contratações seguem o princípio indicado, no entanto a estrutura de idades e a escolaridade dominada por colaboradores com idades compreendidas entre 31 e 45 anos – representando pouco mais de 47%.

A idade média de colaboradores do Banco situa-se nos 36,4 anos, sendo que 47% dos colaboradores do Banco têm entre 31 e 45 anos.

Em Março de 2016 realizou-se uma ação de formação interna virada sobretudo para a área comercial na vertente "Qualidade e Eficiência". Os formadores foram os Responsáveis de algumas áreas do próprio Banco e abordaram os seguintes temas:

Compliance: Abertura de contas, Políticas de AML e Anti-FT, Regras cambiais e Processo de crédito.

Comercial: Atendimento, Cultura de Atendimento, Venda Excelente, Proatividade, Escuta activa, Follow-Up de clientes.

O Modelo de Avaliação do Desempenho entrou em funcionamento em 2016, uma ferramenta importante para um quadro de colaboradores em crescimento e com exigências crescentemente mais complexas de competências.

Em 2016 foi feita uma pesquisa no mercado para se adquirir um Software de Recursos Humanos (Primavera), isto porque verificou-se a necessidade de se trabalhar com um Software que nos permite ter uma gestão segura e eficaz. Das pesquisas feitas foi decidido a compra do Primavera, um programa agrega valor a área de Recursos Humanos, em termos de:

- Gestão de faltas, dispensas e férias
- Entrega do Mapa de Relação Nominal a Direção do Trabalho.
- Pagamento do INSS
- Processamento de Salários
- Extracção de Mapas resumo de contabilização
- Extracção de Declaração de Rendimentos
- Envio de recibos por e-mail.

Gestão prudencial

O Banco MAIS acredita que a gestão de riscos é imprescindível para fomentar a estabilidade das instituições financeiras a longo prazo e que a habitual postura de transparência na divulgação de informações referentes a esta actividade o fortalecem, contribuindo para a solidez do sistema financeiro nacional e a sociedade em geral.
O Banco MAIS está sujeito a riscos de diversas naturezas relacionados com o desenvolvimento da sua actividade.

A exposição a riscos refere-se aos tipos e níveis de riscos que, de forma ampla, o banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos e está refletido na filosofia de gestão de riscos corporativos que por sua vez influencia a cultura e o modo de atuação da instituição.

Esta exposição é influenciada por diversos factores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa. Na instituição, a exposição é descrita de maneira qualitativa (descrevendo os riscos que são admitidos pelo banco) e quantitativa (valores apurados para cada tipo de risco).A exposição a riscos do banco é definida pelo Conselho de Administração, sendo controlado por limites por tipo de risco.

A exposição a riscos está alinhada com a estratégia do banco, demonstrando o encaixe da estrutura de *governance* na sua definição e acompanhamento. O processo de acompanhamento dos riscos é institucional, sendo considerado desde o processo orçamental.

A gestão de riscos no Banco MAIS obedece a princípios, metodologias e procedimentos de controlo e *report* definidos, atendendo aos riscos específicos de cada negócio. A política de gestão de riscos do Banco MAIS visa a identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e *report* de todos os riscos materiais a que a instituição se encontra exposta, tanto por via interna como externa, por forma a assegurar que os mesmos se mantêm em níveis compatíveis com a tolerância ao risco pré-definida pelo órgão de administração.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos, salientando-se os riscos de naturezas financeira e não financeira, que são intrínsecos à actividade do Banco MAIS.

O Banco MAIS, perante a complexidade e variedade de produtos e serviços oferecidos aos seus clientes em todos os segmentos de mercado, está exposto a diversos tipos de riscos, sejam eles decorrentes de fatores internos ou externos. Portanto, é imprescindível a adoção de uma monitorização constante de todos os riscos, de forma a dar segurança e conforto a todas as partes interessadas.

5. ANÁLISE FINANCEIRA

A economia Moçambicana abrandou no exercício de 2016:

- A inflação manteve a tendência crescente, situando-se em 25,27 % em 2016 segundo os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística.
- O Metical sofreu uma depreciação face ao Dólar Norte – Americano no exercício de 2015 e 2016 de 55,8%, situando-se 72,5 MT em 31 de Dezembro de 2016 (50,3 MT em Dezembro de 2015).
- As Reservas Internacionais Líquidas, após um crescimento considerável dos últimos anos, apresentaram um decréscimo no exercício de 2016, tendo reduzido USD 532,6 Milhões de dólares face a 2015 e fixando-se em USD 1 461 Milhões de meticais em Dezembro de 2016.

O sector bancário continuou a crescer no exercício de 2016, à semelhança do exercício anterior, com os depósitos totais a aumentarem 10,60%. No mesmo período registou-se um crescimento do crédito concedido a economia de 14,75%.

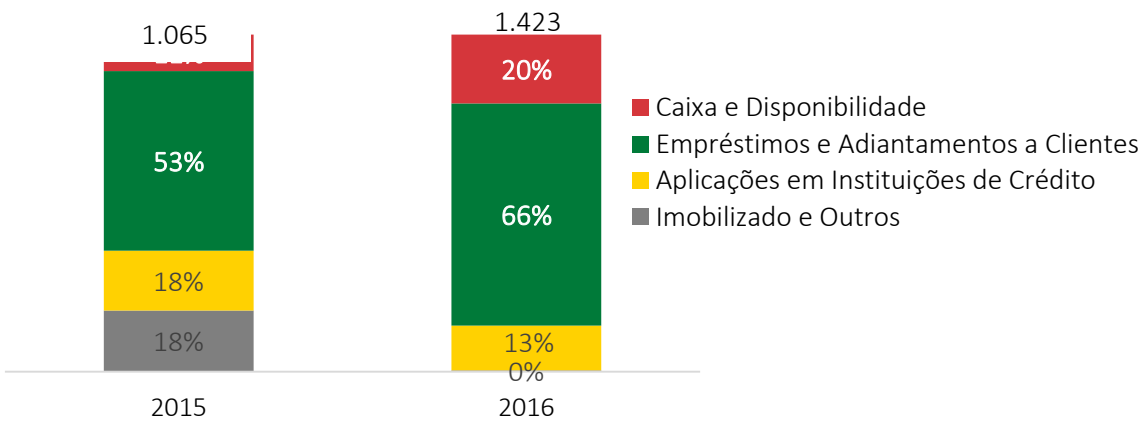
O Banco MAIS manteve a sua política de crescimento de negócio, sendo de realçar os crescimentos de 182%, 65% e 33% na captação de clientes, crédito e depósitos de clientes, respectivamente.

Evolução do Activo

O activo total líquido ascendeu o valor de 1.423 milhões de meticais no final de Dezembro de 2016, contra os 1.065 milhões de meticais apurados em igual período de 2015, o que representa um crescimento de 33,6% (358,17 milhões de meticais).

No conjunto dos activos totais, o crédito a clientes passou a representar 66% (2015: 53%), aplicações em outras instituições financeiras 13% (2016: 18%), Caixa e Disponibilidade no Banco 20% (2014: 8%) e outros activos com 6% (2015: 1%).

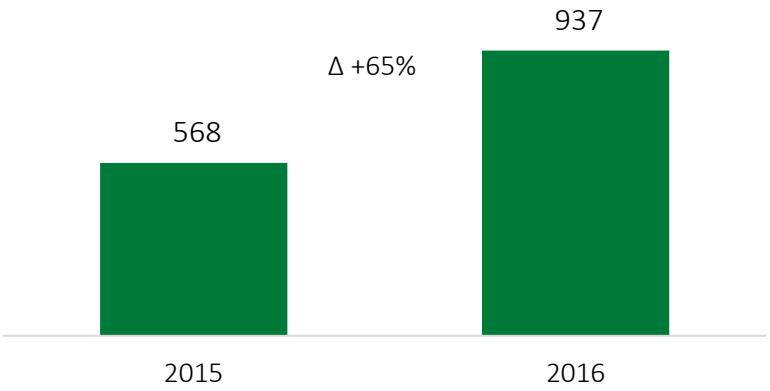
Activo Total (Em Milhões de Meticais)



Carteira de Crédito

O Banco prosseguiu com uma política de concessão de crédito activa mas prudente, tendo-se registado um crescimento desta rubrica, em termos líquidos de 65% (369 milhões de meticais), atingindo 937 milhões de meticais em 2016.

Carteira de Crédito (Em Milhões de Meticais)



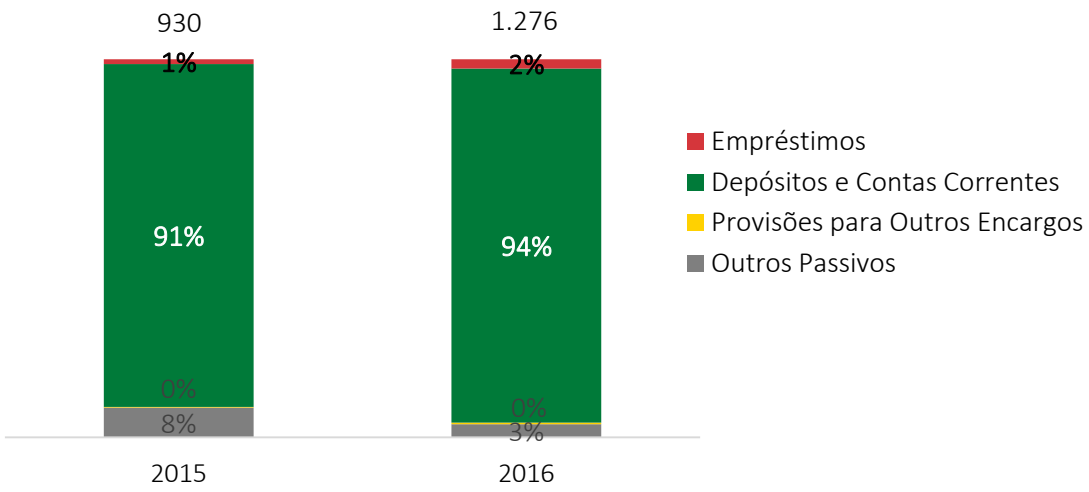
Indicadores do Activo

	2016	2015	Var.2016
Caixa e Disponibilidade em Bancos Centrais	247 945 068	87 259 757	184%
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	42 521 987	27 485 399	55%
Aplicações em Instituições de Crédito	-	189 021 381	-100%
Activos Financeiros Disponiveis para Venda	2 682 287	2 682 287	0%
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	937 196 082	567 879 197	65%
Activos Financeiros Detidos até a Maturidade	19 432 690	40 177 998	-52%
Outros Activos	23 432 416	5 967 338	293%
Activos por Impostos Correntes	4 090 103	2 943 233	39%
Activos Tangíveis	118 595 117	117 410 174	1%
Activos Intangíveis	27 221 345	24 390 334	12%
Total do Activo	**1 423 117 095**	**1 065 217 098**	**34%**

Passivo e Situação Líquida

O Passivo situou-se em 1.276,9 milhões de meticais, representando um crescimento de 37% (347 milhões de meticais) face a 2015. Este incremento resulta em grande medida do crescimento do volume de depósitos, que se fixou em 1.157,0 milhões de meticais, o que reflecte um aumento de 33% (285,8 milhões de meticais) face ao ano anterior e representado 94% do passivo.

Passivo Total (Em Milhões de Meticais)



Indicadores do Passivo

	2016	2015	Var.2016
Recursos de Instituições de Crédito	56 963 340	0	-
Depósitos e Contas Correntes	1 157 015 740	871 199 452	33%
Empréstimos	16 753 132	22 774 256	-26%
Outros Passivos	31 201 195	19 555 537	60%
Provisão para Outros Riscos e Encargos	2 782 078	3 909 503	-29%
Passivos por Impostos Diferidos	12 263 535	12 724 607	-4%
Total do Passivo	**1 276 979 020**	**930 163 355**	**37%**

Resultados e Rentabilidade

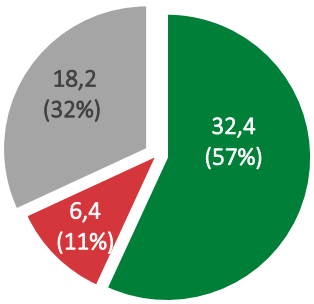
O Banco Mais registou no exercício de 2016 um resultado negativo no valor de 91,3 milhões de meticais, o que representa uma redução de 9,7% face ao do exercício anterior, cujo resultado negativo foi de 102,3 milhões de meticais.

PRODUTO BANCÁRIO

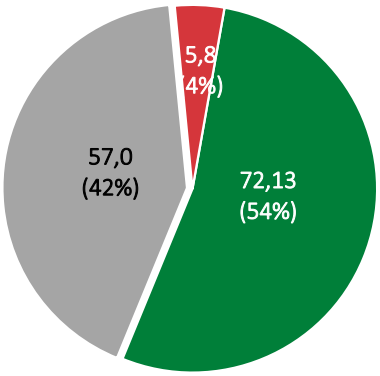
O Produto Bancário, que inclui a Margem Financeira bem como a Margem Complementar (Resultados de Serviços e Comissões e Resultado de Operações Financeiras), fixou-se em 135,04 milhões de meticais, um crescimento de 137% face ao ano anterior (57,07 milhões de meticais), o que demonstra um aumento da confiança depositada pelo mercado na actividade do Banco MAIS.

Composição do Produto Bancário

Composição do Produto Bancário a 31 de Dezembro de 2015. Em Milhões de Meticais



Composição do Produto Bancário a 31 de Dezembro de 2016. Em Milhões de Meticais



Margem Financeira
Serviços e Comissões Líquidas
Operações Financeiras Líquidas

A Margem Financeira situou-se em 72,13 milhões de meticais, o que representa um crescimento de 122% face ao exercício anterior, cujo valor foi de 32,44 milhões de meticais. Este incremento da Margem Financeira resulta do crescimento da carteira de crédito em 67%.

O Resultado de Operações Financeiras situou-se em 57,08 milhões de meticais, o que representa um crescimento de 214% face ao ano anterior (18,2 milhões de meticais). Este crescimento resulta do contributo expressivo da Sala de Mercados na gestão mais activa das posições cambiais do Banco.

GASTOS DE ESTRUTURA

Os gastos de estrutura, que incluem os gastos operacionais desembolsáveis (FSE e Gastos com Pessoal) e os gastos operacionais não desembolsáveis (amortizações e depreciações, provisões e imparidades), situaram-se em 233 milhões de meticais, reflectindo um crescimento de 46% (73 milhões de meticais) face ao ano anterior.

- Os Gastos com Pessoal fixaram-se em 105,8 milhões de meticais, o que representa um crescimento de 37% (28 milhões de meticais) face ao ano anterior. Este incremento resulta do aumento da massa salarial bem como da valorização do dólar face ao metical;
- Os FSE situaram-se em 85,8 milhões de meticais, o que se reflecte num aumento de 42% (25,3 milhões de meticais) face ao ano anterior. O crescimento resulta da valorização do dólar face ao metical, uma vez que alguns gastos estão indexados a esta moeda assim como do incremento dos gastos ligados ao crescimento da actividade;
- As amortizações e depreciações situaram-se em 21,56 milhões de meticais, resultando num aumento de 52% (7,4 milhões de meticais) face ao ano anterior. Esta subida resulta do investimento feito durante o ano de 2016 em 27 milhões de meticais;
- As imparidades líquidas fixaram-se em 20,98 milhões de meticais, resultando numa redução de 183% (13,58 milhões de meticais) face ao ano anterior. Este incremento é resultante tanto pelo crescimento da carteira de clientes como pelo crédito vencido como consequência do agravamento da crise económico – financeira no país, o que se traduz num aumento, tanto no rácio crédito vencido vs. crédito a clientes, como na imparidade especificas vs. crédito vencido, fixando-se em 2.92% e 91%, respectivamente.

O crescimento do volume de negócios conjugado com a eficiência operacional, traduziu-se numa melhoria significativa do rácio de eficiência (custos operacionais sobre o produto bancário) que baixou de 241,12% em Dezembro de 2015 para 141,93% no final de 2016, reflectindo num aumento maior do produto bancário (137%) face ao crescimento dos gastos operacionais desembolsáveis (39%).

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESPECTIVAS NOTAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em Meticais)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	Notas	2016	2015
Juros e rendimentos similares	2	190.082.921	56.050.963
Juros e gastos similares	2	(117.951.495)	(23.607.189)
Margem financeira	2	**72.131.426**	**32.443.774**
Rendimentos de serviços e comissões	3	23.746.838	16.201.343
Encargos com serviços e comissões	3	(17.919.983)	(9.789.836)
Serviços e comissões líquidas	3	**5.826.855**	**6.411.507**
Operações financeiras líquidas	4	57.081.229	18.212.000
Rendimentos operacionais		**135.039.510**	**57.067.281**
Imparidade líquida do exercício	14	(20.977.478)	(7.402.069)
Rendimentos operacionais liquidos		**114.062.032**	**49.665.212**
Gastos com pessoal	5	(105.829.238)	(77.027.784)
Depreciações e amortizações	18,19	(21.562.813)	(14.196.801)
Gastos operacionais	6	(85.835.032)	(65.842.729)
Provisões liquída	24	1.127.425	(1.202.848)
Outros rendimentos (gastos) operacionais	7	6.185.620	5.973.728
Resultado/(prejuízo) antes de imposto		**(91.852.007)**	**(102.631.222)**
Imposto corrente	8	-	-
Imposto diferido	8	461.072	316.723
Prejuízo do exercício		***(91.390.935)***	***(102.314.499)***
Perdas por acção			
Básicos	9	(1,74)	(2,36)
Diluídos	9	(1,74)	(2,36)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em Meticais)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INTEGRAL

	Notas	2016	2015
Prejuízo do exercício		(91.390.935)	(102.314.499)
Outros resultados integrais para serem reclassificados em rendimentos/(perdas) em períodos subsequentes			
Reserva de reavaliação - imóveis	18,26	-	-
Passivo por imposto diferido	8	-	-
		-	-
Demonstração dos rendimentos integral, líquido de impostos		***(91.390.935)***	***(102.314.499)***

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em Meticais)

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	Notas	2016	2015
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades em Banco Central	10	247.945.068	87.259.757
Disponibilidades sobre instituições de crédito	11	42.521.987	27.485.399
Aplicações sobre instituições de crédito	12	-	189.021.381
Activos financeiros disponíveis para venda	13	2.682.287	2.682.287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14	937.196.082	567.879.197
Activos financeiros detidos até a maturidade	15	19.432.690	40.177.998
Outros activos	16	23.432.416	5.967.338
Activos por impostos correntes	17	4.090.103	2.943.233
Activos tangíveis	18	118.595.117	117.410.174
Activos intangíveis	19	27.221.345	24.390.334
Total do activo		**1.423.117.095**	**1.065.217.097**
PASSIVO			
Recursos de instituições de crédito	20	56.963.340,0	-
Depósitos e contas correntes	21	1.157.015.740	871.199.452
Emprestimos	22	16.753.132	22.774.256
Outros passivos	23	31.201.195	19.555.537
Provisão para outros riscos e encargos	24	2.782.078	3.909.503
Passivos por impostos diferidos	8	12.263.535	12.724.607
Total do passivo		**1.276.979.020**	**930.163.355**
CAPITAL PRÓPRIO*			
Capital social	25	537.366.400	434.891.130
Reserva de reavaliação	26	26.802.639	27.782.416
Outras reservas	26	350.200	350.200
Resultados transitados		(418.381.164)	(327.970.006)
Total do capital próprio		**146.138.075**	**135.053.740**
Total do capital próprio e passivo		**1.423.117.095**	**1.065.217.097**

*Em Janeiro de 2017 o Banco concluiu o processo de aumento de capital iniciado em 2016 no valor total de 215 108 880,00 (duzentos e quinze milhões cento e oito mil oitocentos e oitenta meticais) com impacto no aumento do Capital Social para 650 milhões de meticais e aumento do Rácio de Solvabilidade para 27,99%.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em Meticais)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES EM CAPITAL PRÓPRIO

	Capital social (nota 25)	Reserva de reavaliação (nota 26)	Outras Reservas (nota 26)	Resultados transitados	Total do capital próprio
Balanço em 01 de Janeiro de 2015	***333.365.690***	***28.455.453***	***350.200***	***(226.328.544)***	***135.842.799***
Aumento do capital social	101.525.440	-	-	-	101.525.440
Consumo da reserva de reavaliação	-	(673.037)	-	673.037	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(102.314.499)	(102.314.499)
Balanço em 31 de Dezembro de 2015	***434.891.130***	***27.782.416***	***350.200***	***(327.970.006)***	***135.053.740***
Aumento do capital social	102.475.270	-	-	-	102.475.270
Consumo da reserva de reavaliação	-	(979.777)	-	979.777	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(91.390.935)	(91.390.935)
Balanço em 31 de Dezembro de 2016	***537.366.400***	***26.802.639***	***350.200***	***(418.381.164)***	***146.138.075***

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em Meticais)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	Notas	2016	2015
Actividades operacionais			
(Prejuízo)/Resultados antes de impostos		(91.852.007)	(102.631.222)
Ajustamentos de:			
Depreciações e amortizações do exercício	18,19	21.562.813	14.196.801
Imparidade líquida do exercício	14	20.977.478	7.402.069
Abate de empréstimos e adiantamento de clientes	14	(1.000.000)	(3.597.531)
Provisão liquída do exercício	24	(1.127.425)	(669.371)
Aumento (Diminuição) dos activos operacionais	26	(499.961.155)	(555.492.768)
Aumento (Diminuição) dos passivos operacionais	26	297.461.947	820.221.977
Impostos pagos	17	(1.146.869)	(486.679)
Net cash flows from operating activities		(255.085.220)	178.943.276
Actividades de Investimento			
Aquisição de activos tangíveis	18	(13.195.900)	(54.208.974)
Alienação de activos tangíveis	18	79.035	359.794
Aquisições de activos intangíveis	19	(12.461.903)	(10.629.373)
Activos financeiros disponíveis para venda	13	-	(1.150.000)
Recebimentos em caixa da venda da activos financeiros detidos até a maturidade	15	120.839.229	-
Aquisição de activos financeiros detidos até a maturidade	15	(100.093.921)	(40.177.998)
Caixa líquida de actividades de investimento		(4.833.460)	(105.806.551)
Actividades de financiamento			
Aumento do capital social	25	102.475.270	101.525.440
Recursos de instituições de crédito	20	56.963.340	-
Empréstimos	22	(6.021.124)	(20.477.250)
Cash flows used in financing activities		153.417.486	81.048.190
Increase / (Decrease) in cash and cash equivalents		(106.501.193)	154.184.915
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	29	229.058.926	74.874.010
Cash and cash equivalents at end of the year	29	***122.557.730***	***229.058.926***

1. Políticas contabilísticas

1.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e com base no custo histórico, excepto quando expressamente indicado em contrário nas políticas contabilísticas.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF requer a utilização de estimativas fundamentais. Além disso, exige também que a Administração intervenha criticamente no que diz respeito à aplicação das políticas contabilísticas do Banco, nomeadamente nas notas às Demonstrações Financeiras que envolvam um maior grau de complexidade, ou em áreas onde os pressupostos e estimativas tenham um impacto significativo para o Banco.

As Demonstrações Financeiras do Banco foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 28 de Março 2017 e serão submetidas à aprovação pelos Accionistas em Assembleia-Geral na mesma data.

1.2 Estimativas e julgamentos significativos

Na aplicação das políticas contabilísticas do Banco, o Conselho de Administração usou os seus julgamentos e estimativas na determinação dos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. As mais significativas dizem respeito a:

Princípio da continuidade
O Banco apresenta prejuízos acumulados no montante de 418.381.164 Meticais (2015: 327.970.006 Meticais) incluindo um prejuízo líquido do exercício no montante de 91.390.935 Meticais (2015:102.314.499 Meticais). O banco continua a fazer perdas.

Adicionalmente, o capital próprio do Banco em 31 de Dezembro de 2016 é inferior a 50% do seu capital social, o que coloca o Banco perante a situação prevista no artigo 119º do Código Comercial, tornando -se imperativo a implementação de medidas, a serem apresentadas em Assembleia Geral de Accionistas para aprovação das contas do exercício de 31 de Dezembro de 2016, que impeçam a aplicação das acções previstas no referido artigo.

Estas condições, poderão dar origem a incertezas e dúvidas significativas sobre a continuidade das operações do Banco, bem como na sua capacidade para realizar os seus activos e cumprir com as suas obrigações no curso normal dos negócios.

Consequentemente, a base de continuidade em que as contas foram preparadas depende fortemente de obtenção de recursos financeiros adequados por parte dos accionistas ou novos investidores bem como à realização de operações lucrativas no futuro. Não sendo tomadas as medidas previstas no referido artigo, qualquer sócio ou credor pode requerer ao Tribunal, a dissolução do Banco.

O Conselho de Administração implementou medidas para rentabilizar o Banco, como a diversificação das linhas de negócios e um controlo mais rigoroso dos custos. Adicionalmente, ocorreram dois aumentos de capital, ambos aprovados pelo Banco Central e registados no capital social do Banco, o primeiro no decorrer do exercício de 2016, no montante de 102.475.270 Meticais, o segundo em 17 de Janeiro de 2017, no montante de 112.633.570 Meticais.

Nestas circunstâncias, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade. Esta base pressupõe que o Banco continuará a receber o apoio dos accionistas e que a realização dos activos e liquidação de passivos ocorrerá no curso normal dos seus negócios.

Perdas por imparidade em crédito

O Banco avalia os valores que dizem respeito a crédito mal parado no final de cada data de relato, a fim de determinar se uma perda por imparidade deverá ser ou não reconhecida. Em particular, o Conselho de Administração utiliza estimativas do valor recuperável do activo no cálculo dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros ao determinar o nível da perda potencial. Tais estimativas são baseadas na experiência passada e pressupostos de um número de factores, podendo conduzir a alteração de resultados actuais, resultando em alterações futuras dos montantes criados para fazer face a perdas efectivas.

Para além da imparidade específica para cobrir o risco relacionado com os créditos com prova objectiva de existir imparidade, o Banco determina uma imparidade numa base colectiva para os créditos para os quais embora não tenha sido identificada uma necessidade específica de reconhecer a perda por imparidade, possuem um nível de risco mais elevado em relação ao assumido no momento da concessão do crédito. A provisão para riscos gerais de crédito é constituída numa percentagem mínima de 2%, com base em informação histórica de incumprimento. (Nota 14)

Justo valor de instrumentos financeiros

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso de modelos matemáticos.

Os dados a inserir nestes modelos são calculados com base na informação disponível no mercado, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer em alguma medida a ponderações para determinar o justo valor. As alterações nos pressupostos acerca destes factores podem afectar o justo valor reconhecido nas demonstrações financeiras. No entanto, quando o justo valor não pode ser razoavelmente determinado com base nas técnicas de avaliação, o instrumento financeiro é mensurado ao custo.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o

adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem da faculdade de rever a posição fiscal do Banco durante um período de cinco (5) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPS (Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares), IRPC (Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas), Imposto do Selo e IVA.

O Conselho de Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito, pelo que eventuais correcções à matéria colectável declarada, decorrentes destas revisões, não se espera que venham a ter um efeito material nas demonstrações financeiras.

Impostos diferidos activos

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos. É necessário julgamento para ser determinado o montante de impostos diferido activo a ser reconhecido, com base no prazo provável e níveis de lucro tributável futuro, em conjugação com uma estratégia de planeamento fiscal. Os prejuízos fiscais podem ser utilizados por um período de cinco anos (Nota 8.1)

1.3 Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, têm sido aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios e encontram-se descritas como segue:

a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, sendo a moeda funcional do Banco e moeda de apresentação. Transacções em moeda estrangeira são reconhecidas com a taxa de câmbio à data de transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio média à data de balanço, as diferenças de câmbio não realizadas são reconhecidas em resultados no período a que respeitam. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertíveis à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

	2016	2015
Dólar Norte-Americano	71,35	45,90
Euro	75,16	50,04
Rand Sul Africano	5,20	2,94

b) Instrumentos Financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) *Data do reconhecimento*

Aquisições e alienações de activos financeiros que exijam a entrega dos bens dentro do prazo estabelecido geralmente por regulação ou convenção no mercado, são reconhecidos na data de transacção, ou seja, a data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Banco se torna parte integrante das disposições contratuais do instrumento financeiro.

ii) *Reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros*

A classificação do instrumento financeiro no reconhecimento inicial depende do propósito para o qual o Banco o adquiriu. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

iii) *Activos financeiros disponíveis para venda*

Activos financeiros disponíveis para venda são aqueles activos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos financeiros disponíveis para a venda são mensurados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade e, por conseguinte, mensurados ao custo.

Um ganho ou perda resultante de um activo financeiro disponível para venda é reconhecido directamente no capital próprio até que o activo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda cumulativo anteriormente reconhecido no capital próprio é reconhecido nos lucros ou prejuízos. As perdas por imparidade reconhecidas nos lucros ou prejuízos para um investimento num instrumento de capital próprio classificado como disponível para venda não são revertidas através dos lucros ou prejuízos.

iv) *Aplicações em instituições de crédito e empréstimos concedidos e adiantamentos*

São activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, que não estão cotados num mercado activo. Resultam quando o Banco concede crédito,

bens ou serviços, directamente ao devedor, com nenhuma intenção de negociar o recebimento.
Após a mensuração inicial, empréstimos e contas a receber são mensurados pelo custo amortizado usando o método de taxa de juro efectiva, menos provisão para perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer prémio ou desconto na aquisição e taxas que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva. A amortização é incluída em "Juros e rendimentos similares" na demonstração de resultados. As perdas decorrentes de imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

v) Activos financeiros detidos até à maturidade

Activos financeiros detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade. Após o reconhecimento inicial, os investimentos detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, e são deduzidos de perdas de imparidade. Custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer prémio ou desconto na aquisição e taxas que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva.

A amortização é reconhecida em "juros e rendimentos similares" na demonstração de resultados.

Se o Banco vender ou reclassificar uma parte maior que insignificante de um investimento detido até à maturidade antes da sua maturidade (que não em circunstâncias específicas), toda a categoria é reclassificada para disponíveis para venda. Quando tais circunstâncias se verificarem, o Banco não deverá classificar investimentos detidos até à maturidade durante os dois anos seguintes.

vi) Passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são reconhecidas pelo custo amortizado utilizando a o método da taxa de juro efectiva.

vii) Ganhos ou perdas do primeiro dia

Quando o preço da transacção diferir do justo valor de uma transacção observada no mercado para o mesmo instrumento financeiro, ou baseada em técnicas de avaliação cujas variáveis incluam apenas informação observada no mercado, o Banco reconhece imediatamente a diferença entre o preço de transacção e o justo valor (um rendimento ou gasto do primeiro dia) na demonstração dos resultados. Nos casos em que o justo valor é determinado com base em informação não observada no mercado, a diferença entre o preço de transacção e o modelo de valorização é apenas reconhecida na demonstração de resultados quando os 'inputs' se tornem observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.

c) *Justo valor de instrumentos financeiros*

O Banco procede à mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor à data de balanço. Adicionalmente procede à mensuração do justo valor dos instrumentos valorizados ao custo

amortizado. O justo valor assume que o activo ou passivo é transaccionado entre participantes no mercado numa transacção ordenada de venda do activo ou de transferência do passivo à data de mensuração nas condições vigentes de mercado. Uma mensuração pelo justo valor assume que a transacção de venda do activo ou de transferência do passivo se realiza:

- No mercado principal desse activo ou passivo; ou
- Não existindo um mercado principal, no mercado mais vantajoso para esse activo ou passivo.

O Mercado principal ou mais vantajoso tem de estar acessível ao Banco.
O Justo valor do activo ou do passivo é mensurado através dos pressupostos que os participantes de mercado utilizariam para efectuarem a transacção, assumindo que os participantes agem no seu melhor interesse económico.

A mensuração pelo justo valor de um activo não-financeiro toma em conta a capacidade que um participante tem no mercado para gerar benefícios económicos utilizando o activo no seu pleno e melhor uso ou vendendo-o a outro participante no mercado que o irá utilizar no seu pleno ou melhor uso.

O Banco utiliza técnicas de valorização consideradas as mais apropriadas de acordo com as circunstâncias e para os quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização da informação relevante disponível com base nas variáveis observáveis e minimizando a utilização das variáveis não observáveis.

Todos os activos e passivos cujo justo valor seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras encontra-se reconhecido de acordo com a hierarquia do justo valor, abaixo descrita, baseada no mais baixo nível de *inputs* para a mensuração do justo valor:

- Nível 1 — Preços cotados (não ajustados) dos activos ou passivos em mercados activos a que a entidade tem acesso à data da mensuração.
- Nível 2 — Justo valor determinado com base em inputs de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para activo ou passivo, quer directamente ou indirectamente.
- Nível 3 — Justo valor dos activos e passivos é determinado com base em inputs que não são baseados em informação observável em mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos recorrentemente nas demonstrações financeiras, o Banco determina se as transferências ocorreram entre níveis da hierarquia pela reavaliação da categorização (baseado no mais baixo nível de input para a mensuração do justo valor) no final de cada período de reporte.

d) Anulação do reconhecimento de activos e passivos financeiros

A anulação do reconhecimento dos activos financeiros é efectuada quando:

- Expira o direito contractual a receber fluxos de caixa; e
- O Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

A anulação do reconhecimento dos passivos financeiros é efectuada quando:

- A obrigação sob a responsabilidade financeira deixar de existir.
- Um passivo financeiro for substituído, para o mesmo detentor, por outro com condições substancialmente diferentes, tal alteração ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo inicial e o reconhecimento de outro passivo, sendo a diferença no correspondente valor contabilístico reconhecida em resultados.

e) Imparidade de activos financeiros

O Banco avalia, a cada data de balanço se há qualquer prova objectiva de que um activo financeiro ou uma carteira de activos financeiros esteja em imparidade. Após o reconhecimento inicial, um activo financeiro, ou uma carteira de activos financeiros, poderão ser considerados em imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros. A evidência de imparidade pode incluir diversos indicadores, tais como a exposição de cada cliente ao crédito vencido, evidência de dificuldades financeiras por parte do cliente e da sua capacidade de fazer face a obrigações futuras, e o património do cliente encontrar-se em situação de liquidação ou falência.

i) Activos financeiros disponíveis para venda

Quando um declínio no justo valor de um activo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido directamente no capital próprio e houver prova objectiva de que o activo está com imparidade, a perda cumulativa que tinha sido reconhecida directamente no capital próprio é removida do capital próprio e reconhecida nos lucros ou prejuízos ainda que o activo financeiro não tenha sido desreconhecido.

ii) Empréstimos e adiantamentos a clientes

Para os empréstimos e adiantamentos a clientes que se encontram valorizados ao custo amortizado, o Banco avalia individualmente as provas objectivas de imparidade para activos financeiros que sejam individualmente significativos, e individual ou colectivamente para activos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se o Banco determinar que não existe prova de objectiva de imparidade de um activo financeiro avaliado individualmente, quer este seja significativo ou não, o Banco inclui este activo numa carteira de activos financeiros com características semelhantes ao risco de crédito, e avalia-os colectivamente quanto à imparidade.

Se existir provas objectivas de perdas por imparidade em empréstimos e adiantamentos a clientes, ou em investimentos detidos até à maturidade, que sejam mensuráveis pelo custo amortizado, as perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas na demonstração de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no Balanço líquido das perdas de imparidade.

Os valores presentes dos fluxos de caixa futuros estimados são descontados à taxa de juro efectiva original do instrumento financeiro. Se um empréstimo tem uma taxa de juro variável, a taxa de desconto para medir qualquer perda é a actual taxa de juro efectiva. O cálculo do valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução menos os custos da obtenção e da venda da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

Para a finalidade de uma avaliação colectiva da imparidade, activos financeiros são agrupados de acordo com as características de risco de crédito semelhantes que são indicativas da capacidade do devedor para pagar as quantias devidas de acordo com os termos contratuais. O Banco toma em consideração a qualidade do crédito que é dada pelo rácio entre o crédito vencido e a carteira total.

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas tendo em consideração a experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante, conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível de perdas históricas e o período estimado entre a ocorrência e a sua identificação. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente para reduzir as diferenças entre as estimativas e o nível actual de perdas.

iii) Investimentos detidos até à maturidade

Para os activos detidos até à maturidade, o Banco avalia individualmente se existe evidência de perdas por imparidade. Se existe prova objectiva que essa perda tenha ocorrido, o valor é mensurado como a diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados. A quantia escriturada do activo é reduzida e o valor da perda é reconhecido na demonstração dos resultados.

Se, no ano subsequente, o montante da perda estimada diminuir, devido a um qualquer evento após a perda por imparidade ter sido reconhecida, os valores são revertidos e creditados na demonstração dos resultados.

iv) Empréstimos renegociados

Sempre que possível, o Banco procura renegociar os empréstimos em vez de exercer a opção sobre o colateral. Isto significa que pode existir um alargamento no prazo de liquidação do empréstimo. Uma vez renegociado o empréstimo, o mesmo não é considerado vencido. O Conselho de Administração do Banco está a rever continuamente a questão da renegociação dos empréstimos, a fim de evitar que os mesmos sejam considerados vencidos. Os empréstimos continuam a ser alvo de

avaliação individual ou colectiva de perdas por imparidade sendo calculados de acordo com a taxa de juro efectiva original.

iv) Avaliação dos colaterais

O Banco procura utilizar colaterais, sempre que possível, para mitigar o risco nas demonstrações financeiras. Os colaterais apresentam-se de diversas formas, tais como depósitos à ordem, carteiras de títulos, cartas de crédito/garantias, hipotecas, recebimentos, inventários, outros activos não financeiros e avales. O justo valor do colateral é determinado, no mínimo, no início e a cada data de balanço, no entanto, algumas garantias, por exemplo, depósitos à ordem ou títulos relativos aos requisitos de margem, são avaliados diariamente.

Na medida do possível, o Banco utiliza dados activos do mercado para avaliar os activos financeiros, detidos como garantias. Outros activos financeiros que não têm um valor de mercado activo são avaliados por via de modelos de avaliação. Garantias não financeiras, como hipotecas, são avaliadas com base em dados fornecidos por terceiros, tais como correctores de hipotecas, os índices de preços da habitação, as demonstrações financeiras auditadas, e outras fontes independentes.

v) Colaterais readquiridos

A política do Banco é determinar se é preferível proceder à utilização interna de um activo readquirido ou se este deve ser alienado.

Os activos cuja decisão seja a utilização interna são transferidos para a respectiva categoria de activo ao menor valor entre o valor líquido contabilístico e o valor original. Os activos cuja decisão seja a alienação são transferidos para activos não correntes detidos para venda e mensurados ao justo valor menos os custos de venda à data da reintegração, de acordo com a política do Banco.

f) Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reconhecido no balanço, se apenas existir um direito jurídico vinculativo que obrigue as entidades a reconhecer os valores e se existe intenção de compensar numa base líquida, ou de realizar o activo e liquidar o passivo em simultâneo.

g) Garantias financeiras

No decorrer da sua actividade corrente, o Banco concede por vezes garantias financeiras, tais como Cartas de crédito, garantias e avales. As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras (em 'Outros passivos') ao justo valor, sendo o prémio recebido. Actualmente o Banco não tem garantias financeiras na forma de cartas de crédito concedidas a terceiros.

Em termos de mensuração subsequente, a responsabilidade do Banco relativa a cada garantia é mensurada ao valor mais alto entre o montante inicialmente reconhecido menos amortizações acumuladas reconhecidas na demonstração dos resultados e a melhor estimativa da despesa necessária para regularizar qualquer obrigação que possa decorrer em resultado da garantia. Qualquer aumento no valor do passivo relativo à garantia financeira é reconhecido na demonstração de resultados em Gastos com perdas em créditos. O prémio recebido é

reconhecido na demonstração dos resultados em 'Rendimento líquido de taxas e comissões' numa base da vida útil da garantia.

h) Reconhecimento de rédito e gastos

O rédito é reconhecido quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para o Banco, e esses benefícios possam ser fiavelmente mensuráveis. O reconhecimento de rédito obedece os seguintes critérios por rubrica:

i) Juros, rendimentos e gastos similares

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e juros dos instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, o juro ou o gasto é registado com base na taxa de juro efectiva. A taxa de juro efectiva é a taxa que corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou, quando apropriado, por um período mais curto, para a quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro. Para a determinação da taxa de juro efectiva, procede-se à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do investimento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), incluindo as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

ii) Rendimentos provenientes de serviços e comissões

O Banco obtém rendimentos de serviços e comissões prestados aos seus clientes. As comissões podem ser classificadas em duas categorias:

Comissões que são cobradas por prestação de serviços durante um determinado período de tempo

São obtidos à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado no em função do período que os serviços são prestados. Estas comissões incluem valores cobrados nas prestações de serviços tais como a emissão das Garantias Bancárias e Cartas de Crédito.

Comissões cobradas pela prestação de serviços.

Resultam da prestação de serviços, sendo o seu reconhecimento efectuado quando o serviço está concluído.

iii) Rendimento líquido em operações financeiras

O rendimento líquido em operações financeiras inclui ganhos e perdas das transacções em moeda estrangeira e operações conversão dos itens monetários denominados em moeda estrangeira.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com o Banco Central e com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado. Caixa e equivalentes de caixa excluem as reservas no Banco Central.

j) Activos tangíveis

Os activos tangíveis, com excepção dos imóveis que são mensurados pelo Modelo da revalorização, são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade.

Os custos de reparação de parte de um activo tangível são reconhecidos se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco e possam ser mensurados com fiabilidade. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de encerramento do balanço. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos
Imóveis	20-50
Edifícios arrendados	4-6
Equipamentos	4 – 10

A anulação do reconhecimento do activo tangível é efectuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em "outros rendimentos operacionais" ou "outros gastos operacionais" na demonstração de resultados no período em que o activo é desreconhecido.

Se a quantia registada de um activo é aumentada em resultado de uma revalorização, o aumento é reconhecido no capital próprio numa componente designada excedente de revalorização. O aumento será reconhecido nos resultados, até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo activo, anteriormente reconhecido nos resultados.

Se a quantia registada de um activo é reduzida em resultado de uma revalorização, a redução é reconhecida nos resultados. Contudo, a redução será reconhecida directamente no capital próprio como excedente de revalorização, até ao limite de qualquer saldo credor existente no excedente de revalorização, com respeito a esse activo.

k) Activos intangíveis

Os activos intangíveis incluem os valores de software. O software adquirido pelo Banco é registado ao custo de aquisição, menos a amortização acumulada e menos eventuais perdas por imparidade.

As despesas com software desenvolvido internamente são reconhecidas como activo quando o banco consegue demonstrar que a sua capacidade e intenção de gerar benefícios económicos

futuros, e pode fiavelmente mensurar os custos para completar o desenvolvimento. A capitalização dos custos de software desenvolvido internamente inclui todos os custos directamente imputáveis ao desenvolvimento do software, e são amortizados durante a sua vida útil. O software desenvolvido internamente é mensurado pelo custo capitalizado menos amortizações acumuladas e menos perdas por imparidade.

A amortização é reconhecida na demonstração de resultados segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil estimada do software, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do software é de 3 anos.

l) Imparidade de activos não financeiros

O Banco avalia no final de cada data de relato ou com maior frequência se eventos ocorram e alterem o valor contabilístico de um activo, se existe indicação de imparidade por parte de um activo não-financeiro. Se tais indicações existem, ou quando o teste anual da imparidade para um activo é exigido, o Banco estimativa o valor recuperável do activo. Se a quantia escriturada de um activo (ou unidade geradora de caixa) exceder a sua quantia recuperável, o activo encontra-se em imparidade e é registado em balanço pelo valor recuperável.

A cada data de balanço, é reavaliada a existência de qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do activo. e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

A reversão da imparidade está limitada ao valor da quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

m) Impostos

i) Impostos correntes

Os impostos sobre activos ou passivos no corrente ano e anos anteriores é estimada com base nos valores esperados recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As taxas legais de impostos usadas para calcular o montante são aquelas em vigor à data do balanço.

ii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas diferenças temporárias à data do balanço entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto, quando aplicável:

- Quando o imposto diferido passivo resulta do reconhecimento inicial do goodwill ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem lucro tributável ou perda, e

- No que diz respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos passivos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que se seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.
Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

n) Contratos de locação

A determinação de se um acordo é ou contém operações de locação baseia-se na substância do acordo em relação à data de início e obriga a uma avaliação sobre se o cumprimento do acordo depende do uso dum bem ou bens específicos e se o acordo transmite o direito de usar o bem.

Locações operacionais – Banco como locatário
As rendas pagas são reconhecidas na demonstração dos resultados numa base sistemática ao longo da vida do contrato de locação.

Quando um contrato de locação é terminado antes do período de locação, qualquer pagamento efectuado ao locador a título de indemnização é reconhecimento como gasto no período a que respeita.

o) Dividendos sobre acções ordinárias

Os dividendos sobre acções ordinárias são reconhecidas como passivo e deduzidas ao capital próprio quando são aprovadas pelos accionistas do Banco. Os dividendos intercalares são deduzidos ao capital próprio quando declarados quando não estão mais à disposição do Banco.

Dividendos para o fim do exercício que são aprovados após a data de balanço são divulgados como um evento subsequente.

p) Normas emitidas mas não efectivas

As normas e interpretações que foram emitidas, mas ainda não efectivas, à data de emissão das demonstrações financeiras do Banco são descritas abaixo. O Banco pretende adoptar as referidas normas, caso aplicáveis, quando as mesmas se tornem efectivas.

NIRF 9 Instrumentos financeiros

Em Julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da NIRF 9 Instrumentos Financeiros que reflecte todas as fases do projecto dos instrumentos financeiros e substitui a NIC 39 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da NIRF 9. A NIRF 9 apresenta em conjunto os três aspectos do projecto de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, imparidade e contabilidade de cobertura. A NIRF 9 é efectiva para os períodos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018, sendo permitida a adopção antecipada. Excepto para a contabilidade de cobertura, a aplicação retrospectiva é obrigatória mas a divulgação comparativa não é obrigatória. Para a contabilidade de cobertura, os requesitos são geralmente aplicados prospectivamente, com algumas limitações. O Banco pretende adoptar a nova norma na data efectiva da aplicação.

(a) Classificação e mensuração

O O Banco não espera um impacto significativo decorrido da aplicação da classificação e mensuração dos requisitos da NIRF 9. É expectável que se continue a mensurar ao justo valor os instrumentos que actualmente são mensurados ao justo valor. As participações financeiras que actualmente estão classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, cujos ganhos e perdas são reconhecidos na reserva de justo valor serão mensuradas ao justo valor através dos resultados, o que aumentará a volatilidade em resultados. As reservas de justo valor serão transferidas para resultados transitados. Os instrumentos de divida deverão ser mensurados ao justo valor, de acordo com a NIRF 9, uma vez que é expectável que o Banco não só receba rendas mas também proceda à alienação dos títulos frequentemente.

As participações financeiras em entidades não cotadas serão detidas para ser mantidas num futuro imediato. O Banco pretenderá adoptar a opção de classificação de justo valor com variações em reservas de justo valor, e, consequentemente, não são expectáveis grandes impactos na adopção

Os empréstimos e contas a receber são detidas com o objectivo de obter fluxos de caixa contratuais e espera-se dar origem a fluxos de caixa que representam exclusivamente pagamentos de juros e capital. Assim, o Banco espera que estes continuem a ser mensurados através do custo amortizado de acordo com a NIRF 9. No entanto, o Banco vai analisar as características de fluxo de caixa contratuais desses instrumentos de forma mais detalhada antes de concluir se todos os instrumentos satisfazem os critérios para a mensuração pelo dos custo amortizado de acordo com a NIRF 9.

(b) Imparidade

A NIRF 9 requer que o Banco registe perdas expectáveis para todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber numa base de 12 meses, ou ao longo da sua vida

útil. O Banco espera aplicar a abordagem simplificada e reconhecer as perdas esperadas ao longo da vida útil para todos os empréstimos e contas a receber. O Banco espera um impacto significativo sobre o seu capital próprio, devido à natureza não colateralizada dos seus empréstimos e contas a receber, mas vai necessitar de realizar uma análise mais detalhada que considere toda a informação razoável e suportável, incluindo elementos prospectivos para determinar a extensão do impacto.

NIRF 15 Réditos de contratos com clientes

A NIRF 15 foi emitida em Maio de 2014 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar o rédito proveniente de contratos com clientes. Segundo o NIRF 15, o rédito é reconhecido por um montante que reflicta a consideração a que uma entidade espera ter o direito, em troca de transferência de bens ou serviços a um cliente. O novo padrão de rédito substituirá todos os requisitos de reconhecimento de rédito actualmente em vigor nas NIRF. Ou uma aplicação retrospectiva completa ou uma aplicação retrospectiva alterada será necessária para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida. O Banco não espera que esta norma tenha um impacto significativo.

Os princípios da NIRF 15 serão aplicados usando um modelo de cinco etapas:

1. Identificar o (s) contrato (s) com um cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço da transação
4. Alocar o preço da transação para as obrigações de desempenho no contrato
5. Reconhecer receita quando (ou como) a entidade cumprir uma obrigação de desempenho

NIRF 16 Locações

O IASB emitiu a NIRF 16 Locações que requer que a maior parte das locações sejam reconhecidas em balanço. Os locatários terão um único modelo de contabilização para todas as locações, com determinadas excepções. A contabilização pelos locadores vai ser substancialmente inalterada. A norma contém requisitos de divulgação adicionais para os contratos de locação celebrados. Esta nova norma tornar-se-á efectiva em 1 de Janeiro de 2019, com a adopção antecipada muito limitada. O impacto da adopção desta norma nas demonstrações financeiras do Banco ainda se encontra em análise.

Alterações à NIC 12 Imposto sobre o rendimento

Em janeiro de 2016, o IASB através da emissão de alterações à NIC 12, esclareceu o tratamento contabilístico dos activos por impostos diferidos de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor para fins contabilísticos, mas mensurados ao custo para fins tributários. A alteração entra em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2017. O Banco está actualmente a avaliar o impacto, mas não prevê que a adopção das alterações tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

Alterações à NIC 7 Demonstração dos fluxos de caixa

Em Janeiro de 2016, o IASB emitiu alterações à NIC 7 Demonstração de Fluxos de Caixa com a intenção de melhorar as divulgações da actividades de financiamento e ajudar os usuários a entender melhor a posição de liquidez das entidades que reportam. De acordo

com os novos requisitos, as entidades terão de divulgar as alterações nos seus passivos financeiros como resultado de actividades de financiamento, tais como alterações de fluxos de caixa e itens não monetários (por exemplo, ganhos e perdas devido a movimentos de moeda estrangeira). A alteração entra em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2017. O Banco está actualmente a avaliar o impacto.

q) Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

Novas normas e alterações das normas e interpretações

O Banco procedeu à aplicação de determinadas normas e alterações pela primeira vez, que são efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Julho de 2016. O Banco não adoptou antecipadamente qualquer outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida mas que ainda não é eficaz. A natureza e o impacto dessas alterações são apresentadas abaixo. Embora estas novas normas e alterações aplicadas pela primeira vez em 2016, as mesmas não apresentaram um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco. A natureza e o impacto de cada nova norma ou alteração apresenta-se como segue:

Alterações à NIRF 10 e NIC 28: Alienação ou entrada de activos entre um investidor e a sua associada ou *joint venture*

Estas alterações resolvem o conflito entre NIRF 10 e NIC 28 em lidar com a perda de controlo de uma subsidiária que é alienada ou cedida para uma associada ou *joint venture*. As alterações clarificam que o ganho ou perda resultante da alienação ou a entrada de activos que constituem um negócio, tal como definido na NIRF 3, entre um investidor e sua associada ou *joint venture*, é reconhecida integralmente. Qualquer ganho ou perda resultante da alienação ou a entrada de activos que não constituem um negócio, no entanto, é reconhecido apenas na medida dos interesses dos investidores independentes na associada ou *joint venture*. Em Dezembro de 2015, o IASB adiou a data de vigência desta alteração indefinidamente enquanto aguarda o resultado do seu projecto de pesquisa sobre o método de equivalência patrimonial. Estas alterações não deverão ter qualquer impacto sobre o Banco.

Alterações à NIRF 11 Acordos conjuntos – Contabilização de aquisições de interesses

As alterações à NIRF 11 exigem que a contabilização da aquisição de um interesse conjunto de um operador conjunto consista numa concentração de actividades empresariais, tendo por isso de aplicar as disposições da NIRF 3 para a contabilização de concentrações de actividades empresariais. Estas alterações também esclarecem que as participações anteriormente detidas não são mensuráveis sobre a aquisição de eventuais aumentos nas participações, enquanto o controlo conjunto é mantido. Adicionalmente, foi excluído do âmbito da NIRF 11 as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham o controlo conjunto, incluindo a entidade que relata, estejam sob controlo comum da mesma parte sob controlo final. As alterações aplicam-se tanto na aquisição do interesse inicial em uma operação conjunta e na aquisição de quaisquer interesses adicionais na mesma operação conjunta entraram prospectivamente em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016, com a adopção antecipada permitida. Estas alterações não tiveram qualquer impacto sobre o Banco.

NIRF 14 diferimento das contas regulamentadas

A NIRF 14 permite que uma entidade, cujas actividades estejam sujeitas a taxas regulamentares, continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas para saldos de contas regulamentares diferidas na adoção pela primeira vez das NIRF´s. A norma não se aplica aos que já reportam em NIRF´s. Além disso, uma entidade cujo GAAP actual não permite o reconhecimento de activos e passivos a taxas regulamentadas, ou que não adaptou essa política de acordo com GAAP actual, não seria permitido reconhecê-los na primeira aplicação das NIRF´s. Esta alteração não criou qualquer impacto nas Demonstrações Financeiras do Banco.

Alterações à NIC 1 – Iniciativas de divulgação financeira

As alterações à NIC 1 Apresentação de demonstrações financeiras clarifica, em vez de alterações significativas, os requisitos significativos da NIC 1 já existentes. As alterações clarificam:

- Os requisitos de materialidade da NIC 1;
- A rubrica específica na demonstração dos resultados, demonstração do rendimento integral e demonstração da posição financeira que deverá ser desagregada;
- Que entidades têm flexibilidade quanto à ordem em que apresentam as notas explicativas das demonstrações financeiras; e
- Que a parcela de resultados de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial devem ser apresentados de forma agregada como um único item de linha, e classificado entre os itens que serão ou não ser posteriormente reclassificados para resultados. Além disso, as alterações deverão esclarecer os requisitos que se aplicam quando subtotais adicionais são apresentados na demonstração da posição financeira e a demonstração dos resultados ou demonstração do rendimento integral.

Estas alterações foram efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016, com a adoção antecipada permitida. Estas alterações não originaram qualquer impacto material nas Demonstrações Financeiras do Banco.

Alterações à NIC 16 e NIC 38: Clarificação na aceitação dos métodos de depreciação e amortização

As alterações esclarecem o princípio da NIC 16 e NIC 38 de que o rédito reflecte um padrão de benefícios económicos que são gerados a partir da gestão de um negócio (do qual o activo é parte), em vez de os benefícios económicos que são consumidos por meio do uso do activo. Como resultado, um método baseado no rédito não pode ser usado para depreciar propriedades, fábricas e equipamentos e só pode ser utilizado em circunstâncias muito limitadas para amortizar activos intangíveis. As alterações entraram em vigor para os períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016. Estas alterações não tiveram qualquer impacto ao Banco dado que o Banco não utiliza um método baseado no rédito para depreciar os seus activos não correntes.

Alterações à NIC 27: Método de Equivalência Patrimonial nas demonstrações financeiras individuais

As alterações vão permitir que as entidades possam usar o método da equivalência patrimonial para reconhecer os investimentos em subsidiárias, "joint ventures" e associadas nas suas demonstrações financeiras individuais. As entidades que já aplicam as NIRF e que pretendam alterar para o método de equivalência patrimonial nas suas demonstrações financeiras individuais terão de aplicar esse método retrospectivamente.

Para os que adoptem pela primeira vez o método da equivalência patrimonial nas suas demonstrações financeiras, terão apenas de aplicar este método a partir da data de transição para as NIRF. As alterações foram efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016. Estas alterações não apresentam qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Banco, uma vez que o Banco não detém investimentos em subsidiárias e associadas.

NIRF5 Activos Não-correntes Detidos Para Venda e Operações descontinuadas

Activos (ou grupo para alienação) são geralmente eliminados quer através de venda ou através de distribuição aos accionistas. A alteração à NIRF 5 esclarece que a mudança de um destes métodos de eliminação para o outro não deve ser considerada como um novo plano de eliminação, pelo contrário, é uma continuação do plano original. Assim, não há interrupção da aplicação dos requisitos da NIRF 5. A alteração também esclarece que a mudança do método de eliminação não altera a data de classificação. A alteração é aplicada prospectivamente

NIRF 7 Divulgação de Instrumentos Financeiros

(i) Contratos de serviços

A alteração esclarece que um contrato de serviço que inclui uma taxa pode constituir envolvimento continuado num activo financeiro. A avaliação de que os contratos de manutenção constituem envolvimento contínuo deve ser feita retrospectivamente. No entanto, as divulgações exigidas não precisam ser fornecidos para qualquer período com início antes do período anual em que a entidade aplica pela primeira vez as alterações.

(ii) Aplicabilidade das alterações à NIRF 7 às demonstrações financeiras intercalares

A alteração esclarece que os requisitos de divulgação de compensação não se aplicam às demonstrações financeiras intercalares, a menos que tais divulgações fornecem uma actualização significativa para a informação reportada no relatório anual mais recente. Esta alteração deve ser aplicada retrospectivamente. Estas alterações não tiveram qualquer impacto significativo nas Demonstrações financeiras do Banco.

NIC 19 – Benefícios aos empregados

Esta alteração esclarece que a existência de títulos corporativos de alta qualidade do mercado é avaliada com base na moeda em que é denominada a obrigação, ao invés do país onde a obrigação está localizada. Quando não existe um mercado activo para títulos corporativos de alta qualidade na moeda, as taxas de obrigações de dívida pública devem ser utilizadas. Esta alteração deverá ser aplicada prospectivamente. Estas alterações não originaram qualquer impacto nas Demonstrações Financeiras do Banco.

NIC 34 – Demonstrações financeiras intercalares

A alteração esclarece que as divulgações provisórias requeridas devem ser incorporadas quer nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporados por referência cruzada (por exemplo, no comentário gestão ou relatório de risco). A outra informação dentro do relatório financeiro intercalar deve estar disponível para utilizadores nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares de outra natureza financeira. Esta alteração deve ser aplicada retrospectivamente. O Banco não apresentou em 2016 contas intercalares, pelo que tais alterações não tiveram qualquer impacto sobre o Banco.

Além disso, não ocorreram alterações nas estimativas, e sem erros identificados que podem ter impacto sobre a actualização dos valores comparativos.

2. Margem financeira

A margem financeira apresenta-se como segue:

	2016	2015
Juros e rendimentos similares		
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	184.797.083	53.403.480
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	5.259.839	2.645.603
Juros de outros rendimentos	25.999	1.880
	190.082.921	*56.050.963*
Juros e gastos similares		
Juros de recursos de clientes (Nota 20)	108.607.367	18.527.446
Juros de recursos de banco central e instituições de crédito	8.534.338	2.674.171
Juros de empréstimos obtidos de terceiros	809.789	2.405.572
	117.951.495	*23.607.189*
	72.131.426	***32.443.774***

3. Serviços e comissões líquidos

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2016	2015
Rendimentos de serviços e comissões		
Por garantias prestadas	7.517.911	7.194.121
Outros rendimentos de serviços e comissões	12.477.514	7.697.188
Outros rendimentos de serviços e comissões	3.751.412	1.310.034
	23.746.838	*16.201.343*
Encargos com serviços e comissões		
Garantias e avales	16.292.363	9.126.077
Outros encargos com taxas e comissões	269.633	69.992
Por serviços e comissões bancárias	1.357.987	593.767
	17.919.983	*9.789.836*
	5.826.855	***6.411.507***

4. Operações financeiras líquidas

As operações financeiras líquidas apresentam-se como segue:

	2016	2015
Ganhos em operações financeiras		
Ganhos em operações cambiais	830.481.903	64.525.276
	830.481.903	*64.525.276*
Perdas em operações financeiras		
Perdas em operações cambiais	773.400.674	46.313.276
	773.400.674	*46.313.276*
Operações financeiras líquidas	***57.081.229***	***18.212.000***

5. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal apresentam-se como segue:

	2016	2015
Vencimentos e salários	101.963.755	74.052.340
Impostos	3.865.483	2.975.444
	105.829.238	***77.027.784***

6. Outros gastos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2016	2015
Honorários profissionais	26.225.689	19.918.474
Consumiveis	4.121.655	3.783.863
Rendas e alugueres	21.001.404	14.848.203
Água, energía e combustiveis	2.663.928	2.105.497
Despesas de deslocação e representação	9.117.244	8.529.049
Segurança	3.544.730	3.036.521
Perda em activos intangíveis	0	359.794
Impostos	1.253.083	593.977
Multas	370.096	305.831
Quotizações e donativos	329.030	1.618.735
Comunicação	9.393.130	5.414.076
Outros	7.815.042	5.328.709
	85.835.032	***65.842.729***

Outros incluem o seguinte:

	2016	2015
Serviços de fotocopias	98.073	117.698
Parqueamento de viaturas	-	7.500
Serviços de higiene e limpeza	1.214.051	896.584
Transporte de valores	748.786	40.685
Indemnizações a terceiros	500.000	646.458
Outros	5.254.132	3.619.785
	7.815.042	***5.328.709***

7. Outros rendimentos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2016	2015
Outros ganhos		
Recuperação de crédito abatido	2.715.794	2.671.112
Donativos	-	922.560
Ganho em activos tangíveis (nota 18,19)	12.969	32.000
Outros	3.456.857	2.348.056
	6.185.620	***5.973.728***

A rubrica de Outros inclui outros serviços bancários, tais como emissão de cheques, swifts, entre outros.

8. Impostos sobre o rendimento

Os impostos correntes apresentam-se como segue:

	2016	2015
Impostos correntes	-	-
Impostos diferidos	461.072	316.723
	461.072	***316.723***

8.1 A reconciliação da taxa efectiva de imposto para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2014 é como segue:

	2016		2015	
	Taxa de imposto	**Valor**	**Taxa de imposto**	**Valor**
Resultado/(prejuízo) antes de imposto		**(91.390.935)**		**(102.314.499)**
Imposto corrente utilizando a taxa de imposto	32,00%	(29.245.099)	32,00%	(32.740.640)
Correcções fiscais				
Encargos não dedutíveis	-2,50%	2.286.902	-1,99%	2.041.018
Rendimentos não tributáveis	0,16%	(147.543)	0,10%	(101.351)
Prejuízos fiscais a (utilizar)/reportar	-29,66%	27.105.740	-30,10%	30.800.973
Tributação	**-**	**-**	**-**	**-**

De acordo com a legislação fiscal, os prejuízos fiscais expiram após 5 anos. Os Prejuízos fiscais em referência a 31 de Dezembro de 2016, que podem ser utilizados no mencionado período decompõem-se como segue:

Data início	Data fim	Valor dos prejuízos fiscais	Valor a taxa imposto (32%)
2012	2017	45.246.489	14.478.876
2013	2018	70.629.930	22.601.578
2014	2019	57.603.283	18.433.051
2015	2020	96.253.041	30.800.973
2016	2021	84.705.439	27.105.740
		354.438.182	**113.420.218**

Os activos por impostos diferidos, no montante de 113.420.218 Meticais, não foram objecto de reconhecimento em resultado do Conselho de Administração considerar não estarem reunidas as condições para o efeito.

8.2 Os movimentos nos impostos diferidos apresentam-se como segue:

	2014	Demonstração dos resultados		Capital próprio		2015
		Gastos	Rendimentos	Aumento	Diminuição	
Passivos por impostos diferidos						
Reavaliação de activos tangíveis por imposto diferido	(13.041.330)	-	316.723	1.306.484	(1.306.484)	(12.724.607)
	(13.041.330)	**-**	**316.723**	**1.306.484**	**(1.306.484)**	**(12.724.607)**
			316.723		**-**	

	2015	Demonstração dos resultados		Capital próprio		2016
		Gastos	Rendimentos	Aumento	Diminuição	
Passivos por impostos diferidos						
Reavaliação de activos tangíveis por imposto diferido	(12.724.607)	-	461.072	979.777	(979.777)	(12.263.535)
	(12.724.607)	**-**	**461.072**	**979.777**	**(979.777)**	**(12.263.535)**
			461.072		**-**	

9. Resultados por acção

Ganhos básicos e diluídos por acção

O cálculo dos ganhos básicos e diluídos por acção, em 31 de Dezembro de 2016, baseia-se no rendimento/ (prejuízo) atribuível aos accionistas ordinários no valor de 91.937.830 Meticais (2015: 102.314.499 Meticais) e no número médio ponderado de acções ordinárias emitidas até ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 de 43.489.112 acções (2015: 42.643.068), calculado como segue:

Rendimento/(perda) atribuível aos accionistas detentores de acções ordinárias	2016	2015
Prejuízo do exercício	(91.390.935)	(102.314.499)
Número médio ponderado de acções ordinárias	52.654.605	43.348.106
Ganhos/(Perdas) por acção		
Básicos	(1,74)	(2,36)
Diluídos	(1,74)	(2,36)

10. Caixa e disponibilidades em Banco Central

Caixa e disponibilidades no Banco Central apresentam-se como segue:

	2016	2015
Numerário em cofre		
Moeda nacional	16.452.444	12.441.787
Moeda estrangeira	14.433.752	2.535.574
	30.886.196	14.977.361
Saldos com o Banco de Moçambique		
Moeda nacional	200.123.109	51.083.436
Moeda estrangeira	16.935.762	21.198.960
	217.058.872	72.282.396
	247.945.068	***87.259.757***

Uma parte dos saldos detidos junto do Banco de Moçambique estão em conformidade com as exigências do Banco Central para cumprir reservas obrigatórias.

A regra aplicável em 31 de Dezembro de 2016, especificado pelo aviso do Banco Central, estabelece que as instituições financeiras têm de manter um saldo médio periódico de 15,5 % de todos os clientes e depósitos do Governo Moçambicano. A reserva de caixa mínima exigida em 31 de Dezembro de 2016 ascende a 167.909.324 Meticais (74.707.611 Meticais em 2015).

Estes depósitos obrigatórios não são remunerados e não são considerados como elementos de caixa e seus equivalentes na demonstração de fluxos de caixa.

11. Disponibilidades sobre instituições de crédito

As disponibilidades sobre instituições de crédito apresentam-se como segue:

	2016	2015
Bancos nacionais		
Moeda nacional	7.991.302	988.910
Moeda estrangeira	3.403.637	492.826
	11.394.939	1.481.736
Bancos estrangeiros		
Moeda estrangeira	31.127.048	26.003.663
	31.127.048	26.003.663
	42.521.987	***27.485.399***

O saldo da rubrica Disponibilidades em instituições de crédito representa o somatório de saldos nas contas nostro do Banco junto de outros bancos. Tratam-se de saldos de liquidez imediata.

12. Aplicações sobre instituições de crédito

As aplicações sobre instituições de crédito apresentam-se como segue:

Depósitos a prazo em instituições de crédito no país	2016	2015
Moeda nacional	-	189.021.381
	-	189.021.381

Os Depósito a prazo em Instituições de crédito no país em moeda nacional em 2015, venceram em 04 de janeiro de 2016.

13. Activos financeiros disponíveis para venda

	2016	2015
SIMO – Sociedade Interbancária de Moçambique	2.682.287	2.682.287
	2.682.287	***2.682.287***

O saldo dos activos financeiros disponíveis para venda, respeita a participação do Banco no capital social da SIMO – Sociedade Interbancária de Moçambique, uma sociedade financeira de

compensação de valores que está em curso de criação. O Banco detém 0.5% do capital social da SIMO.

Dado que não existe um mercado activo onde o justo valor possa ser mensurado com fiabilidade, este investimento financeiro foi mensurado ao custo. Adicionalmente, com base em toda informação relevante e disponível na data do Balanço, não há prova objectiva de que o activo financeiro esteja em imparidade e, por conseguinte, não foi reconhecido qualquer gasto por imparidade.

14. Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os empréstimos e os adiantamentos a clientes apresentam-se como segue:

	2016	2015
Credito e juros sem imparidade		
Empréstimos	935.433.085	568.027.848
Descobertos bancarios	4.425.993	2.405.349
	939.859.078	570.433.197
Credito e juros com imparidade		
Empréstimos	28.239.203	8.370.721
	28.239.203	8.370.721
	968.098.281	578.803.918
Imparidade do crédito	(30.902.199)	(10.924.721)
	937.196.082	***567.879.197***

A análise pela concentração do risco por finalidade apresenta-se como segue:

	2016	2015
Empréstimo à Empresas	646.618.131	421.937.671
Empréstimo à particulares	272.017.210	114.878.484
Empréstimo à trabalhadores	49.462.940	41.987.763
	968.098.281	***578.803.918***

A maturidade dos empréstimos e contas a receber apresenta-se como segue:

	2016	2015
Até 3 meses	451.804.730	255.798.519
De 3 meses a 1 ano	126.120.680	137.059.976
De 1 ano a 5 anos	322.265.083	156.303.445
Mais de 5 anos	67.907.789	29.641.978
	968.098.281	***578.803.918***

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como segue:

	2016		
	Individual	Colectiva	Total
Saldo de abertura	1.898.561	9.026.160	**10.924.721**
Imparidade do exercício	17.971.680	15.875.595	**33.847.275**
Reversão do exercício	(3.463.319)	(9.406.478)	**(12.869.797)**
Utilização	(1.000.000)	-	(1.000.000)
Saldo final	***15.406.922***	***15.495.277***	***30.902.199***

	2015		
	Individual	Colectiva	Total
Saldo de abertura	5.259.139	1.861.044	**7.120.183**
Imparidade do exercício	3.265.146	7.631.481	**10.896.627**
Reversão do exercício	(3.028.193)	(466.365)	**(3.494.558)**
Utilização	(3.597.531)	-	(3.597.531)
Saldo final	***1.898.561***	***9.026.160***	***10.924.721***

15. Activos financeiros detidos até à maturidade

Os activos financeiros detidos até à maturidade apresentam-se da seguinte forma:

	2016	2015
Outros títulos de rendimento fixo		
Bilhetes do Tesouro	19.432.690	40.177.998
	19.432.690	***40.177.998***

Os Bilhetes do Tesouro representam investimentos de curto prazo (91 dias), com juros a uma taxa fixa de 18%, com início em 12 de outubro de 2016 e com vencimento em 11 de janeiro de 2017.

A 31 de Dezembro de 2016, a análise dos activos financeiros detidos até à maturidade por período de vencimento apresenta-se como segue:

	2016	2015
Até 3 meses	19.432.690	30.177.998
De 3 meses a 1 ano	-	10.000.000
	19.432.690	***40.177.998***

Os movimentos de activos financeiros detidos até à maturidade durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 apresentam-se como segue:

	2016	2015
Saldo inicial	40.177.998	-
Aquisições	100.093.921	40.177.998
Alienações/reembolsos	(120.839.229)	-
Saldo final	***19.432.690***	***40.177.998***

16. Outros activos

Os outros activos apresentam-se como segue:

	2016	2015
Adiantamentos aos trabalhadores	-	1.056.038
Cheques a cobrar	11.475.568	604.078
Acréscimos e diferimentos	5.716.645	1.256.762
Adiantamentos a fornecedores	5.653.614	1.515.034
Outros	586.589	1.535.426
	23.432.416	***5.967.338***

17. Activos por impostos correntes

Activos por impostos correntes apresentam-se como segue:

	2016	2015
Pagamentos por conta de IRPC	1.561.610	1.461.610
Retenção na fonte de IRPC	2.528.493	1.481.623
	4.090.103	***2.943.233***

18. Activos tangíveis

O movimento dos activos tangíveis é o seguinte:

	Imóveis	Equipamentos	Obras em edifícios arrendados	Investimentos em curso	Total
Custo:					
A 1 de Janeiro de 2015	**65.119.147**	**32.825.835**	**12.355.894**	**1.108.594**	**111.409.470**
Aumentos	1.774.643	34.619.522	-	17.814.809	**54.208.974**
Alienações	-	(527.760)	-	(359.794)	**(887.554)**
Transferências	-	-	-	(748.800)	**(748.800)**
A 31 de Dezembro de 2015	**66.893.790**	**66.917.597**	**12.355.894**	**17.814.809**	**163.982.090**
Aumentos	1.988.253	9.115.408	16.125.465	3.420.425	**30.649.551**
Abate/Alienações	-	(103.088)	-	-	**(103.088)**
Transferências	-	-	-	(17.453.651)	**(17.453.651)**
A 31 de Dezembro de 2016	***68.882.043***	***75.929.917***	***28.481.359***	***3.781.583***	***177.074.902***

	Imóveis	Equipamentos	Obras em edifícios arrendados		Total
Depreciação e imparidade					
A 1 de Janeiro de 2015	4.216.684	24.855.810	11.411.180		**40.483.674**
Depreciação do exercício	1.468.570	4.233.322	914.110		**6.616.002**
Alienações	-	(527.760)	-		**(527.760)**
A 31 de Dezembro de 2015	**5.685.254**	**28.561.372**	**12.325.290**		**46.571.916**
Depreciação do exercício	1.510.224	9.181.738	1.239.960		**11.931.922**
Alienações	-	(24.053)	-		**(24.053)**
A 31 de Dezembro de 2016	***7.195.478***	***37.719.057***	***13.565.250***		***58.479.785***
Valor líquido contabilístico					
A 1 de Janeiro de 2015	***60.902.463***	***7.970.025***	***944.714***	***1.108.594***	***70.925.796***
A 31 de Dezembro de 2015	***61.208.536***	***38.356.225***	***30.604***	***17.814.809***	***117.410.174***
A 31 de Dezembro de 2016	***61.686.565***	***38.210.860***	***14.916.109***	***3.781.583***	***118.595.117***

O aumento reflectido em equipamentos refere-se, essencialmente, ao custo de aquisição de detectores de dinheiro multifuncionais, servidores, notebooks, computadores, mobiliário de escritório, estabilizadores de energia, entre outros.

Nos edifícios arrendados a adição refere-se essencialmente ao montante transferido da rubrica Investimentos em curso, relativo ao custo incorrido com a nova agência aberta na Julius Nyerere em 2016.

Nenhuma das propriedades do Banco se encontra sujeita a hipoteca em referência a 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

O Banco adopta o modelo da reavalorização para todos os imóveis. Em referência a 31 de Dezembro de 2014, os imóveis do Banco foram objecto de uma reavaliação por uma entidade independente para determinar o seu justo valor. O justo valor foi determinado em 60.902.463 Meticais. Embora os imoveis não tenham sido reavaliados durante o exercício, o Conselho de

Administração acredita que o valor actual dos imoveis não é muito diferente do valor registado nas contas.

Se os activos tangíveis foram mensurados com base no custo histórico, o custo de aquisição e a depreciação acumulada apresentam-se como segue:

	2016	2015
Custo de aquisição	24.370.771	22.457.910
Depreciação acumulada	2.071.254	1.454.225
	22.299.517	**21.003.685**

19. Activos intangíveis

Os movimentos nos activos intangíveis foi o seguinte:

	Software	Licenças	Investimento em curso	Total
Custo:				
A 1 de Janeiro de 2015	**45.163.404**	**-**	**-**	**45.163.404**
Aumentos	9.478.074	1.151.299	-	**10.629.373**
Transferencia (nota 18)	748.800	-	-	**748.800**
A 31 de Dezembro de 2015	**55.390.278**	**1.151.299**	**-**	**56.541.577**
Aumentos	1.752.715	-	10.709.188	**12.461.903**
A 31 de Dezembro de 2016	***57.142.993***	***1.151.299***	***10.709.188***	***69.003.480***
Amortização e imparidade				
A 1 de Janeiro de 2015	24.570.444	-		**24.570.444**
Amortização do exercício	7.548.822	31.977		**7.580.799**
A 31 de Dezembro de 2015	**32.119.266**	***31.977***		**32.151.243**
Amortização do exercício	9.247.164	383.728		**9.630.891**
A 31 de Dezembro de 2016	***41.366.430***	***415.705***		***41.782.134***
Valor líquido contabilístico				
A 1 de Janeiro de 2015	***20.592.960***	***-***		***20.592.960***
A 31 de Dezembro de 2015	***23.271.012***	***(31.977)***		***24.390.334***
A 31 de Dezembro de 2016	***15.776.563***	***735.594***		***27.221.345***

Nenhum Software do Banco se encontra sujeito a penhora em referência a 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

20. Recursos de outras instituições de crédito

Os recursos de outras instituições de crédito referem-se a empréstimos de curto prazo concedidos por bancos nacionais

	2016	2015
Bancos nacionais	56.963.340	-
	56.963.340	-

Os Recursos de outras Instituições de crédito – Bancos nacionais, representam empréstimos de curto prazo com Bancos Comerciais, a uma taxa fixa de 23%, com data início a 31 de Dezembro de 2016 e com vencimento em 03 de Janeiro de 2017.

21. Depósitos e contas correntes

Depósitos e contas correntes apresentam-se como segue:

	2016	2015
Depósitos à ordem		
Moeda nacional	602.295.230	230.939.898
Moeda estrangeira	38.403.454	39.706.586
	640.698.684	270.646.484
Depósitos a prazo		
Moeda nacional	514.533.306	599.175.853
Moeda estrangeira	1.783.750	1.377.115
	516.317.056	600.552.968
	1.157.015.740	***871.199.452***

A maturidade dos depósitos e contas correntes apresenta-se como segue:

	2016	2015
Currente	647.009.483	810.908.028
Inferior a 3 meses	353.423.771	60.291.423
De 3 meses a 1 ano	156.582.486	-
	1.157.015.740	***871.199.451***

22. Empréstimos

	2016	2015
Ico - Institudo de Crédito	16.753.132	10.607.223
Fare	-	12.167.033
	16.753.132	***22.774.256***

Empréstimo - Ico – Instituto de Crédito

Este financiamento foi concedido pelo montante de 1.000.000 de euros em 31 de Agosto de 2007, sendo desembolsado em 4 prestações iguais de 250.000 euros por ano, e vence juros a uma taxa de 5,5% ao ano. Este empréstimo foi reestruturado e vai vencer em 31 de Agosto de 2017.

Empréstimo - Fare

Em 2015, este empréstimo resultava da reestruturação de três financiamentos concedidos em 18 de Outubro de 2009, 28 de Setembro de 2010 e 19 de Dezembro de 2010, no montante de 5.850.000 Meticais, 3.600.000 Meticais e 14.400.000 Meticais, respectivamente. Este empréstimo apresentava uma maturidade de 2 anos contados de 1 de Março de 2015 a 5 de Fevereiro de 2016, vencia juros à taxa fixa de 8%, e foi reembolsado em 12 prestações mensais no valor de 1.987.500 meticais com início em Abril de 2015.

23. Outros passivos

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2016	2015
Contas a pagar	23.047.830	13.540.783
Acréscimo de gastos	6.497.947	6.006.693
Outros	1.655.419	8.061
	31.201.195	***19.555.537***

O saldo de Contas a pagar, inclui o montante de 8.403.363 Meticais (2015: 5.517.345 Meticais) a pagar à Exictos, bem como o saldo de 3.004.382 (2015: 2.248.319 Meticais) devido ao Banco Nacional de Investimentos; 3.776.790 Meticais, devido a Innovation Makers servisse, e 1.016.622 Meticais (2015: 64.567 Meticais) devido à Moze Engenharias e construções.

24. Provisão para outros riscos e encargos

	2016	2015
Litígios	2.604.144	3.731.569
Férias	177.934	177.934
	2.782.078	**3.909.503**

O movimento da provisão para outros riscos e encargos apresenta-se como segue:

	Lítigios	Férias	Total	2015
Saldo inicial	3.731.569	177.934	3.909.503	4.578.874
Aumento	855.000	-	855.000	1.202.848
Utilização/reversão	(1.982.425)	-	(1.982.425)	(1.872.219)
Saldo final	**2.604.144**	**177.934**	**2.782.078**	**3.909.503**

Provisão para Litígios

A provisão para Litígios refere-se a várias acções de impugnação de rescisão de contrato de trabalho intentadas por ex-trabalhadores. Estas acções foram julgadas em Tribunal e o resultado desfavorável ao banco. Espera-se que os pagamentos ocorram ao longo dos próximos meses.

Provisão para Férias

A provisão para férias, refere-se a férias não gozadas dos trabalhadores Ussene Valgy (62.544 Meticais) e Maria João Fernandes (90.097 Meticais).

5. Capital social

O capital social do Banco apresenta a seguinte estrutura accionista:

2016	Número de acções	Valor nominal	Total do capital social	% capital social
Accionista				
Geocapital-Gestão de Participacões S.A.	20.026.431	10	200.264.310	37,27%
Africinvest Financial Sector Limited	28.213.020	10	282.130.200	52,50%
Gildo Dos Santos Lucas	2.726.776	10	27.267.760	5,07%
Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	1.899.299	10	18.992.990	3,53%
Outros	871.114	10	8.711.140	1,62%
	53.736.640		***537.366.400***	***100,00%***

Em 2015, o capital social apresentava a seguinte composição:

2015	Número de acções	Valor nominal	Total do capital social	% capital social
Accionista				
Geocapital-Gestão de Participacões S.A.	20.026.431	10	200.264.310	46,05%
Africinvest Financial Sector Limited	18.057.204	10	180.572.040	41,52%
Gildo Dos Santos Lucas	2.635.216	10	26.352.160	6,06%
Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	1.899.299	10	18.992.990	4,37%
Outros	870.963	10	8.709.630	2,00%
	43.489.113		***434.891.130***	***100,00%***

A 31 de Dezembro de 2016, o capital social do Banco Mais encontra-se totalmente subscrito e realizado.

Durante o ano, o capital social aumentou em 102.475.270 Meticais, através da emissão de 10.247.527 acções ordinárias, de 10 Meticais cada.

Nota: Em Janeiro de 2017 o Banco concluiu o processo de aumento de capital iniciado em 2016 no valor total de 215 108 880,00 (duzentos e quinze milhões cento e oito mil oitocentos e oitenta meticais) com impacto no aumento do Capital Social para 650 milhões de meticais e aumento do Rácio de Solvabilidade para 27,99%.

26. Reservas

26.1 Reserva de reavaliação

As reservas são compostas por:

	2016	2015
Reserva de reavaliação	26.802.639	27.782.416
Outras reservas	350.200	350.200
	27.152.839	***28.132.616***

O movimento da reserva de reavaliação durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 apresenta-se como segue:

	2016	2015
Saldo inicial	27.782.416	28.455.453
Imposto diferido (nota 8)	(979.777)	(673.037)
	26.802.639	***27.782.416***

26.2 Reserva legal

Nos termos da legislação moçambicana, o Banco deve alocar anualmente uma reserva legal de pelo menos 15% dos seus lucros líquidos auditados, até que seja igual ao capital social. A reserva não pode ser distribuída mas pode ser usada para cobrir prejuízos ou aumentar o capital. Não foi constituída nenhuma reserva em 2016 e 2015.

27. Itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos

Os itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos apresentam-se como segue:

	2016	2015
Depreciações e amortizações (notas 18,19)	21.562.813	14.196.801
Imparidade do crédito (nota 14)	20.977.478	7.402.069
Ganhos na alienação de activos tangíveis (nota 7)	(12.969)	(32.000)
Perda no abate de activos intangíveis (nota 7)	-	359.794
Provisões para outros riscos e encargos (nota 24)	-	669.371
	42.527.322	***22.596.035***

28. Variações nos activos e passivos operacionais

	2016	2015
Variações de activos operacionais		
Empréstimos e adiantamentos à clientes (nota 14)	(389.294.363)	(479.239.964)
Outros activos (nota 16)	(17.465.078)	(4.385.633)
(Diminuições) em activos operacionais	(406.759.442)	(483.625.597)
Variações de passivos operacionais		
Depósitos e contas correntes (nota 21	285.816.288	831.158.439
Outros passivos (nota 23)	11.645.658	(10.936.462)
	297.461.947	820.221.977
Variações líquidas em activos e passivos operacionais	***(109.297.495)***	***336.596.380***

29. Caixa e equivalentes de caixa no final do período

	2016	2015
Numerário em Cofre		
Moeda nacional (nota 10)	16.452.444	12.441.787
Moeda estrangeira (nota 10	14.433.752	2.535.574
	30.886.196	14.977.361
Depósitos no Banco de Moçambique		
Moeda nacional (nota 10)	200.123.109	51.083.436
Moeda estrangeira (nota)	16.935.762	21.198.960
	217.058.872	72.282.396
Depósitos noutros bancos		
Depósitos à ordem sobre outras instituições de crédito (nota 11)	42.521.987	27.485.399
	42.521.987	27.485.399
Outros investimentos de curto-prazo altamente líquidos		
Aplicações em instituições de crédito (nota12)	-	189.021.381
	-	189.021.381
Menos a reserva obrigatória no Banco de Moçambique (nota 10)	(167.909.324)	(74.707.611)
	122.557.730	***229.058.926***

30. Instrumentos financeiros

30.1 *A classificação dos instrumentos financeiros é a seguinte:*

2016	Activos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e contas a receber	Activos financeiros detidos até à maturidade	Activos não financeiros	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	247.945.068	-	-	247.945.068
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	42.521.987	-	-	42.521.987
Activos financeiros disponíveis para venda	2.682.287	-	-	-	2.682.287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	937.196.082	-	-	937.196.082
Actifvos financeiros detidos até a maturidade	-	-	19.432.690	-	19.432.690
Outros activos	-	6.240.203	-	17.192.213	23.432.416
Total de activos	***2.682.287***	***1.233.903.340***	***19.432.690***	***17.192.213***	***1.273.210.530***

Passivos		Empréstimos e contas a pagar	Passivos não financeiros		Total
Recursos de instituições de crédito					
Depósitos e contas correntes		1.157.015.740	-		1.157.015.740
Empréstimos		16.753.132	-		16.753.132
Outros passivos		24.703.248	6.497.947		31.201.195
Total de passivos		***1.198.472.121***	***6.497.947***		***1.204.970.068***

2015	Activos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e contas a receber	Activos financeiros detidos até à maturidade	Activos não financeiros	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	87.259.757	-	-	87.259.757
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	27.485.399	-	-	27.485.399
Aplicações em instituições de crédito	-	189.021.381	-	-	189.021.381
Activos financeiros disponíveis para venda	2.682.287	-	-	-	2.682.287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	567.879.197	-	-	567.879.197
Activos financeiros detidos até a maturidade			40.177.998		40.177.998
Outros activos	-	4.106.498	-	1.860.840	5.967.338
Total de activos	***2.682.287***	***875.752.232***	***40.177.998***	***1.860.840***	***920.473.357***

Passivos		Empréstimos e contas a pagar	Passivos não financeiros		Total
Depósitos e contas correntes		871.199.452	-		871.199.452
Empréstimos		22.774.256	-		22.774.256
Outros passivos		13.548.844	6.006.693		19.555.537
Total de passivos		***907.522.552***	***6.006.693***		***913.529.245***

30.2. Instrumentos Financeiros ao justo valor
Determinação da hierarquia de justo valor dos instrumentos financeiros

O Banco utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos, para os activos e passivos identificáveis.

Nível 2: Outras técnicas de valorização para os quais os inputs que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.

Nível 3: Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito baixo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

O Banco utiliza o modelo de valor actual líquido, a fim de obter o valor de mercado dos Títulos do Governo em activos financeiros disponíveis para venda. As taxas utilizadas para o factor de desconto são observáveis de mercado, utilizando-se as taxas de bilhetes de tesouro em função das maturidades a data.

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data da Posição Financeira. O Justo valor de instrumentos não cotados, os empréstimos de bancos e outros passivos financeiros, bem como outros passivos financeiros é estimado de acordo com os fluxos de caixa futuros, utilizando taxas actualmente disponíveis para a dívida em condições semelhantes, o risco de crédito e vencimentos remanescentes.

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor.

2016	Level 1	Level 2	Level 3	Total
Activos não financeiros				
Activos tangíveis	-	-	61.686.565	61.686.565
	-	-	61.686.565	61.686.565
Activos financeiros				
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	45.873.807	-	45.873.807
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	811.239.038	-	811.239.038
Activos financeiros detidos até a maturidade	-	16.883.053	-	16.883.053
	-	***873.995.899***	-	***873.995.899***
Passivos financeiros				
Recursos de instituições de crédito	-	55.916.625	-	55.916.625
Depósitos e contas correntes	-	1.085.898.835	-	1.085.898.835
Empréstimos	-	14.595.528	-	14.595.528
	-	***1.156.410.988***	-	***1.156.410.988***

2015	Level 1	Level 2	Level 3	Total
Activos não financeiros				
Activos tangíveis	-	-	61.208.536	61.208.536
	-	-	61.686.565	61.208.536
Activos financeiros				
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	26.509.787	-	26.509.787
Aplicações sobre instituições de crédito	-	181.561.700	-	181.561.700
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	550.471.129	-	550.471.129
Activos financeiros detidos até a maturidade	-	38.751.854	-	38.751.854
	-	***797.294.470***	-	***797.294.470***
Passivos financeiros				
Depósitos e contas correntes	-	842.049.281	-	842.049.281
Empréstimos	-	22.732.945	-	22.732.945
	-	***864.782.226***	-	***864.782.226***

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros do banco que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras.

	2016		2015	
	Valor contabilistico	Justo valor	Valor contabilistico	Justo valor
Activos não financeiros				
Activos tangíveis	61.686.565	61.686.565	61.208.536	61.208.536
	61.688.581	***61.686.565***	***61.210.551***	***61.208.536***
Activos financeiros				
Disponibilidades sobre instituições de crédito	42.521.987	45.873.807	27.485.399	26.509.787
Aplicações sobre instituições de crédito	-	-	189.021.381	181.561.700
Empréstimos e adiantamentos a clientes	937.196.082	811.239.038	567.879.197	550.471.129
Activos financeiros detidos até a maturidade	19.432.690	16.883.053	40.177.998	38.751.854
	999.150.759	***873.995.899***	***824.563.975***	***797.294.470***
Passivos financeiros				
Recursos de instituições de crédito	56.963.340	55.916.625	-	-
Depósitos e contas correntes	1.157.015.740	1.085.898.835	871.199.452	842.049.281
Empréstimos	16.753.132	14.595.528	22.774.256	22.732.945
	1.230.732.212	***1.156.410.988***	***893.973.708***	***864.782.226***
	(169.892.872)	***(220.728.525)***	***(8.199.182)***	***(6.279.220)***

O Conselho de Administração considera que o Caixa e disponibilidades no Banco Central e disponibilidades em Instituições de crédito se aproximam do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

O Justo valor dos activos e passivos financeiros encontram-se incluídos no montante à data da sua transacção entre partes interessadas, sem que exista uma exigência de liquidação.

Na determinação da estimativa de justo valor foram utilizados os seguintes métodos e pressupostos:

- O justo valor dos imóveis foi obtida através da abordagem de custo de reposição, com base num preço por metro quadrado de 30 USD. O justo valor determinado em 2015, a Administração do Banco considera que não houve uma mudança significativa no mercado que justificam a alteração do valor do mercado destes activos
- O justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, obtidos através do método de fluxo de caixa descontado.
- Os activos financeiros são descontados através da utilização dos Bilhetes do Tesouro variando entre 24,32% a 28,84%. Os passivos financeiros são descontados através da FPC a 24,32% (2015: 9,75%).

31. Partes relacionadas

Os saldos com as partes relacionadas apresentam-se como segue:

		Disponibilidades sobre instituições de crédito	Aplicações sobre instituições de crédito	Empréstmos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Depósitos e contas correntes	Empréstimos	Outros passivos
Accionistas								
Geocapital - Gestão de Participações	2016	-	-	-	-		-	-
	2015	-	-	-	-	118.673	-	
Africinvest Financial sector Limited	2016	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	
Gildo dos Santos Lucas	2016	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-
Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	2016	-	-	-	-	-	-	-
	2015	-	-	-	-	-	-	-
Outros accionistas	2016	-	-		-		-	-
	2015	-	-	1.910.103	-	111.903	-	-

As transacções com partes relacionadas apresentam-se como se segue:

Pessoal chave de Gestão		Outros activos	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Depósitos e contas correntes	Empréstimos	Outros passivos
Administração	2016	276.145	-	-	-	-
	2015	962.583	-	-	-	-

Benefícios ao pessoal-chave de Gestão

Durante o exercício de 2016, os vencimentos do Conselho de Administração ascenderam a 42.354.169 Meticais (31.699.329 Meticais em 2015).

32. Contingências e compromissos

Contingências

	2016	2015
Garantias	393.004.491	680.375.626
	393.004.491	***680.375.626***

Locações operacionais – banco como locatário

O Banco celebrou contractos de locação operacional relativos a agências e instalações onde funciona a sua sede social. Estas locações têm duração média de um a seis anos, com opção de renovar o contrato após o vencimento. Os valores dos contractos são ajustados anualmente para reflectir a inflação do mercado. As rendas mínimas a pagar de operações de locação operacional irrevogáveis eram as seguintes à data de 31 de Dezembro:

	2016	2015
Até 1 ano	17.555.622	13.361.894
Entre 1 a 5 anos	60.278.519	22.431.879
Mais de 5 anos	17.627.442	26.674.184
	95.461.583	***62.467.957***

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de 10 anos. Essa revisão pode resultar em diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal e culminar em eventuais correcções de natureza tributária. Contudo, o Conselho de Administração do Banco espera ter cumprido todas as suas obrigações fiscais, não esperando assim ajustamentos materialmente relevantes nas suas Demonstrações Financeiras.

33. Gestão do Risco, objectivos e políticas

O Conselho de Administração é responsável por uma eventual perda sofrida pelo Banco. Assumir riscos, de forma apropriada, é parte integrante do negócio e o sucesso depende do grau de optimização do balanceamento entre o risco e o benefício. Com o objectivo de apoiar o Conselho de Administração, foi criado o Comité de Risco a fim de gerir o risco para o Banco. Uma análise qualitativa da gestão do risco é apresentada como segue:

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que o Banco pode sofrer devido a perdas financeiras, se os clientes do Banco ou contra-partes de mercado falharem a honrar os compromissos com o Banco. As contra-partes podem incluir o Governo, outros bancos e instituições não-financeiras. O risco de crédito pode surgir também devido à descida da notação de crédito do banco, fazendo com que o justo valor dos seus activos diminuam. O risco de crédito que o banco está exposto é mais ao nível de crédito comercial e retalho. O Banco tem as suas políticas, procedimentos e processos, segundo as quais controla e monitoriza o risco de todas essas actividades.

Enquanto a exposição ao crédito surge pela via de empréstimos e adiantamentos, o Banco pode ser exposto a outros riscos de crédito. Os mesmos dizem respeito a compromissos, passivos contingentes, títulos de dívida e outros riscos que ocorram no decurso de actividades

comerciais. Estes riscos são geridos de forma semelhante que os de empréstimos e adiantamentos a clientes e estão sujeitos aos mesmos processos de aprovação e controlo.
A exposição ao risco baseada no perfil de crédito do Banco é monitorizada e gerida diariamente através da detecção de limites e excessos. O Banco controla a concentração de risco de crédito que venham a surgir, por tipo de cliente em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes através de uma carteira equilibrada.

Máxima exposição ao risco de crédito por classe de activos financeiros
Para activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada. Para as garantias financeiras, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que o Banco teria de pagar se a garantia fosse executada. Para os compromissos de empréstimo de crédito e outros compromissos relacionados e que sejam irrevogáveis durante o ciclo de vida das respectivas facilidades, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor da facilidade não utilizada. Em termos das garantias financeiras e letras de crédito, o Banco encontra-se igualmente exposto ao risco de liquidez na extensão em que tais garantias forem utilizadas.

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima à data de 31 de Dezembro de 2016 e 2015 relativamente ao risco de crédito no balanço, e instrumentos financeiros extrapatrimoniais, sem ter em consideração o valor das garantias detidas. O Banco apenas detém colaterais para Crédito de clientes e respeitam fundamentalmente a hipotecas sobre propriedades e penhoras de equipamentos.

Exposição ao risco de crédito relativa a elementos do balanço:	**2016**	**2015**
Caixa e disponibilidades em Banco Central	247.945.068	87.259.757
Disponibilidades sobre instituições de crédito	42.521.987	27.485.399
Aplicações sobre instituições de crédito	-	189.021.381
Activos financeiros disponíveis para venda	2.682.287	2.682.287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	937.196.082	567.879.197
Activos financeiros disponíveis para venda	19.432.690	40.177.998
Outros activos	6.240.203	4.106.498
Total do activo na demonstração da posição financeira	***1.256.018.317***	***918.612.517***
Exposição do risco de crédito relativa a elementos patrimoniais		
Garantias	393.004.491	680.375.626
	393.004.491	***680.375.626***
Total da exposição ao risco de crédito	***1.649.022.808***	***1.598.988.143***

Qualidade do crédito:

Com a finalidade de divulgar a qualidade do crédito do Banco, os instrumentos financeiros foram analisados como segue:

2016	Nem vencido nem em imparidade	Vencido mas não em imparidade	Em imparidade	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	247.945.068	-	-	***247.945.068***
Disponibilidades sobre instituições de crédito	42.521.987	-	-	***42.521.987***
Aplicações sobre instituições de crédito	-	-	-	***-***
Activos financeiros disponíveis para venda	2.682.287	-	-	***2.682.287***
Empréstimos e adiantamentos a clientes	952.603.004	-	(15.406.922)	***937.196.082***
Actifvos financeiros detidos até a maturidade	19.432.690	-	-	***19.432.690***
Outros activos	6.240.203	-	-	***6.240.203***
Total	***1.271.425.238***	***-***	***(15.406.922)***	***1.256.018.316***

2015	Nem vencido nem em imparidade	Vencido mas não em imparidade	Em imparidade	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	87.259.757	-	-	***87.259.757***
Disponibilidades sobre instituições de crédito	27.485.399	-	-	***27.485.399***
Aplicações sobre instituições de crédito	189.021.381	-	-	***189.021.381***
Activos financeiros disponíveis para venda	2.682.287	-	-	***2.682.287***
Empréstimos e adiantamentos a clientes	569.777.758		(1.898.561)	***567.879.197***
Actifvos financeiros detidos até a maturidade	40.177.998	-	-	***40.177.998***
Outros activos	4.106.498	-	-	***4.106.498***
Total	***920.511.078***	***-***	***(1.898.561)***	***918.612.517***

Análise da exposição máxima ao risco de crédito e das garantias e outras melhorias de crédito

A tabela a seguir mostra a exposição máxima ao risco de crédito por classe do activo financeiro, bem como o justo valor total da garantia, a garantia excedente (a medida em que o justo valor das garantias detidas é maior do que a exposição a que se refere), e a exposição líquida ao risco de crédito.

		JUSTO VALOR DE GARANTIAS DE CRÉDITO							
31-Dez-2016	Exposição maxima ao risco de crédito	Depósitos	Garantias bancárias	Hipotecas	Outras	Acordos de compensação	Excesso de garantias	Garantias liuídas	Exposição liquída
Activos finaceiros									
Disponibilidades sobre instituições de crédito	42.521.987	-	-	-	-	-	-	-	42.521.987
Aplicações sobre instituições de crédito	- -	-	-	-	-	-	-	-	- -
	42.521.987	-	-	-	-	-	-		42.521.987
Empréstimos e adiantamentos a clientes:									
Empréstimo à Empresas	646.618.131	34.850.000	300.000.000	89.563.772	-	-	-	424.413.772	222.204.358
Empréstimo à particulares	272.017.210	8.275.000	-	13.114.112	-	-	-	21.389.112	250.628.098
Empréstimo à trabalhadores	49.462.940		-	12.431.925	-	-	-	12.431.925	37.031.015
	968.098.281	43.125.000	300.000.000	115.109.809	-	-	-	458.234.809	509.863.472

		JUSTO VALOR DE GARANTIAS DE CRÉDITO							
31-dez-15	Exposição maxima ao risco de crédito	Depósitos	Garantias bancárias	Hipotecas	Outras	Acordos de compensação	Excesso de garantias	Garantias liuídas	Exposição liquída
Activos finaceiros									
Disponibilidades sobre instituições de crédito	27.485.399	-	-	-	-	-	-	-	27.485.399
Aplicações sobre instituições de crédito	189.021.381	-	-	-	-	-	-	-	189.021.381
	216.506.780	-	-	-	-	-	-		216.506.780
Empréstimos e adiantamentos a clientes:									
Empréstimo à Empresas	626.766.575	30.050.000	175.000.000	66.200.000	-	-	-	271.250.000	355.516.575
Empréstimo à particulares	261.955.825	2.027.000	-	31.000.000	-	-	-	33.027.000	228.928.825
Empréstimo à trabalhadores	48.473.681	-	-	11.800.000	-	-	-	11.800.000	36.673.681
	937.196.082	(32.077.000,00)	-	109.000.000	-	-	-	141.077.000	796.119.082

Colaterais e outras garantias de crédito

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem de uma avaliação do risco de crédito da contraparte.
Os principais tipos de garantias obtidas são, como se segue:

- Para os títulos de crédito e nas transacções de recompra reversão, dinheiro ou títulos;
- Para empréstimos comerciais, encargos sobre imóveis, inventário e contas a receber;
- Para crédito de retalho, hipotecas sobre imóveis de habitação;

Activos financeiros renegociados
Quando um cliente entra em incumprimento, e temporariamente não consegue suportar a prestação mensal, o cliente pode procurar pedir a dilatação do período de forma a conseguir uma oportunidade com vista a rectificação da situação. Na data de vencimento do período de reprogramação, a situação do cliente é reavaliada e os termos dos empréstimos poderão ser renegociados.

Activos renegociados incluem empréstimos que foram transferidos dos créditos em imparidade para o os créditos vigentes dentro dos últimos 12 meses depois de terem sido restruturados e não poderão ser renegociados mais de uma vez no período de 12 meses.

Activos financeiros que estão vencidos, mas não em imparidade
Dizem respeito a empréstimos e adiantamentos a clientes em que o cliente incumpriu com o pagamento dos juros ou capital mas o Banco acredita que não é apropriado reconhecer uma imparidade identificada tendo em linha de conta o nível do colateral que o cliente entregou ao Banco como garantia. O Banco não apresenta quaisquer activos financeiros que estão vencidos, mas que não se encontrem em imparidade.

Activos financeiros que se encontrem em imparidade
O Banco regularmente avalia se existe uma evidência objectiva que o activo financeiro ou a carteira de activos financeiros valorizados ao custo amortizado está a incorrer em perdas por imparidade. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está em imparidade e existem perdas por imparidade se, e apenas se, existe uma prova objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial, após a data do primeiro registo no balanço e esse evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou da carteira de activos financeiros que possam ser fiavelmente estimada.

Os critérios que o Banco utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Dificuldades financeiras do cliente;
- Quebra no contrato, tais como incumprimento das responsabilidades exigidas;
- Existem fortes evidências que o cliente vai entrar em bancarrota ou vai sofrer uma forte reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- Observação de dados evidenciando que existe uma diminuição considerável relativamente aos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o

reconhecimento inicial desses activos, apesar desse decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira, incluindo:

i. Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
ii. Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos.
iii. Depreciação do valor do colateral; e
iv. Deteriorização da posição do mutuário.

A política de crédito do Banco define incumprimento por parte de um determinado cliente, quando ocorrerem os seguintes eventos:

- O Banco considera que é pouco provável que o mutuário pagará a sua obrigação de crédito, na íntegra, sem recurso a que o Banco tenha de exercer a opção sobre colateral;
- Se o mutuário entra em incumprimento com quaisquer condições do contrato, tais como alcançar determinadas condições financeiras.

O Banco avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos e individual ou colectivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos. Todas exposições com indicação de crédito mal parado são avaliadas individualmente quanto a imparidade. Os activos avaliados individualmente quanto à imparidade e para os quais um gasto de imparidade é e continua a ser reconhecido não são incluídos na análise da imparidade colectiva.

Para empréstimos e adiantamentos e activos detidos até à maturidade, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução menos os custos de obtenção e da venda da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

Avaliação individual de activos financeiros em imparidade

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

Abates

O Banco reconhece, através de um encargo que reduz o resultado, uma imparidade para as perdas ocorridos inerentes à carteira de crédito. Depois de identificar um adiantamento como reduzido e sujeito a um desconto de imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui não existir uma perspectiva realista da sua recuperação.

O abate irá existir, quando, a totalidade ou parte da dívida é considerada como incobrável. Não existe uma periodicidade no reconhecimento do mesmo, devendo ser efectuado quando se torna impossível recuperar parte ou totalidade da dívida.

Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos necessários tenham sido concluídos, bem como o montante das perdas ter sido determinado. As recuperações

subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como dedução do gasto de imparidade de crédito na demonstração de resultados.

A análise dos empréstimos e adiantamento a clientes individualmente em imparidade apresenta-se como segue:

2016	Valor contabilístico inicial	Imparidade individual	Imparidade Colectiva	Valor líquido contabilístico final
Empréstimo à Empresas	646.618.131	(10.874.809)	(8.976.746)	626.766.576
Empréstimo à particulares	272.017.210	(4.532.113)	(5.529.271)	261.955.825
Empréstimo à trabalhadores	49.462.940	--	(989.259)	48.473.681
	968.098.281	***(15.406.922)***	***(15.495.277)***	***937.196.083***

2015	Valor contabilístico inicial	Imparidade individual	Imparidade Colectiva	Valor líquido contabilístico final
Empréstimo à Empresas	421.937.671	(979.976)	(5.916.656)	415.041.039
Empréstimo à particulares	114.878.484	(918.585)	(2.269.749)	111.690.150
Empréstimo à trabalhadores	41.987.763	-	(839.755)	41.148.008
	578.803.918	***(1.898.561)***	***(9.026.160)***	***567.879.197***

Concentração de Risco de Crédito

Existe concentração de risco de crédito quando um número de contrapartes que estejam ligadas a actividades semelhantes ou apresentem características económicas similares, em que uma mesma adversidade poderá por em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais. A concentração de risco de crédito descrita abaixo não é proporcionalmente relacionada com a perda de crédito. Alguns segmentos da carteira do Banco têm e deverão ter taxas de crédito proporcionalmente maiores em relação à exposição do que outros.
A análise da concentração do risco de crédito por indústria apresenta-se como segue:

2016	Caixa e disponibilidades em Banco Central	Disponibilidades sobre instituições de crédito	Aplicações sobre instituições de crédito	Activos financeiros detidos até a maturidade	Activos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Empresas privadas	-	-	-	-	-	626.766.576	-	**626.766.576**
Individual	-	-	-	-	-	310.429.507	-	**310.429.507**
Governamental	217.058.872	-	-	-	2.682.287	-	-	**219.741.159**
Financeiro	-	42.521.987	-	19.432.690	-	-	-	**61.954.677**
Outros	-	-	-	-	-	-	6.240.203	**6.240.203**
	217.058.872	***42.521.987***	***-***	***19.432.690,00***	***2.682.287,00***	***937.196.083***	***6.240.202,98***	***1.225.132.121***

2015	Caixa e disponibilidades em Banco Central	Disponibilidades sobre instituições de crédito	Aplicações sobre instituições de crédito	Activos financeiros detidos até a maturidade	Activos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Empresas privadas	-	-	-	-	-	415.041.039	-	**415.041.039,00**
Individual	-	-	-	-	-	152.838.158	-	**152.838.158,00**
Governamental	72.282.396	-	-	-	2.682.287	-	-	**74.964.683**
Financeiro	-	27.485.399	189.021.381	40.177.998	-	-	-	**256.684.778**
Outros	-	-	-	-	-	-	4.106.498	**4.106.498,00**
	72.282.396	***27.485.399***	***189.021.381***	***40.177.998,00***	***2.682.287***	***567.879.197***	***4.106.498***	***903.635.156***

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco do Banco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais e de pressão. A fim de mitigar este risco, a gestão tem procurado diversas fontes de financiamento, além de depositar um valor mínimo e monitorizar fluxos de caixa futuros numa base diária. Este processo inclui uma avaliação dos fluxos de caixa futuros esperados e da disponibilidade de alto grau de garantia que poderá ser utilizado para garantir um financiamento adicional, caso seja necessário.

O Banco mantém uma carteira de activos com alguma liquidez, assim como diversificada, que poderá ser facilmente liquidada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa. O Banco detém reservas obrigatórias correspondentes a 15,5% do saldo médio dos depósitos de residentes, depósitos de não residentes e depósitos do Estado. A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto para o mercado em geral assim como para com o Banco em particular. O mais importante é manter os limites dos rácios de liquidez entre os depósitos de clientes e passivos para com clientes. O rácio de liquidez consiste na ponderação dos valores em caixa, depósitos de custo prazo e investimentos altamente líquidos, com os depósitos de clientes e empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

Maturidades contratuais não descontadas dos activos e passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 com base em fluxos de caixa contratuais não descontados.

2016	À ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponib no Banco Central	247.945.068	-	-	-	-	247.945.068
Disponib sobre instituições de crédito	42.521.987	-	-	-	-	42.521.987
Activos financeiros disponíveis para venda	-	2.682.287	-	-	-	2.682.287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	420.902.531	126.120.680	322.265.083	67.907.789	937.196.082
Activos financeiros detidos até a maturidade	-	19.432.690	-	-	-	19.432.690
Outros activos	-	6.240.203	-	-	-	6.240.203
Total de activos não descontados	***290.467.054***	***449.257.711***	***126.120.680***	***322.265.083***	***67.907.789***	***1.256.018.316***
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	-	56.963.340	-	-	-	56.963.340
Depósitos e contas correntes	647.009.483	353.423.771	156.582.486	-	-	1.157.015.740
Empréstimos	-	16.753.132	-	-	-	16.753.132
Outro Passivos	-	24.703.248	-	-	-	24.703.248
Total passivos não descontados	***647.009.483***	***451.843.492***	***156.582.486***	***-***	***-***	***1.255.435.460***

2015	À ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponib no Banco Central	87.259.757	-	-	-	-	87.259.757
Disponib sobre instituições de crédito	27.485.399	-	-	-	-	27.485.399
Aplicações em instituições de crédito	-	189.021.381	-	-	-	189.021.381
Activos financeiros disponíveis para venda	-	2.682.287	-	-	-	2.682.287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	244.873.798	137.059.976	156.303.445	29.641.978	567.879.197
Outros activos	-	4.106.498	-	-	-	4.106.498
Total de activos não descontados	***114.745.156***	***440.683.964***	***137.059.976***	***156.303.445***	***29.641.978***	***878.434.519***
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Depósitos e contas correntes	270.645.974	285.553.478	315.000.000	-	-	871.199.452
Empréstimos	-	16.519.256	6.255.000	-	-	22.774.256
Outro Passivos	-	13.548.844	-	-	-	13.548.844
Total passivos não descontados	***270.645.974***	***315.621.578***	***321.255.000***	***-***	***-***	***907.522.552***

Todos os valores relativos a 1 ano e mais de um ano são esperados que sejam recuperados ou liquidados passados mais de 12 meses após o período de relatório.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irá variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e as cotações. O capital de risco dos preços não se aplica ao Banco.

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afectar os futuros fluxos de caixa ou o justo valor dos instrumentos financeiros. O Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações mas também podem reduzir ou criar perdas em caso de ocorrer movimentos não previstos.

O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada em uma base diária. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de outras instituições de crédito.

A tabela abaixo resume a exposição do Banco à taxa de juro a 31 de Dezembro de 2016. Os activos e passivos incluídos na tabela estão mensuradas pela quantia escriturada e categorizada pelo menor prazo entre a data contratada e a sua maturidade. O Banco não está sujeito ao risco de taxa de juros em relação aos itens extrapatrimoniais.

2016

Activos financeiros	**A ordem**	**Menos de 3 meses**	**3 a 12 meses**	**Mais de 1 ano**	**Sem juros**	**Total**
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	-	-	247.945.068	247.945.068
Disponibilidades sobre instituições de crédito	42.521.987	-	-	-	-	42.521.987
Aplicações sobre instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	2.682.287	-	-	-	2.682.287
Activos financeiros detidos até a maturidade	-	19.432.690	-	-	-	19.432.690
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	420.902.531	126.120.680	390.172.872	-	937.196.082
Outros activos	-	-	-	-	23.432.416	23.432.416
Activos tangíveis	-	-	-	-	118.595.117	118.595.117
Activos intangíveis	-	-	-	-	27.221.345	27.221.345
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	4.090.103	4.090.103
Total dos activos não descontados	***42.521.987***	***443.017.508***	***126.120.680***	***390.172.872***	***421.284.049***	***1.423.117.094***
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito		56.963.340				56.963.340
Depósitos e contas correntes	647.009.483	353.423.771	156.582.486	-	-	1.157.015.740
Empréstimos	-	16.753.132	-	-	-	16.753.132
Outro Passivos	-	-	-	-	31.201.195	31.201.195
Total dos passivos não descontados	***647.009.483***	***427.140.243***	***156.582.486***	***-***	***31.201.195***	***1.261.933.407***
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	***(604.487.496)***	***15.877.264***	***(30.461.806)***	***390.172.872***	***390.082.853***	***161.183.687***

2015						
Activos financeiros	**A ordem**	**Menos de 3 meses**	**3 a 12 meses**	**Mais de 1 ano**	**Sem juros**	**Total**
Caixa e disponibilidades em Banco Central		-	-	-	87.259.757	87.259.757
Disponibilidades sobre instituições de crédito	27.485.399	-	-	-	-	27.485.399
Aplicações sobre instituições de crédito	-	189.021.381	-	-	-	189.021.381
Activos financeiros disponíveis para venda	-	2.682.287	-	-	-	2.682.287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	244.873.798	137.059.976	185.945.423	-	567.879.197
Outros activos	-	-	-	-	5.967.338	5.967.338
Activos tangíveis	-	-	-	-	117.410.174	117.410.174
Activos intangíveis	-	-	-	-	24.390.334	24.390.334
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	2.943.233	2.943.233
Total dos activos não descontados	***27.485.399***	***436.577.466***	***137.059.976***	***185.945.423***	***237.970.836***	***1.025.039.100***
Passivos financeiros						
Depósitos e contas correntes	270.645.974	285.553.478	315.000.000	-	-	871.199.452
Empréstimos	-	-	16.519.256	6.255.000	-	22.774.256
Outro Passivos	-	-	-	-	19.555.537	19.555.537
Total dos passivos não descontados	***270.645.974***	***285.553.478***	***331.519.256***	***6.255.000***	***19.555.537***	***913.529.245***
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	***(243.160.575)***	***151.023.988***	***(194.459.280)***	***179.690.423***	***218.415.299***	***111.509.855***

A sensibilidade na demonstração dos resultados e o impacto na alteração das taxas de juro, essencialmente a FPC, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável a 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 é a seguinte:

	Aumento/Diminuição de pontos de base	**Impacto nos resultados antes de imposto**
2016	+50 bp	(1.144.496)
	-50bp	1.144.496
2015	+50 bp	4.469.869
	-50bp	(4.469.869)

Risco cambial

O Banco toma em consideração a exposição a possíveis flutuações cambiais, nas suas posições financeiras e fluxos de caixa. A Administração fixa um nível limite de exposição por moeda, que é controlada diariamente pela tesouraria, com a supervisão de um gestor sénior.

O lucro antes do imposto em 31 de Dezembro de 2016 sofreria um aumento em cerca de 2,084 milhares Meticais (em 31 de Dezembro de 2015, o lucro antes do imposto sofreria uma redução em cerca de 12 milhares Meticais) se a taxa de câmbio flutua-se conforme ilustra a tabela abaixo (Flutuação corrente nas taxas de câmbio).

Os valores negativos na tabela reflectem uma redução potencial nos resultados ou nos capitais próprios, enquanto que os valores positivos reflectem um aumento liquido potencial no resultado e nos capitais próprios. Uma redução equivalente em cada uma das moedas abaixo contra o Metical teria um impacto inverso nos resultados.

31-Dez--2016

Moeda	Exposição líquida	Taxa de câmbio	Variação na taxa de câmbio	Impacto no resultado
US Dollar	(18.483.250)	71,35	55%	(143.635)
Euro	8.028.223	75,16	50%	53.621
ZAR	14.704.024	5,2	77%	2.173.672
				2.083.658

31-Dez--2015

Moeda	Exposição líquida	Taxa de câmbio	Variação na taxa de câmbio	Impacto no resultado
US Dollar	(7.730.033)	45,9	0,45	(75.785)
Euro	3.109.914	50,04	0,3	18.645
ZAR	2.523.814	2,94	0,08	68.675
				11.535

A tabela abaixo resume a exposição do Banco ao risco cambial de moedas estrangeiras em 31 de Dezembro de 2016. Incluídos na tabela encontram-se também os instrumentos financeiros classificados por moeda:

2016	MZN	USD	EUR	ZAR	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades em Banco Central	221.286.419	7.268.707	4.904.190	14.485.752	**247.945.068**
Disponibilidades sobre instituições de crédito	7.991.302	12.248.982	21.501.840	779.862	**42.521.987**
Activos financeiros disponíveis para venda	2.682.287	-	-	-	**2.682.287**
Empréstimos e adiantamentos a clientes	939.636.643	-	-	-	**939.636.643**
Actifos financeiros detidos até a maturidade	19.432.690	-	-	-	**19.432.690**
Outros activos	23.432.416	-	-	-	**23.432.416**
Activos tangíveis	118.595.117	-	-	-	**118.595.117**
Activos intangíveis	27.221.345	-	-	-	**27.221.345**
Activos por impostos correntes	4.090.103	-	-	-	**4.090.103**
	1.364.368.321	***19.517.689***	***26.406.030***	***15.265.614***	***1.425.557.655***
Passivos					
Recursos de instituições de crédito	56.963.340	-	-	-	**56.963.340**
Depósitos e contas correntes	1.116.828.536	38.000.939	1.624.675	561.590	**1.157.015.740**
Emprestimos	-	-	16.753.132	-	**16.753.132**
Outros passivos	31.201.195	-	-	-	**31.201.195**
Provisões	3.909.503	-	-	-	**3.909.503**
Passivos por inpostos diferidos	12.263.535	-	-	-	**12.263.535**
	1.221.166.110	***38.000.939***	***18.377.807***	***561.590***	***1.278.106.446***
Exposição líquida	***143.202.212***	***(18.483.250)***	***8.028.223***	***14.704.024***	***147.451.209***

2015	MZN	USD	EUR	ZAR	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades em Banco Central	63.346.104	20.998.800	200.160	2.535.574	**87.080.638**
Disponibilidades sobre instituições de crédito	1.625.314	12.253.278	13.606.807	-	**27.485.399**
Aplicações sobre instituições de crédito	189.021.381	-	-	-	**189.021.381**
Activos financeiros disponíveis para venda	2.682.287	-	-	-	**2.682.287**
Empréstimos e adiantamentos a clientes	567.879.197	-	-	-	**567.879.197**
Actifos financeiros detidos até a maturidade	40.177.998	-	-	-	**40.177.998**
Outros activos	5.967.338	-	-	-	**5.967.338**
Activos tangíveis	117.410.174	-	-	-	**117.410.174**
Activos intangíveis	24.390.334	-	-	-	**24.390.334**
Activos por impostos correntes	2.943.233	-	-	-	**2.943.233**
	1.015.443.360	***33.252.078***	***13.806.967***	***2.535.574***	***1.065.037.979***
Passivos					
Depósitos e contas correntes	830.115.751	40.982.111	89.830	**11.760**	**871.187.692**
Emprestimos	12.167.033	-	10.607.223	-	**22.774.256**
Outros passivos	19.555.537	-	-	-	**19.555.537**
Provisões	2.782.078	-	-	-	
Passivos por imposto diferido	12.724.607	-	-	-	
	877.345.006	***40.982.111***	***10.697.053***	***11.760***	***913.517.485***
Exposição líquida	***138.098.355***	***(7.730.033)***	***3.109.914***	***2.523.814***	***151.520.494***

Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Banco, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O Banco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância e respondendo aos riscos potenciais, o Banco é capaz de gerir os riscos. Controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

Gestão de Capital

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Banco é monitorando usando, entre outras medidas os rácios estabelecidas pelo Banco de Moçambique.

Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Banco:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu negócio; e
- Apresente uma política de continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

O Banco cumpre com os requisitos emanados pelo Banco de Moçambique, estando sujeito a um acompanhamento contínuo diário das posições cambiais e numa base mensal, no que diz respeito à adequação dos rácios de Capitais Próprios tal como a Solvabilidade e Concentração de Crédito. O Banco de Moçambique exige a cada banco para manter o nível mínimo de rácio de solvabilidade de 8%.

A tabela abaixo resume o cálculo do rácio de solvabilidade do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro, à luz das exigências do Banco de Moçambique.

	2016	2015
Basic Capital (Tier I)		
Shate capital realized	537.366	435.241
Reserves and retained earnings losses	(418.031)	(328.017)
Intangible asstes	(27.221)	(24.390)
Imparidade gap	(12.039)	-
Basic Capital (Tier I)	**80.075**	**82.834**
Complementary Capital (core Tier II)		
Other	19.401	19.387
Deductible elements	(9.865)	(4.572)
Complementary Capital (core Tier II)	**9.536**	**14.815**
Elegible Capital (Tier I and Tier II)	**89.611**	**97.649**
Risk weighted assets (RWA)		
Balance Sheet	677.251	549.755
Off Balance Sheet	28.369	45.058
Operational and market risk	67.115	24.801
Total risk weighted assets	**772.735**	**619.614**
Prudential ratios		
Core Tier I	10,36%	13,37%
Core Tier II	1,23%	2,39%
Solvency Ratio	11,60%	15,76%
Solvency Ratio (Minimum required)	8,00%	8,00%

(*) significa a diferença entre o cálculo da imparidade do crédito com base no aviso do BdM e o modelo de interno.

O principal objectivo da gestão de capital do Banco é assegurar a conformidade com os objectivos estratégicos em termos de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir as exigências mínimas de capital estabelecidos pelo Banco de Moçambique, o que reflecte um rácio mínimo de solvabilidade em relação aos riscos assumidos no decurso da sua actividade.

34. Acontecimentos após a data de balanço

Até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não se verificam eventos favoráveis ou desfavoráveis para o Banco que afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas. Importa referir, contudo, que o Banco procedeu a um aumento de capital no montante de 112.633.570 Meticais, recebido em 17 de Janeiro de 2017, aprovado pelo Banco Central e registado no capital social.